

**RANKING DE
COMPETITIVIDADE
DOS ESTADOS**

**EDIÇÃO
2024**



UMA FERRAMENTA PARA PAUTAR A AÇÃO DE LÍDERES PÚBLICOS POR UM BRASIL MAIS SUSTENTÁVEL

Fundado em 2008, o Centro de Liderança Pública - CLP desenvolve líderes públicos empenhados em promover transformações sociais por meio da eficácia da gestão e da melhoria da qualidade das políticas públicas.

A necessidade de mais líderes no setor público é notável em todas as hierarquias. A difícil mobilidade do setor público, mergulhado em burocracias, exige ações enérgicas que, por sua vez, só podem ser tomadas por verdadeiros líderes públicos.

As marcas dessa crise de liderança se fazem presentes na falta de uma agenda nacional de desenvolvimento, em ciclos de paralisia decisória e nos projetos sem fim, que tanto marcam a política de infraestrutura nacional.

A atuação contínua de líderes públicos é o passo inicial para destravar as agruras da gestão pública nacional. Pessoas com poder de tomar decisões e que consigam mobilizar a sociedade em prol de uma agenda positiva para o País.

O Ranking de Competitividade dos Estados foi concebido pelo CLP em 2011, com o desenvolvimento técnico a cargo da Economist Intelligence Unit, com o intuito de gerar diagnósticos e direcionamentos para a atuação dos líderes públicos estaduais. Em 2015, em sua quarta edição, o trabalho passou a contar também com a contribuição técnica da Tendências Consultoria Integrada. A partir da edição de 2021, o Ranking passou a ser concebido apenas pela Tendências.

Em sua concepção atual, o ranking possibilita identificar, dentro de cada um de seus 10 pilares temáticos, quais são os pontos fortes e fracos que influenciaram a classificação final do Estado em cada um dos indicadores contemplados.

Aliado à vontade política, o Ranking de Competitividade dos Estados é uma poderosa ferramenta para balizar as ações dos governos estaduais e apoiar a elaboração de políticas baseadas em evidências. Com ele, o desafio da construção de um Estado com elevados padrões socioeconômicos se torna mais factível.

A competitividade de um Estado está diretamente ligada à capacidade de ação dos seus líderes públicos. O ranking veio oferecer as bases para a construção do legado de competitividade para aqueles governos que assim desejam fazer.

Tadeu Barros

Diretor Executivo do CLP – Liderança Pública



AGRADECIMENTOS

A elaboração do *Ranking de Competitividade dos Estados* contou com a dedicação e contribuição de diversas pessoas e organizações. Gostaríamos de agradecer ao Conselho e a toda a equipe do CLP – Centro de Liderança Pública pelo engajamento em todas as etapas do estudo, assim como aos nossos parceiros: Tendências Consultoria Integrada. Agradecemos também o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD) pelo apoio na realização do evento de lançamento.

Agradecemos igualmente aos notórios especialistas nas diferentes áreas de abrangência do ranking, que promoveram valiosas contribuições para a concepção geral do ranking, aqui citados em ordem alfabética: Ana Maria Malik, Carlos Arruda, Célia Carvalho, Dênis Mizne, Fábio de Almeida, Felipe Salto, Fiona Mackie, Guilherme Casarões, Hélcio Tokeshi, Humberto Dantas, Humberto Falcão, Isabela Sobral, Januário Montone, Leandro Piquet, Luciana Yeung, Lutiano Silva, Mateus Bandeira, Oliver Stuenkel, Paulo Fleury, Pedro Bianchi, Renato Sérgio de Lima, Reynaldo Fernandes. Agradecemos também aos especialistas da Secretaria do Tesouro Nacional que fizeram ricas contribuições aos indicadores e discussões dentro do pilar de Solidez Fiscal.

ÍNDICE

Introdução.....	5
Ranking de Competitividade dos Estados.....	8
Pilares.....	22
Infraestrutura.....	22
Sustentabilidade Social.....	28
Segurança Pública.....	36
Educação.....	43
Solidez Fiscal.....	48
Eficiência da Máquina Pública.....	54
Capital Humano.....	61
Sustentabilidade Ambiental.....	68
Potencial de Mercado.....	75
Inovação.....	81
Perfil dos Estados.....	86
Anexo 1: Análise teórica sobre sistemas de rankings.....	141
Anexo 2: Estrutura e Metodologia.....	145



INTRODUÇÃO

Em um ambiente onde existe a competição saudável entre pessoas, equipes e organizações, é natural que ocorram maiores incentivos para a excelência de resultados, bem como para a inovação em instrumentos e métodos que possibilitem a superação de desafios.

O setor privado é uma esfera social competitiva por natureza. Já o setor público seria, para alguns, um ambiente não competitivo. Sob essa perspectiva, justamente por não ser regido por leis de mercado, o setor público deveria ser guiado por critérios como justiça e equidade, princípios que não são objetos-fins do setor privado. Aliás, estaria aí justamente uma das principais justificativas para a atuação estatal: sendo o mercado orientado muito mais para objetivos individuais, em detrimento de objetivos coletivos, ocorreriam as chamadas “falhas de mercado”, que seriam corrigidas pela ação do Estado.

O *Ranking de Competitividade dos Estados* surge a partir de uma visão diferente: a competição saudável no setor público, além de possível, é desejável. A competição no setor público é um elemento complementar à promoção da justiça, equidade e desenvolvimento econômico e social.

O elemento competitivo é compatível com a ideia de uma república federativa como a brasileira. A competição saudável faz com que Estados e Municípios busquem melhorar seus serviços públicos, atraindo empresas, trabalhadores e estudantes para ali viverem e se desenvolverem social e economicamente.

Como mostra a literatura especializada, ao possibilitar uma comparação direta, entre as unidades da federação, de uma série de atributos econômicos e sociais que são comumente de difícil mensuração e avaliação, sistemas de *ranking* proporcionam aos cidadãos uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança de resultados dos gestores públicos. Desse modo, os rankings têm potencial para operar como um poderoso sistema de incentivo e de *enforcement* aos agentes públicos. Também funcionam como um mecanismo de *accountability* e promoção das melhores práticas na gestão pública.

Em suma, sistemas de rankings possuem grande potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e de fragilidade das políticas públicas em cada Estado.



INTRODUÇÃO

O *Ranking de Competitividade dos Estados* tem como objetivo principal alcançar um entendimento mais profundo e abrangente das 27 unidades da federação, trazendo para o público uma ferramenta simples e objetiva para pautar a atuação dos líderes públicos brasileiros na melhoria da competitividade e da gestão pública dos seus Estados.

Ao mesmo tempo, o *Ranking de Competitividade dos Estados* pode representar também uma ferramenta bastante útil para o setor privado balizar decisões de investimentos produtivos, ao estabelecer critérios de atratividade em bases relativas entre os Estados, de acordo com as especificidades de cada projeto de investimento.

Para definir a estrutura, composição e a metodologia de cálculo do *Ranking de Competitividade dos Estados*, foi empreendido um amplo estudo da literatura acadêmica especializada, bem como da experiência nacional e internacional na confecção de rankings de competitividade.

Como resultado final, foram selecionados os indicadores considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública dos Estados brasileiros, distribuídos em 10 pilares temáticos: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.

Na seção abaixo é apresentado o ranking propriamente dito, incluindo o seu detalhamento por pilar e por indicador.

Um resumo da análise teórica sobre rankings é deixado para o anexo 1, ao passo que a metodologia de construção do ranking é descrita no anexo 2.

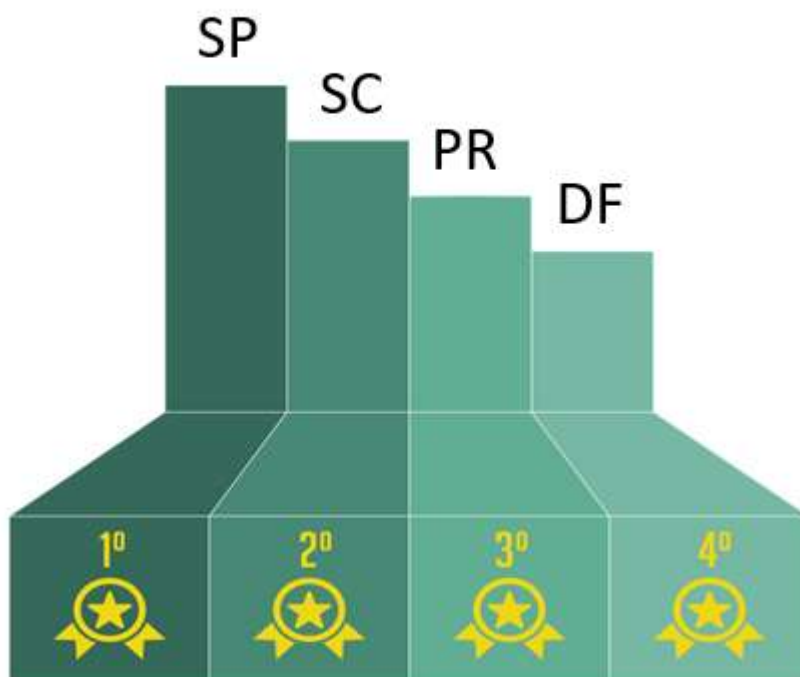
10 PILARES





RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

RANKING GERAL



Os Estados mais bem posicionados no *Ranking de Competitividade dos Estados de 2024* estão reportados na figura acima.

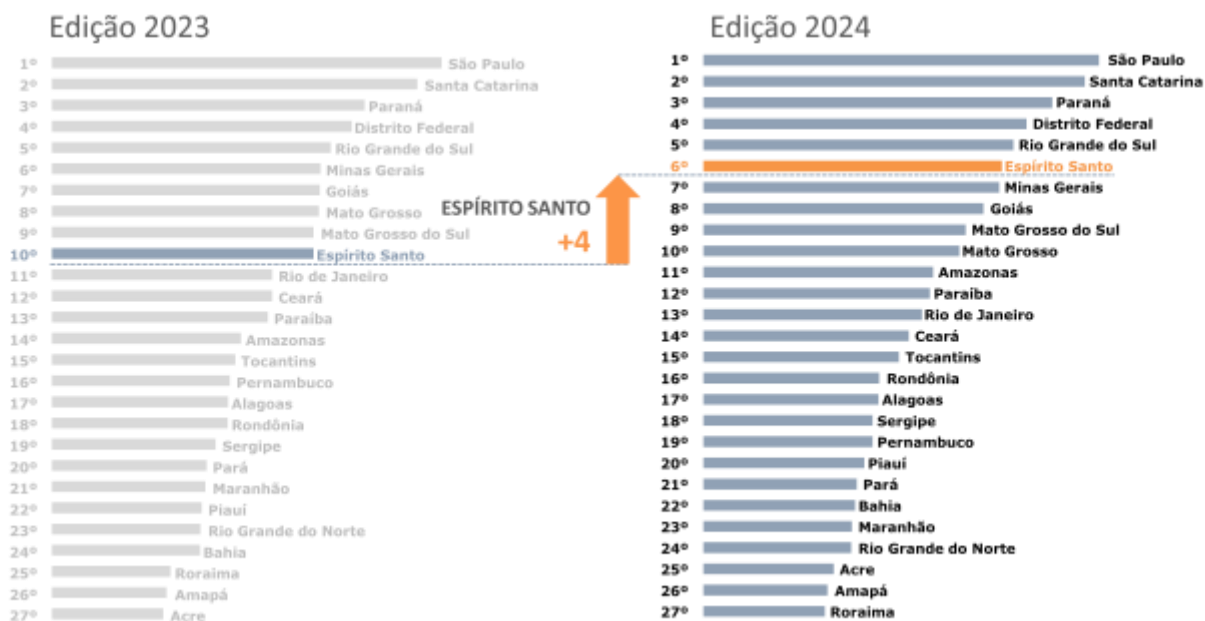
Assim como na edição anterior, **São Paulo** segue na 1ª colocação, **Santa Catarina** na 2ª, **Paraná** na 3ª e **Distrito Federal** na 4ª.

Enquanto os Estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste concentram-se na metade superior do Ranking, os do Norte e Nordeste ocupam as últimas posições. Nesta edição, o estado da **Paraíba** tornou-se o representante do Nordeste mais bem colocado (12ª posição), ultrapassando o **Ceará** (14ª posição). Por sua vez, o estado do **Amazonas** (11ª posição) seguiu na liderança da região Norte.

Permaneceram como os três últimos colocados do *Ranking de Competitividade dos Estados de 2024* os estados do **Acre**, **Amapá** e **Roraima**.

DESTAQUE DE 2024

Nesta edição do *Ranking de Competitividade dos Estados*, merece destaque positivo o **Espírito Santo**, por ter sido o que mais ganhou posições em relação à edição de 2023.



O **Espírito Santo** ganhou 4 posições no Ranking Geral, passando da 10ª para a 6ª colocação. Como principais destaques positivos, o Estado subiu 5 posições no pilar de Eficiência da Máquina Pública, 4 no de Potencial de Mercado e 3 no de Capital Humano.

No pilar de Eficiência da Máquina Pública, o Espírito Santo passou da 14ª para a 9ª colocação, com melhoras relativas nos indicadores de Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual (+10 posições), Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (+3), Prêmio Salarial Público-Privado (+2), Custo do Legislativo/PIB (+2), Custo do Executivo/PIB (+1) e Custo do Legislativo/PIB (+1).

No pilar de Potencial de Mercado, o Estado passou da 25ª para 21ª colocação, com destaque para o desempenho no indicador de Taxa de Crescimento (+9 posições) e de Qualidade de Crédito para a Pessoa Física (+5 posições).

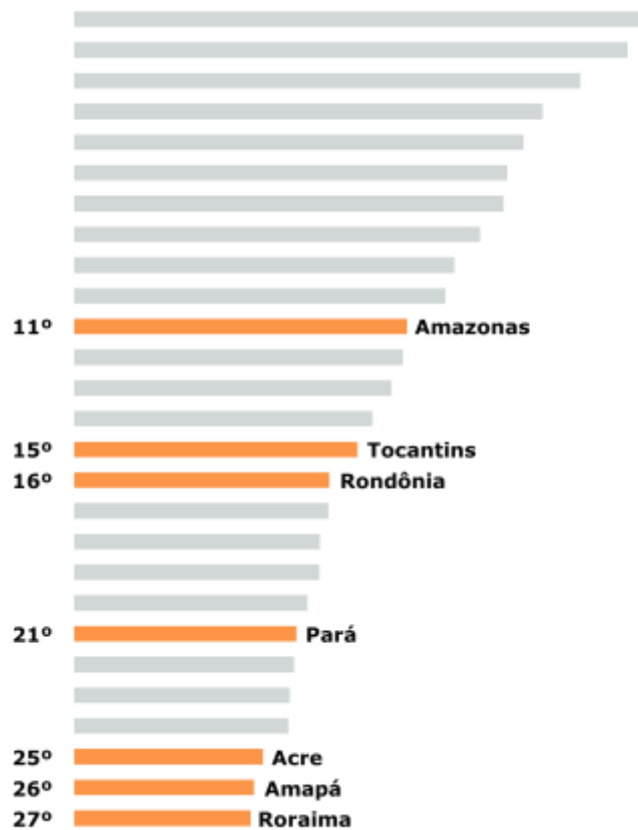
No pilar de Capital Humano, o Espírito Santo passou da 13ª para a 10ª colocação, dada a posição favorável nos novos indicadores de Inserção Econômica (7ª posição) e PEA com Ensino Superior (8ª).



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

DESTAQUES REGIONAIS

REGIÃO NORTE



Amazonas

Ganho de 3 posições no ranking geral, alcançando a 11ª posição

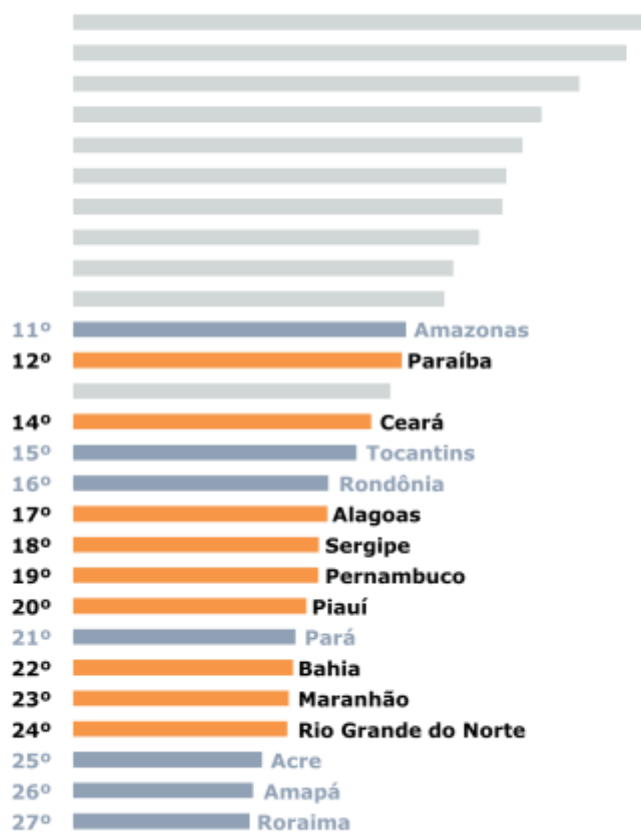
- ↑ 8 em Solidez Fiscal (4ª colocação)
- ↑ 7 em Segurança Pública (7ª colocação)
- ↑ 3 em Inovação (2ª colocação)
- ↑ 2 em Sust. Ambiental (8ª colocação) e Potencial de mercado (14ª colocação)
- ↑ 1 em Educação (22ª colocação) e Infraestrutura (26ª colocação)



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

DESTAQUES REGIONAIS

REGIÃO NORDESTE



Piauí

Ganho de 2 posições no ranking geral, alcançando a 20ª posição

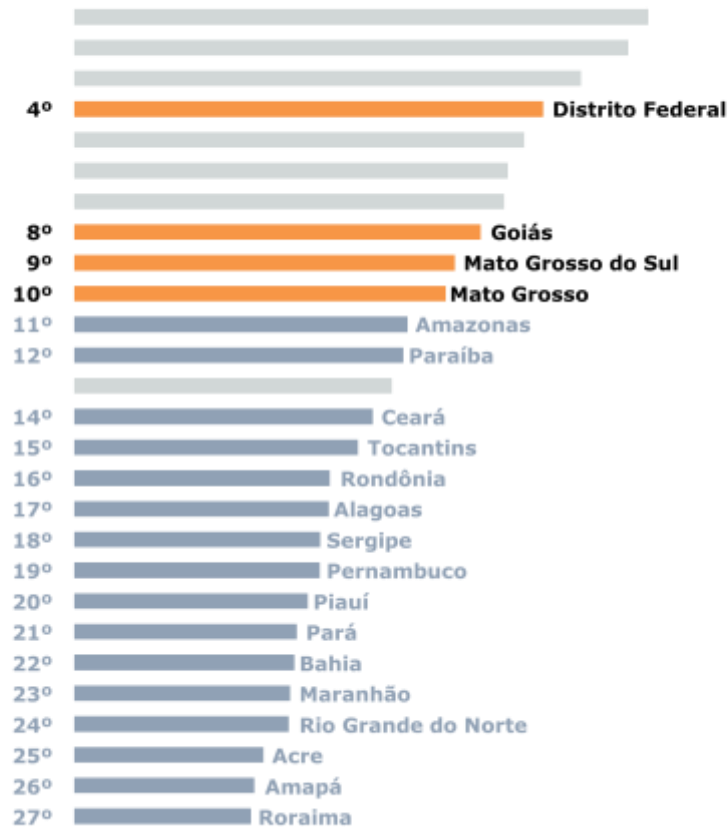
- ↑ 4 em Potencial de mercado (7ª colocação)
- ↑ 2 em Educação (10ª colocação), Solidez Fiscal, (13ª colocação), Sustentabilidade Social (20ª colocação) e Infraestrutura (21ª colocação)
- ↑ 1 em Eficiência da máquina pública (23ª colocação)



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

DESTAQUES REGIONAIS

REGIÃO CENTRO-OESTE



Distrito Federal

Mantém-se na 4ª colocação do Ranking de Competitividade dos Estados

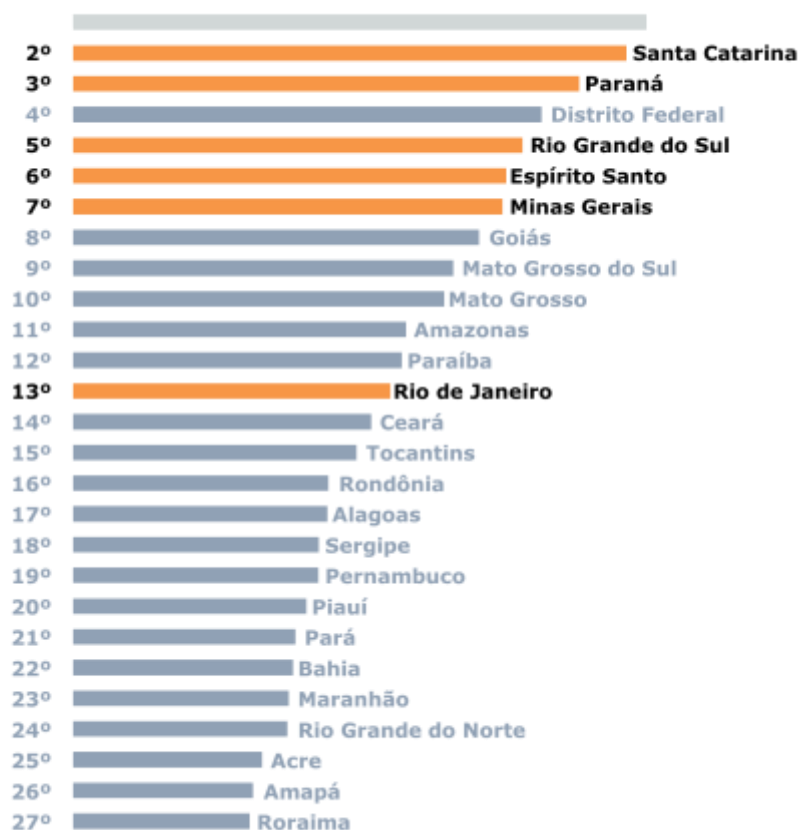
- ↑ **10** em Solidez Fiscal (12ª colocação)
- ↑ **4** em Potencial de Mercado (23ª colocação)
- ↑ **3** em Educação (4ª colocação)
- ↑ **1** em Sustentabilidade Social (2ª colocação)



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

DESTAQUES REGIONAIS

REGIÕES SUL E SUDESTE



Espírito Santo

Ganho de 4 posições no ranking geral, alcançando a 6ª posição

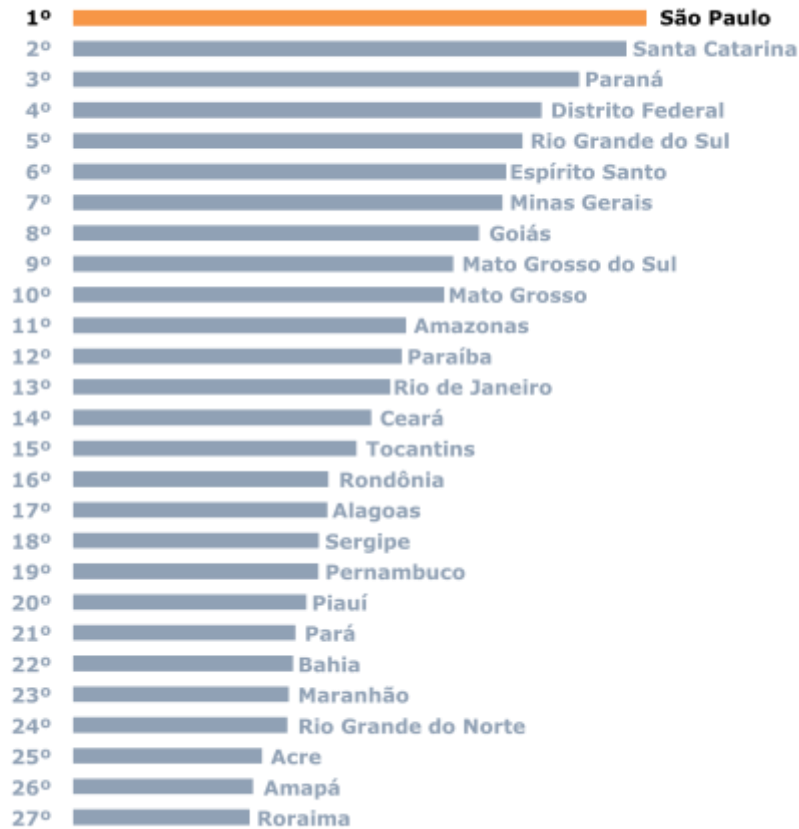
- ↑ 5 em Eficiência da Máquina Pública (9ª colocação)
- ↑ 4 em Potencial de Mercado (21ª colocação)
- ↑ 3 em Capital Humano (10ª colocação)
- ↑ 2 em Educação (7ª colocação)
- ↑ 1 em Solidez Fiscal (1ª colocação)



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

DESTAQUES REGIONAIS

1º COLOCADO: São Paulo



São Paulo

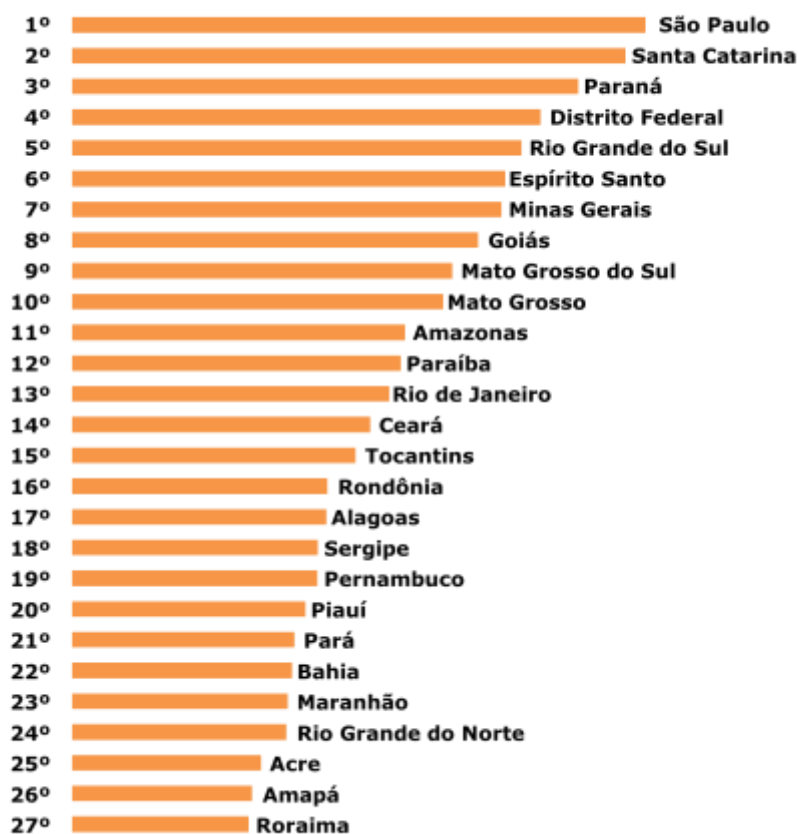
Mantém-se na 1ª colocação do Ranking de Competitividade dos Estados

Mantém-se na 1ª colocação em Infraestrutura, Educação e Inovação e a 2ª colocação em Sustentabilidade ambiental.



RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

2024



São Paulo segue líder no Ranking Geral, ocupando a 1ª colocação nos pilares de Infraestrutura, Inovação e Educação, e a 2ª posição no de Sustentabilidade Ambiental. Nesta edição, o Estado manteve a posição no indicador de Segurança Pública (4ª). Contudo, houve piora relativa nos pilares de Solidez Fiscal e Sustentabilidade Social (-1 posição cada), Potencial de Mercado (-6 posições), Eficiência da Máquina Pública (-8 posições) e Capital Humano (-2 posições).

Santa Catarina permanece na 2ª posição do Ranking Geral, ocupando a 1ª colocação nos pilares de Capital Humano, Segurança Pública e Sustentabilidade Social, e a 3ª colocação nos de Eficiência da Máquina Pública, Infraestrutura e Inovação. O Estado perdeu posições nos pilares de Potencial de Mercado (-6), Sustentabilidade Ambiental (-5) e Educação (-4).

O **Paraná** manteve a 3ª colocação do Ranking Geral, ocupando a 1ª posição no pilar de Sustentabilidade Ambiental, e a 2ª no de Eficiência da Máquina Pública. O Estado

exibiu melhora relativa nos pilares de Potencial de Mercado (+13 posições), Infraestrutura (+2) e Solidez Fiscal (+1). Todavia, houve piora nos pilares de Segurança Pública (-4) e Educação (-2).

Na extremidade oposta, **Roraima** atingiu a última colocação do Ranking Geral, ao reduzir 2 posições em comparação à edição de 2023. O Estado exibiu piora relativa nos pilares de Segurança Pública (-2 posições) e Infraestrutura e Capital Humano (-1 cada). Contudo, houve melhora nos pilares de Sustentabilidade Ambiental e Inovação (+8 cada), além de Educação, Solidez Fiscal e Sustentabilidade Social (+1 posição cada).

O **Amapá** ocupou a penúltima colocação no Ranking de 2024. O Estado perdeu posições nos pilares de Sustentabilidade Social (-6 posições) e Eficiência da Máquina Pública e Sustentabilidade Social (-1 cada). Ainda assim, o Amapá ganhou posições nos pilares de Capital Humano (+6), Inovação (+5), Solidez Fiscal (+2) e Potencial de Mercado (+1).

O **Acre** saiu da última colocação para a 25ª colocação nesta edição. O Estado exibiu melhora relativa, em especial, nos pilares de Eficiência da Máquina Pública, Potencial de Mercado e Segurança Pública (+5 posições cada), além dos pilares de Capital Humano, Infraestrutura e Inovação (+2 cada) e Sustentabilidade Ambiental (+1). Todavia, houve piora no pilar de Solidez Fiscal (-3 posições) e Educação (-2).

Os desempenhos dos Estados em cada pilar estão nas próximas duas tabelas:

Desempenhos das UFs em cada pilar – I

	Infraestrutura		Sustentabilidade Social		Segurança Pública		Educação		Solidez Fiscal	
	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição
SP	100,0	1	94,6	3	76,5	4	100,0	1	53,3	14
SC	59,4	3	100,0	1	100,0	1	63,6	9	63,4	7
PR	56,2	4	83,9	5	60,1	10	71,2	5	62,7	8
DF	53,0	5	98,0	2	83,3	2	83,3	4	58,7	12
RS	39,1	11	88,3	4	83,1	3	69,9	6	14,6	25
ES	61,0	2	67,1	7	32,4	23	65,1	7	100,0	1
MG	41,3	10	81,1	6	68,2	5	84,0	3	11,1	26
GO	39,0	12	54,2	10	35,8	17	64,9	8	62,5	9
MS	45,0	8	56,5	8	43,5	15	50,3	11	66,7	5
MT	37,0	13	55,6	9	50,9	14	37,1	16	95,7	2
AM	2,2	26	26,6	21	63,8	7	28,9	22	66,7	4
PB	50,3	6	35,4	15	67,7	6	40,1	14	61,5	10
RJ	46,3	7	54,1	11	32,8	21	47,0	12	32,7	22
CE	33,0	15	38,3	14	36,1	16	85,9	2	47,0	16
TO	11,4	22	46,8	13	33,3	20	36,7	18	37,4	19
RO	30,4	16	30,7	19	18,4	25	33,8	19	45,6	17
AL	29,8	18	31,6	18	55,8	11	37,0	17	33,9	21
SE	41,6	9	25,1	22	35,2	18	38,6	15	60,3	11
PE	36,5	14	34,1	16	25,6	24	45,1	13	43,9	18
PI	14,5	21	28,8	20	32,5	22	56,7	10	56,4	13
PA	0,0	27	15,8	24	55,0	12	12,0	24	66,4	6
BA	7,9	23	31,9	17	34,4	19	30,9	20	69,7	3
MA	26,8	20	9,1	25	62,1	8	28,9	23	34,5	20
RN	29,9	17	47,3	12	60,2	9	30,1	21	0,0	27
AC	4,3	24	20,2	23	53,8	13	4,9	26	18,7	24
AP	26,9	19	0,0	27	0,0	27	0,0	27	51,0	15
RR	3,5	25	0,4	26	15,9	26	11,8	25	26,1	23

Desempenhos das UFs em cada pilar – II

	Eficiência da Máquina Pública		Capital Humano		Sustentabilidade Ambiental		Potencial de Mercado		Inovação	
	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição	Nota	Posição
SP	62,7	13	77,5	7	95,9	2	62,2	8	100,0	1
SC	91,1	3	100,0	1	68,6	10	59,3	10	84,4	3
PR	94,8	2	82,4	4	100,0	1	50,0	11	70,4	4
DF	58,2	14	90,7	2	72,6	7	20,2	23	26,6	18
RS	100,0	1	79,8	5	65,5	11	40,1	18	61,5	5
ES	67,5	9	71,9	10	81,4	4	34,1	21	30,8	16
MG	74,0	7	75,7	8	75,7	6	48,8	12	57,3	6
GO	83,3	5	72,3	9	84,8	3	83,9	2	0,6	25
MS	63,0	12	88,7	3	51,5	14	45,4	13	33,4	14
MT	77,5	6	79,0	6	39,7	18	39,3	19	0,0	27
AM	70,3	8	35,7	18	71,2	8	44,6	14	86,8	2
PB	56,1	16	7,5	24	54,8	13	41,3	16	40,5	11
RJ	64,7	11	49,5	13	77,9	5	0,0	27	53,3	7
CE	42,5	18	24,9	21	56,3	12	2,5	26	53,2	8
TO	35,4	20	67,3	11	44,2	16	100,0	1	1,9	24
RO	89,9	4	41,3	15	6,3	26	40,7	17	28,5	17
AL	42,1	19	29,8	19	23,6	21	38,2	20	34,2	12
SE	47,2	17	2,4	26	11,6	24	43,6	15	34,1	13
PE	57,9	15	4,5	25	49,1	15	5,4	25	44,3	9
PI	26,7	23	17,0	23	15,7	22	72,4	7	0,5	26
PA	21,9	24	36,0	17	32,6	19	61,4	9	15,7	20
BA	66,2	10	0,0	27	25,6	20	16,5	24	14,8	21
MA	19,9	25	22,5	22	7,9	25	76,5	4	9,7	23
RN	31,3	22	28,5	20	0,0	27	27,8	22	42,6	10
AC	35,4	21	37,9	16	13,8	23	73,6	5	10,5	22
AP	11,3	26	46,3	14	44,0	17	73,1	6	33,0	15
RR	0,0	27	60,5	12	69,6	9	77,6	3	18,0	19

Posição das UFs em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2023 – I

Ranking Geral										
UF	Nota Geral		Infraestrutura		Sustentabilidade Social		Segurança Pública		Educação	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		3	-1 ▼	4		1	
SC	2		3		1		1		9	-4 ▼
PR	3		4	2 ▲	5		10	-4 ▼	5	-2 ▼
DF	4		5	-1 ▼	2	1 ▲	2		4	3 ▲
RS	5		11	5 ▲	4		3	2 ▲	6	
ES	6	4 ▲	2		7		23	-11 ▼	7	2 ▲
MG	7	-1 ▼	10	3 ▲	6		5	3 ▲	3	-1 ▼
GO	8	-1 ▼	12	-3 ▼	10	-1 ▼	17	-2 ▼	8	
MS	9		8	-1 ▼	8	2 ▲	15	-4 ▼	11	2 ▲
MT	10	-2 ▼	13	-5 ▼	9	-1 ▼	14	-4 ▼	16	-6 ▼
AM	11	3 ▲	26	1 ▲	21		7	7 ▲	22	1 ▲
PB	12	1 ▲	6	-1 ▼	15	3 ▲	6	-3 ▼	14	6 ▲
RJ	13	-2 ▼	7	8 ▲	11		21	-2 ▼	12	-1 ▼
CE	14	-2 ▼	15	-1 ▼	14		16		2	2 ▲
TO	15		22	-1 ▼	13	-1 ▼	20	2 ▲	18	
RO	16	2 ▲	16	1 ▲	19	-3 ▼	25	1 ▲	19	-2 ▼
AL	17		18		18	-1 ▼	11	-2 ▼	17	-3 ▼
SE	18	1 ▲	9	3 ▲	22	-2 ▼	18	3 ▲	15	
PE	19	-3 ▼	14	-4 ▼	16	-1 ▼	24	1 ▲	13	3 ▲
PI	20	2 ▲	21	2 ▲	20	2 ▲	22	-2 ▼	10	2 ▲
PA	21	-1 ▼	27	-2 ▼	24	-1 ▼	12	1 ▲	24	1 ▲
BA	22	2 ▲	23	-3 ▼	17	2 ▲	19	4 ▲	20	2 ▲
MA	23	-2 ▼	20	2 ▲	25	-1 ▼	8	-1 ▼	23	-2 ▼
RN	24	-1 ▼	17	-6 ▼	12	1 ▲	9	8 ▲	21	-2 ▼
AC	25	2 ▲	24	2 ▲	23	2 ▲	13	5 ▲	26	-2 ▼
AP	26		19		27	-1 ▼	27		27	
RR	27	-2 ▼	25	-1 ▼	26	1 ▲	26	-2 ▼	25	1 ▲

Posição das UFs em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2023 – II

Ranking Geral								
UF	Nota Geral		Solidez Fiscal		Eficiência da Máquina Pública		Capital Humano	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		14	-1 ▼	13	-8 ▼	7	-2 ▼
SC	2		7		3		1	
PR	3		8	1 ▲	2		4	
DF	4		12	10 ▲	14	-6 ▼	2	
RS	5		25	2 ▲	1		5	2 ▲
ES	6	4 ▲	1	1 ▲	9	5 ▲	10	3 ▲
MG	7	-1 ▼	26	-1 ▼	7	3 ▲	8	1 ▲
GO	8	-1 ▼	9	-1 ▼	5	4 ▲	9	-3 ▼
MS	9		5		12		3	
MT	10	-2 ▼	2	-1 ▼	6		6	2 ▲
AM	11	3 ▲	4	8 ▲	8	-1 ▼	18	-3 ▼
PB	12	1 ▲	10		16	-1 ▼	24	2 ▲
RJ	13	-2 ▼	22	1 ▲	11	-7 ▼	13	1 ▲
CE	14	-2 ▼	16	-10 ▼	18	-1 ▼	21	-2 ▼
TO	15		19	-3 ▼	20	-1 ▼	11	-1 ▼
RO	16	2 ▲	17	-6 ▼	4	9 ▲	15	-3 ▼
AL	17		21	-2 ▼	19	1 ▲	19	2 ▲
SE	18	1 ▲	11	9 ▲	17	1 ▲	26	-1 ▼
PE	19	-3 ▼	18		15	1 ▲	25	-1 ▼
PI	20	2 ▲	13	2 ▲	23	1 ▲	23	-1 ▼
PA	21	-1 ▼	6	-3 ▼	24	-1 ▼	17	
BA	22	2 ▲	3	1 ▲	10	1 ▲	27	
MA	23	-2 ▼	20	-6 ▼	25	-3 ▼	22	1 ▲
RN	24	-1 ▼	27	-1 ▼	22	-1 ▼	20	-4 ▼
AC	25	2 ▲	24	-3 ▼	21	5 ▲	16	2 ▲
AP	26		15	2 ▲	26	-1 ▼	14	6 ▲
RR	27	-2 ▼	23	1 ▲	27		12	-1 ▼

Posição das UFs em cada pilar e mudanças em relação à Edição de 2023 – III

Ranking Geral								
UF	Nota Geral		Sustentabilidade Ambiental		Potencial de Mercado		Inovação	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		2		8	-6 ▼	1	
SC	2		10	-5 ▼	10	-6 ▼	3	
PR	3		1		11	13 ▲	4	
DF	4		7	-4 ▼	23	4 ▲	18	-7 ▼
RS	5		11	-2 ▼	18	2 ▲	5	-3 ▼
ES	6	4 ▲	4		21	4 ▲	16	-2 ▼
MG	7	-1 ▼	6	2 ▲	12		6	1 ▲
GO	8	-1 ▼	3	3 ▲	2	-1 ▼	25	-4 ▼
MS	9		14	-1 ▼	13		14	-2 ▼
MT	10	-2 ▼	18	-4 ▼	19	-11 ▼	27	-2 ▼
AM	11	3 ▲	8	2 ▲	14	2 ▲	2	3 ▲
PB	12	1 ▲	13	3 ▲	16	7 ▲	11	-2 ▼
RJ	13	-2 ▼	5	2 ▲	27	-5 ▼	7	-1 ▼
CE	14	-2 ▼	12		26	-8 ▼	8	5 ▲
TO	15		16	4 ▲	1	4 ▲	24	2 ▲
RO	16	2 ▲	26		17		17	-1 ▼
AL	17		21	1 ▲	20	-6 ▼	12	3 ▲
SE	18	1 ▲	24	1 ▲	15	-6 ▼	13	4 ▲
PE	19	-3 ▼	15		25	-6 ▼	9	-1 ▼
PI	20	2 ▲	22	-3 ▼	7	4 ▲	26	-3 ▼
PA	21	-1 ▼	19	-1 ▼	9	6 ▲	20	-2 ▼
BA	22	2 ▲	20	1 ▲	24	2 ▲	21	-2 ▼
MA	23	-2 ▼	25	2 ▲	4	2 ▲	23	-1 ▼
RN	24	-1 ▼	27	-4 ▼	22	-1 ▼	10	
AC	25	2 ▲	23	1 ▲	5	5 ▲	22	2 ▲
AP	26		17	-6 ▼	6	1 ▲	15	5 ▲
RR	27	-2 ▼	9	8 ▲	3		19	8 ▲



INFRAESTRUTURA

A crônica deficiência de infraestrutura é, sem dúvida, um dos principais desafios para a melhora da competitividade do País, juntamente com a deficiência na educação. O quadro é reflexo direto do baixo nível de investimento em infraestrutura no País. Enquanto o Brasil investia mais de 5% do PIB em infraestrutura na década de 1970, na última década, a taxa recuou para pouco mais de 2% do PIB.

Além do baixo nível de investimentos, a explicação para as carências da infraestrutura pode ser encontrada também na má alocação dos recursos públicos, bem como na deficiência das políticas regulatórias para os diferentes segmentos de infraestrutura.

Por conta do atual nível de carência de infraestrutura dos Estados, bem como por sua importância decisiva para a competitividade, este pilar apresenta o segundo maior peso entre os 10 pilares que compõem o *Ranking de Competitividade dos Estados* (11,6% do cômputo geral).

Neste pilar, buscou-se compilar indicadores para os principais segmentos de infraestrutura, como rodovias, energia, telecomunicações, saneamento e transporte aéreo, embora, assim como ocorre em outros pilares, nem todos os atributos dispusessem de estatísticas para a sua mensuração e inclusão no ranking.

Indicadores de acesso, custo e qualidade dos serviços ligados à infraestrutura integram o pilar para contemplar diferentes dimensões do problema (situações de *trade-off*) capazes de afetar a competitividade dos Estados. Em alguns casos, observa-se ausência pura e simples da infraestrutura; em outros casos a infraestrutura existe, porém é de má qualidade; finalmente, pode haver casos em que há disponibilidade de infraestrutura de boa qualidade, mas com tarifas muito elevadas.

Nessa edição, alguns indicadores não foram atualizados. O indicador Acesso à Energia Elétrica depende de dados da PNAD que devem ser divulgados no final de 2024, além disso, o indicador Qualidade das Rodovias não teve os dados divulgados pela entidade responsável e a metodologia do cálculo das métricas que compõe o indicador de Qualidade do Serviço de Telecomunicações foi alterada pela Anatel, de modo que prejudicou a comparabilidade entre as edições do ranking e dificultou a consolidação das informações para a escala estadual.

Na composição do pilar, pesos maiores foram dados aos indicadores de Qualidade da Energia Elétrica, Qualidade do Serviço de Telecomunicações, e Qualidade das Rodovias, considerados os componentes mais críticos deste pilar (ver sobre critérios de ponderação no anexo 2). Já o indicador de Disponibilidade de Voos Diretos recebeu menor peso.

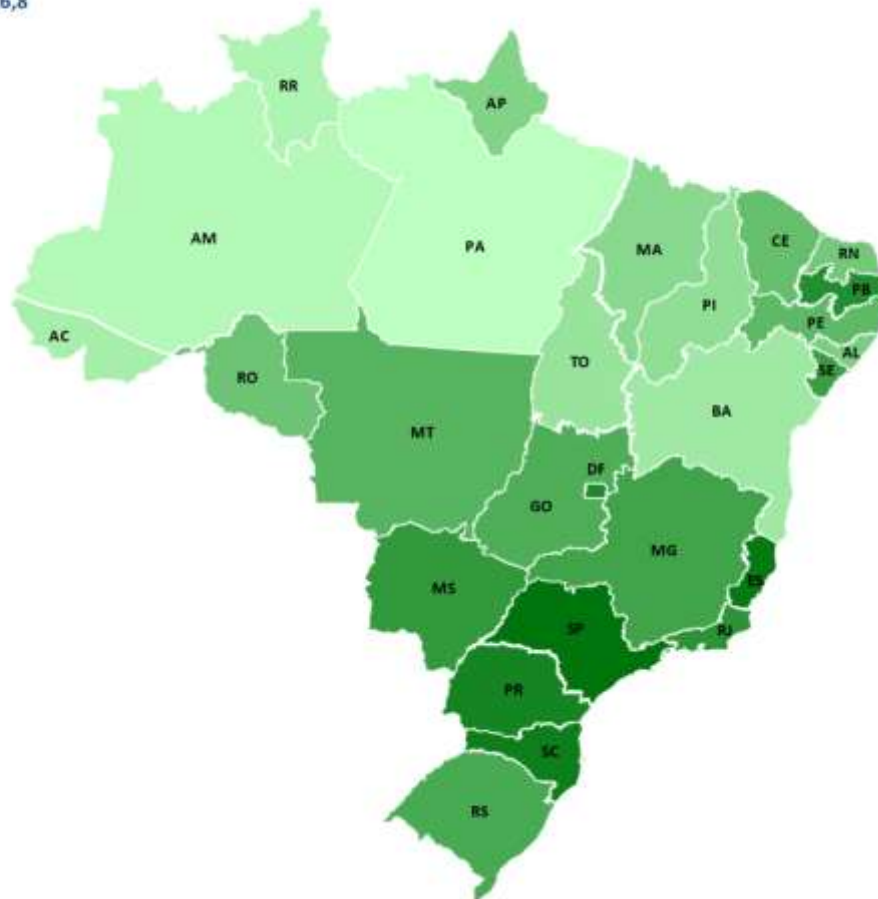
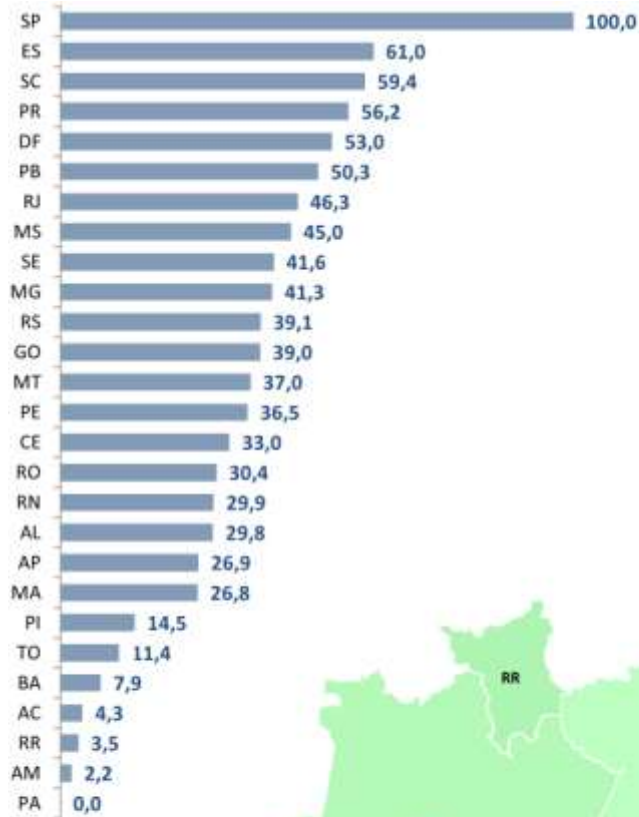
As UFs mais bem colocadas, neste pilar, assim como na edição passada, foram SP, ES e SC, nessa ordem.

O Rio de Janeiro exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 8 colocações. O Estado apresentou, em especial, melhora relativa nos indicadores de Custo de Saneamento Básico (+18 posições), Custo da Energia Elétrica (+3) e Qualidade da Energia Elétrica (+1).



INFRAESTRUTURA

Ranking – Infraestrutura



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	Densidade de acessos de telefonia móvel e banda larga fixa por 100 habitantes.	ANATEL e IBGE	2023
Qualidade do Serviço de Telecomunicações	Média simples entre o percentual de cumprimento de metas com banda larga fixa e telefonia móvel.	ANATEL	2022
Custo de Combustíveis	Preço médio de revenda pago em reais (Etanol Hidratado, Gasolina Comum e Óleo Diesel), ponderado pela participação dos combustíveis no consumo total.	ANP	2023
Custo de Saneamento Básico	Tarifa média praticada pelo serviço de tratamento e distribuição.	SNIS	2022
Disponibilidade de Voos Diretos	Número de voos diretos domésticos regulares.	ANAC	2023
Acesso à Energia Elétrica	Percentual de domicílios com energia elétrica (rede geral ou fonte alternativa).	IBGE	2022
Custo da Energia Elétrica	Tarifa média (com impostos) praticada para o consumo comercial, residencial, industrial e rural, ponderada pela participação das classes no consumo total de energia.	ANEEL	2023
Qualidade da Energia Elétrica	DGC - Desempenho Global de Continuidade (média aritmética simples das razões entre os valores apurados e limites anuais dos indicadores globais DEC e FEC das distribuidoras).	ANEEL	2023
Qualidade das Rodovias	Avaliação das condições das vias rodoviárias: nota entre 1 (ruim) a 5 (ótimo), ponderada pela extensão pesquisada.	CNT	2022
Backhaul de Fibra Óptica	Percentual de municípios com backhaul de fibra óptica.	ANATEL	2024

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Infraestrutura



Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – I

Infraestrutura										
UF	Ranking do Pilar		Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações		Qualidade do Serviço de Telecomunicação		Custo de Combustíveis		Custo de Saneamento Básico	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		12		1		10	-2 ▼
ES	2		8	1 ▲	10		8		11	-5 ▼
SC	3		5		9		11		24	-3 ▼
PR	4	2 ▲	6		22		3		21	3 ▲
DF	5	-1 ▼	2		13		16		23	3 ▲
PB	6	-1 ▼	23	-2 ▼	2		5		18	-1 ▼
RJ	7	8 ▲	3		20		17		7	18 ▲
MS	8	-1 ▼	11		4		2		26	-4 ▼
SE	9	3 ▲	17	-1 ▼	14		9		20	-1 ▼
MG	10	3 ▲	7		19		10		13	-2 ▼
RS	11	5 ▲	4		17		6		27	
GO	12	-3 ▼	10		8		7		22	1 ▲
MT	13	-5 ▼	9	-1 ▼	18		12		5	
PE	14	-4 ▼	14	3 ▲	7		18		17	-4 ▼
CE	15	-1 ▼	19	-4 ▼	6		22		14	-4 ▼
RO	16	1 ▲	12		16		25	-1 ▼	9	
RN	17	-6 ▼	15	-1 ▼	1		21		15	-1 ▼
AL	18		25	-1 ▼	11		14		8	8 ▲
AP	19		13		27		4		3	
MA	20	2 ▲	27		25		15		6	
PI	21	2 ▲	26	-1 ▼	15		24	-1 ▼	16	-5 ▼
TO	22	-1 ▼	18	1 ▲	21		19		25	-5 ▼
BA	23	-3 ▼	20	-2 ▼	23		20		19	-1 ▼
AC	24	2 ▲	16	4 ▲	3		23	4 ▲	2	-1 ▼
RR	25	-1 ▼	22		5		27	-1 ▼	1	3 ▲
AM	26	1 ▲	21	2 ▲	26		13		11	4 ▲
PA	27	-2 ▼	24	2 ▲	24		26	-1 ▼	4	-2 ▼

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – II

Infraestrutura								
UF	Ranking do Pilar		Disponibilidade de Voos Diretos		Acesso à Energia Elétrica		Custo da Energia Elétrica	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		1		7	1 ▲
ES	2		14	1 ▲	1		9	7 ▲
SC	3		9		5		2	2 ▲
PR	4	2 ▲	5		5		3	8 ▲
DF	5	-1 ▼	4		1		18	-12 ▼
PB	6	-1 ▼	19	1 ▲	11		1	4 ▲
RJ	7	8 ▲	2		5		24	3 ▲
MS	8	-1 ▼	20	-1 ▼	5		26	-1 ▼
SE	9	3 ▲	22	1 ▲	19		4	5 ▲
MG	10	3 ▲	3		11		15	-1 ▼
RS	11	5 ▲	8		5		12	5 ▲
GO	12	-3 ▼	13	1 ▲	1		11	12 ▲
MT	13	-5 ▼	12		11		25	-1 ▼
PE	14	-4 ▼	6		15		14	1 ▲
CE	15	-1 ▼	10		19		13	7 ▲
RO	16	1 ▲	23	-1 ▼	19		5	-2 ▼
RN	17	-6 ▼	17	-1 ▼	5		10	
AL	18		16	1 ▲	11		22	-4 ▼
AP	19		25		17		17	-16 ▼
MA	20	2 ▲	18		15		6	1 ▲
PI	21	2 ▲	21		24		20	-7 ▼
TO	22	-1 ▼	24		17		21	1 ▲
BA	23	-3 ▼	7		19		23	-4 ▼
AC	24	2 ▲	26		27		19	-7 ▼
RR	25	-1 ▼	27		19		16	-14 ▼
AM	26	1 ▲	15	-2 ▼	26		8	13 ▲
PA	27	-2 ▼	11		25		27	-1 ▼

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – III

Infraestrutura								
UF	Ranking do Pilar		Qualidade da Energia Elétrica		Qualidade das Rodovias		Backhaul de Fibra Óptica	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		10		1		4	
ES	2		4	1 ▲	10		6	-1 ▼
SC	3		16	-2 ▼	11		2	1 ▲
PR	4	2 ▲	17	-2 ▼	5		5	2 ▲
DF	5	-1 ▼	19	-1 ▼	3		1	
PB	6	-1 ▼	2		8		24	-3 ▼
RJ	7	8 ▲	12	1 ▲	9		3	-2 ▼
MS	8	-1 ▼	8		4		9	
SE	9	3 ▲	9		13		14	-2 ▼
MG	10	3 ▲	18	-2 ▼	23		19	1 ▲
RS	11	5 ▲	20	-1 ▼	7		10	-2 ▼
GO	12	-3 ▼	26	-6 ▼	6		15	-5 ▼
MT	13	-5 ▼	6		17		16	-3 ▼
PE	14	-4 ▼	13	-2 ▼	19		18	-4 ▼
CE	15	-1 ▼	13	4 ▲	22		11	-5 ▼
RO	16	1 ▲	23	1 ▲	15		7	10 ▲
RN	17	-6 ▼	3	-2 ▼	16		27	-1 ▼
AL	18		24	1 ▲	2		22	1 ▲
AP	19		22	1 ▲	21		17	1 ▲
MA	20	2 ▲	15	7 ▲	25		12	4 ▲
PI	21	2 ▲	21		18		8	14 ▲
TO	22	-1 ▼	5	-2 ▼	20		25	
BA	23	-3 ▼	11	1 ▲	14		20	-1 ▼
AC	24	2 ▲	25	1 ▲	26		13	-2 ▼
RR	25	-1 ▼	27		12		23	1 ▲
AM	26	1 ▲	6	1 ▲	27		26	1 ▲
PA	27	-2 ▼	1	3 ▲	24		21	-6 ▼



SUSTENTABILIDADE SOCIAL

O pilar da sustentabilidade social foi construído a partir de uma visão multidimensional para o tema da vulnerabilidade. Grosso modo, o pilar foi incorporado como ferramenta para mensurar o grau de eficiência da atuação governamental para minimizar a vulnerabilidade do indivíduo em diferentes estágios da vida. A ideia subjacente ao pilar é superar abordagens que centram atenção apenas na dimensão da renda quando avaliam o bem-estar social.

Nessa concepção, a qualidade de vida é resultado de uma combinação de ações governamentais que permitem o acesso aos direitos fundamentais e sociais para o conjunto da população. Naturalmente, porém, há um foco especial nos grupos socialmente mais vulneráveis.

Esta visão mais holística da questão social está em linha com os princípios institucionais que fundamentam a existência do Estado brasileiro. O primeiro artigo da carta constitucional coloca a dignidade humana como fundamento do pacto político criado em 1988. O pilar da sustentabilidade social, em boa medida, traz indicadores para verificar a taxa do sucesso dos entes estaduais em contribuir para diminuir as vulnerabilidades.

O pilar da Sustentabilidade Social é, em boa medida, uma síntese do princípio orientador do *Ranking de Competitividade dos Estados* como um todo. É o terceiro com maior peso no cômputo geral do ranking (11,5%), superado apenas por Segurança Pública e Infraestrutura. Além disso, juntamente com o pilar de Educação, o pilar de Sustentabilidade Social é o que mostra a maior aderência com o Ranking Geral, marcando também um contraste regional, com os Estados das regiões Sul e Sudeste, acrescidos do DF, dominando as primeiras posições do ranking, ao passo que os Estados do Norte e Nordeste ocupam, no geral, as últimas posições.

O pressuposto do conceito de sustentabilidade social, contudo, não se limita a ações de correção de distorções, mas é composto por indicadores que medem a capacidade do governo em tomar ações que evitem a vulnerabilidade dos indivíduos. A ideia é que o Estado deve fornecer ferramentas para potencializar a capacidade dos membros da sua comunidade política, no limite, reforçando a autonomia em relação aos governos. Foram compilados neste pilar indicadores de saúde, pobreza,

condições de moradia, saneamento básico e outros ligados à promoção do trabalho decente.

A conexão do pilar com a competitividade é absoluta, pois não há melhor definição de um Estado competitivo do que aquele que é capaz de maximizar o bem-estar social de seus habitantes.

Mas há também uma conexão com um conceito “mais privado” de competitividade. Muito embora o ranking contemple pilares específicos para educação e capital humano, o pilar de sustentabilidade social também tem importância crucial para o reforço da qualidade do capital humano.

A proteção contra as vulnerabilidades sociais favorece também as chances de inserção dos indivíduos na economia do mercado, potencializando o tamanho do mercado consumidor. A face multidimensional do pilar caminha na direção de reforçarmos um movimento que equaliza a igualdade de oportunidades e respeita as escolhas individuais dos membros dessa comunidade. Nesse sentido, a promoção de medidas para erradicar o trabalho forçado e assegurar a proteção à infância são elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável do País.

Em comparação à edição de 2023, não houve atualização dos indicadores Inadequação de Moradia, Acesso ao Saneamento Básico – Água e Acesso ao Saneamento Básico – Esgoto, pois dependem de novas informação ainda não divulgadas pela edição anual da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Além disso, os indicadores de IDH e Equilíbrio Racial que também compõem esse pilar não foram atualizados em função da não disponibilidade de resultados novos até a etapa de coleta de dados desta edição.

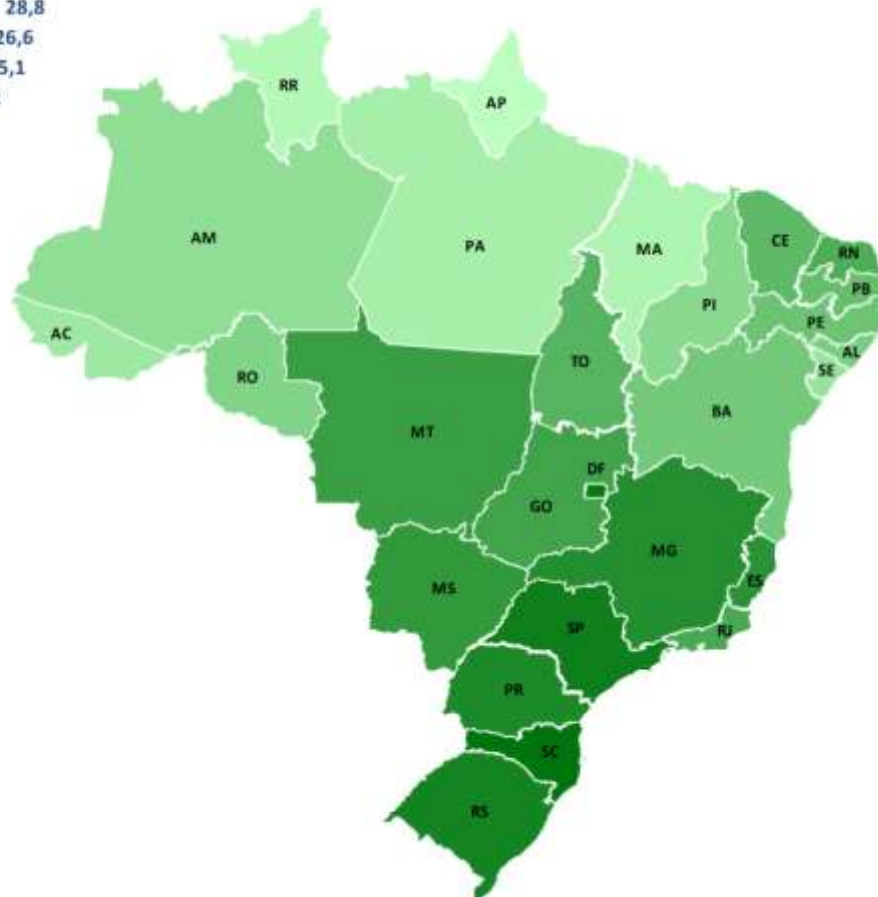
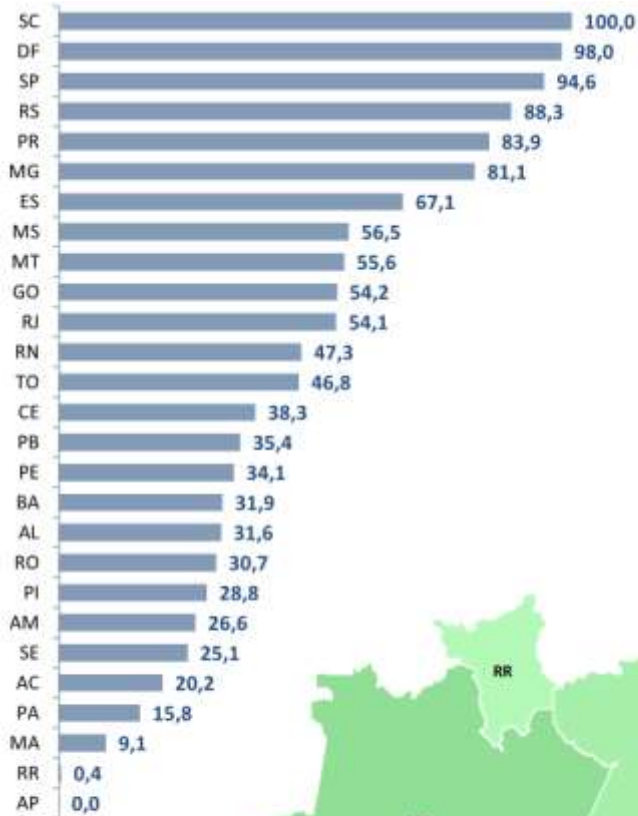
As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram SC, DF e SP, nessa ordem. Em relação à edição passada, Santa Catarina segue como o primeiro colocado, São Paulo caiu da 2ª para 3ª colocação, e o Distrito Federal passou de 3º para 2º colocado.

Paraíba exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 3 colocações, passando da 18ª para 15ª posição. O Estado paraibano apresentou melhora relativa nos indicadores de Mortalidade Materna (+8 posições), Famílias Abaixo da Linha da Pobreza (+5), Trabalho Infantil e Cobertura Vacinal (+4 cada) e Desigualdade de Renda (+1).



SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Ranking – Sustentabilidade Social



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Inadequação de Moradia	Percentual de domicílios urbanos com, ao menos, um dos critérios de inadequação de moradia, conforme metodologia da Fundação João Pinheiro.	IBGE	2022
Famílias Abaixo da Linha da Pobreza	Percentual de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza, definida pelo Governo Federal.	IBGE	2023
Desigualdade de Renda	Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente recebido em todos os trabalhos, a preços médios do ano.	IBGE	2023
Acesso ao Saneamento Básico - Água	Percentual de domicílios com acesso à água canalizada de rede geral de distribuição.	IBGE	2022
Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	Percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto (Rede geral ou rede pluvial, ou Fossa séptica ligada à rede).	IBGE	2022
Anos Potenciais de Vida Perdidos	Média ponderada pela quantidade de óbitos dos anos potenciais de vida perdidos (anos faltantes para atingir 70 anos) por faixa etária.	Datasus	2022
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano estadual.	Pnud Brasil, Ipea e FJP	2021
Mortalidade Materna	Óbitos maternos em relação à população feminina em idade fértil (15-49 anos).	Datasus e IBGE	2022
Mortalidade Precoce	Mortalidade de Jovens (15-29 anos) por causas externas.	Datasus e IBGE	2022
Mortalidade na Infância	Óbitos de menores de 5 anos por grupo de 1.000 nascidos vivos.	Datasus	2022
Desnutrição na Infância	Percentual de crianças (de 0 a 5 anos) com magreza acentuada.	Sisvan	2023
Obesidade na Infância	Percentual de crianças (de 0 a 5 anos) com obesidade.	Sisvan	2023
Cobertura Vacinal	Taxa de cobertura vacinal: número de doses aplicadas do imunizante indicado (1ª, 2ª, 3ª dose ou dose única, conforme a vacina) dividida pela população-alvo, multiplicado por 100.	Datasus	2023
Equilíbrio Racial	Distância entre o percentual de negros na população acima de 30 anos em estratos privilegiados (educação, renda e longevidade) e sua participação no total de habitantes da mesma faixa etária.	Índice Folha de Equilíbrio Racial (Ifer)	2021
Trabalho Infantil	Crianças e adolescentes encontrados pela Auditoria Fiscal do Trabalho em situação de trabalho infantil em relação à população menor de 18 anos.	Ministério do Trabalho e Emprego e IBGE	2023
Trabalho Escravo	Trabalhadores em condições análogas a trabalho escravo encontrados pela Inspeção do Trabalho, em relação à população em idade de trabalhar (14 anos ou mais).	Ministério do Trabalho e Emprego e IBGE	2023

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Sustentabilidade Social



Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – I

Sustentabilidade Social											
UF	Ranking do Pilar		Inadequação de Moradia		Famílias Abaixo da Linha da Pobreza		Desigualdade de Renda		Acesso ao Saneamento Básico - Água		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1		6		4	-3 ▼	1		15		
DF	2	1 ▲	2		3		25		2		
SP	3	-1 ▼	1		9	-5 ▼	16	-3 ▼	1		
RS	4		8		1	1 ▲	7	-1 ▼	5		
PR	5		5		8	-2 ▼	4	3 ▲	4		
MG	6		3		6	3 ▲	11	-6 ▼	9		
ES	7		7		7	3 ▲	10	2 ▲	12		
MS	8	2 ▲	9		5	3 ▲	9		6		
MT	9	-1 ▼	15		10	-3 ▼	3		17		
GO	10	-1 ▼	13		2	3 ▲	8	-4 ▼	7		
RJ	11		11		13		24	-2 ▼	8		
RN	12	1 ▲	14		16		23		3		
TO	13	-1 ▼	21		14	-3 ▼	12	7 ▲	13		
CE	14		16		24	-3 ▼	21	-3 ▼	16		
PB	15	3 ▲	17		18	5 ▲	26	1 ▲	22		
PE	16	-1 ▼	18		25	-1 ▼	14	2 ▲	19		
BA	17	2 ▲	12		23	2 ▲	20	-7 ▼	14		
AL	18	-1 ▼	22		21	-3 ▼	5	4 ▲	23		
RO	19	-3 ▼	25		19	-7 ▼	2		27		
PI	20	2 ▲	10		15	7 ▲	27	-1 ▼	18		
AM	21		23		17	-2 ▼	17	-2 ▼	21		
SE	22	-2 ▼	19		22	-2 ▼	19	5 ▲	11		
AC	23	2 ▲	24		27	-1 ▼	5	3 ▲	24		
PA	24	-1 ▼	26		11	8 ▲	22	-1 ▼	25		
MA	25	-1 ▼	20		26	1 ▲	18	-1 ▼	20		
RR	26	1 ▲	4		20	-3 ▼	13	-2 ▼	10		
AP	27	-1 ▼	27		12	2 ▲	14	5 ▲	26		

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – II

Sustentabilidade Social											
UF	Ranking do Pilar		Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto		Anos Potenciais de Vida Perdidos		IDH		Mortalidade Materna		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1		10		5		3		1	6 ▲	
DF	2	1 ▲	2		16	-2 ▼	1		2	2 ▲	
SP	3	-1 ▼	1		2	2 ▲	2		4	-2 ▼	
RS	4		7		1		5		3	2 ▲	
PR	5		6		6	1 ▲	7		5	9 ▲	
MG	6		4		3	-1 ▼	4		6		
ES	7		5		10	-2 ▼	5		13	-5 ▼	
MS	8	2 ▲	12		13		9		18	3 ▲	
MT	9	-1 ▼	21		22		11		15	9 ▲	
GO	10	-1 ▼	9		14	1 ▲	10		14	6 ▲	
RJ	11		3		4	-1 ▼	8		16	3 ▲	
RN	12	1 ▲	22		8	1 ▲	14		17		
TO	13	-1 ▼	20		19		13		25		
CE	14		14		9	1 ▲	12		12	-2 ▼	
PB	15	3 ▲	16		7	-1 ▼	21		7	8 ▲	
PE	16	-1 ▼	8		11	1 ▲	15		9	-8 ▼	
BA	17	2 ▲	11		15	1 ▲	22		10	-1 ▼	
AL	18	-1 ▼	19		17	1 ▲	26		19	-7 ▼	
RO	19	-3 ▼	24		21		18		11	12 ▲	
PI	20	2 ▲	27		12	-1 ▼	23		21	-5 ▼	
AM	21		18		25	-1 ▼	18		24	2 ▲	
SE	22	-2 ▼	15		18	-1 ▼	17		23	-20 ▼	
AC	23	2 ▲	17		24	1 ▲	16		8	5 ▲	
PA	24	-1 ▼	25		23		23		22	-4 ▼	
MA	25	-1 ▼	23		20		27		20	2 ▲	
RR	26	1 ▲	13		27		20		27		
AP	27	-1 ▼	26		26		25		26	-15 ▼	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – III

Sustentabilidade Social											
UF	Ranking do Pilar		Mortalidade Precoce		Mortalidade na Infância		Desnutrição na Infância		Obesidade na Infância		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1		3	1▲	1		2		4		
DF	2	1▲	2	-1▼	7	1▲	6		1		
SP	3	-1▼	1	1▲	5		3		3		
RS	4		5		2	1▲	1		17	-4▼	
PR	5		10	2▲	3	-1▼	4		16	2▲	
MG	6		4	-1▼	4		13	-1▼	11		
ES	7		19	-4▼	6	4▲	8	2▲	6		
MS	8	2▲	8		10	-4▼	7		5		
MT	9	-1▼	18	2▲	17	-2▼	16	-7▼	7		
GO	10	-1▼	9	5▲	12	2▲	25	-5▼	9	1▲	
RJ	11		13	4▲	14	-1▼	10	8▲	20	-4▼	
RN	12	1▲	14	2▲	8	1▲	20	-3▼	25	-1▼	
TO	13	-1▼	22		11	7▲	13	1▲	9	-1▼	
CE	14		25	-2▼	9	-2▼	20	-1▼	27		
PB	15	3▲	12	-2▼	19	-7▼	18	-3▼	23	-2▼	
PE	16	-1▼	20	1▲	16	1▲	17	6▲	24	1▲	
BA	17	2▲	27	-1▼	18	2▲	26		18	1▲	
AL	18	-1▼	24	-6▼	13	3▲	9	4▲	21	2▲	
RO	19	-3▼	17	-6▼	15	-4▼	11	-3▼	8	1▲	
PI	20	2▲	11	-2▼	22	-1▼	20	1▲	14	3▲	
AM	21		23	1▲	23	1▲	12	-1▼	12		
SE	22	-2▼	21	-2▼	24	-2▼	24	1▲	26		
AC	23	2▲	6		25		23	1▲	19	1▲	
PA	24	-1▼	16	-3▼	20	3▲	15	7▲	13	1▲	
MA	25	-1▼	7		21	-2▼	27		22		
RR	26	1▲	15	10▲	27		5		2		
AP	27	-1▼	26	1▲	26		18	-2▼	15		

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – IV

Sustentabilidade Social											
UF	Ranking do Pilar		Cobertura Vacinal		Equilíbrio Racial		Trabalho Infantil		Trabalho Escravo		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1		9	-7 ▼	15		8	1 ▲	12	3 ▲	
DF	2	1 ▲	6	3 ▲	20		10	-7 ▼	5	8 ▲	
SP	3	-1 ▼	17	1 ▲	26		6	-4 ▼	13	-5 ▼	
RS	4		8	5 ▲	15		22	-2 ▼	23	-3 ▼	
PR	5		2	6 ▲	24		3	16 ▲	14	-8 ▼	
MG	6		11	-6 ▼	20		20	2 ▲	24	1 ▲	
ES	7		10	9 ▲	25		25		19	-5 ▼	
MS	8	2 ▲	13	-3 ▼	19		27	-1 ▼	22	2 ▲	
MT	9	-1 ▼	12	-6 ▼	14		15	-4 ▼	10	7 ▲	
GO	10	-1 ▼	22	-6 ▼	10		2	15 ▲	27	-4 ▼	
RJ	11		26		27		5	3 ▲	7	-2 ▼	
RN	12	1 ▲	18	-1 ▼	15		18	-4 ▼	1	15 ▲	
TO	13	-1 ▼	5	-4 ▼	13		9	4 ▲	21	-11 ▼	
CE	14		1	2 ▲	22		23		9		
PB	15	3 ▲	16	4 ▲	6		1	4 ▲	17	-13 ▼	
PE	16	-1 ▼	20	-5 ▼	22		17	4 ▲	8	-1 ▼	
BA	17	2 ▲	15	6 ▲	10		13	3 ▲	11	1 ▲	
AL	18	-1 ▼	3	4 ▲	15		14	-4 ▼	20	-19 ▼	
RO	19	-3 ▼	7	4 ▲	2		24	-12 ▼	16	5 ▲	
PI	20	2 ▲	4		8		12	-6 ▼	25	2 ▲	
AM	21		19	-7 ▼	4		7	11 ▲	6	-5 ▼	
SE	22	-2 ▼	14		10		21	3 ▲	1	10 ▲	
AC	23	2 ▲	23		2		11	-4 ▼	1	25 ▲	
PA	24	-1 ▼	25	-1 ▼	8		4		15	3 ▲	
MA	25	-1 ▼	21	1 ▲	4		19	-4 ▼	18	1 ▲	
RR	26	1 ▲	24	1 ▲	6		26	1 ▲	26	-4 ▼	
AP	27	-1 ▼	27		1		16	-15 ▼	1		



SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é o serviço público que melhor expressa o funcionamento das instituições do Estado, visto que a construção da ordem e a proteção aos direitos individuais ao longo de toda história se mostraram essenciais para a construção de um ordenamento virtuoso para o desenvolvimento.

O Estado moderno nasceu fundamentalmente para criar estabilidade interna e proteção externa para sua comunidade. A segurança pública, no limite, é a dimensão que separa os países com equilíbrio virtuoso para o desenvolvimento dos chamados “Estados falidos”. A preservação dos direitos individuais, aliada à preservação do primado da lei e à construção de mecanismos de institucionalização dos conflitos, é condição fundamental para o bem-estar social e a competitividade dos Estados.

A inclusão de um pilar específico de Segurança Pública no *Ranking de Competitividade dos Estados* é justificada por razões de duas ordens: i) constitucional: responsabilidade central da esfera estadual na garantia de segurança aos cidadãos; e ii) prática: a segurança pública no Brasil é uma das maiores preocupações dos cidadãos, diante dos índices de violência urbana alarmantes e ainda sem sinais de reversão.

Segurança Pública recebe o maior peso (13,0%) entre 10 pilares temáticos que constituem o *Ranking de Competitividade dos Estados*. O pilar é composto por 10 indicadores. Por representar o crime que gera os maiores danos à sociedade, por seus índices alarmantes e por dispor das medições mais confiáveis, o indicador de *Segurança Pessoal* é o que possui a maior importância relativa (ver quadro no final desta seção).

Em comparação à edição de 2023, não houve atualização do indicador de Atualização do Sistema de Justiça Criminal. Esse indicador depende dos dados anuais do Depen, anteriormente divulgados de forma consolidada para estados em termos de população prisional por tipo de crime. A forma de divulgação foi alterada, sem consolidação para a escala estadual, inviabilizando a atualização do indicador nesta edição.

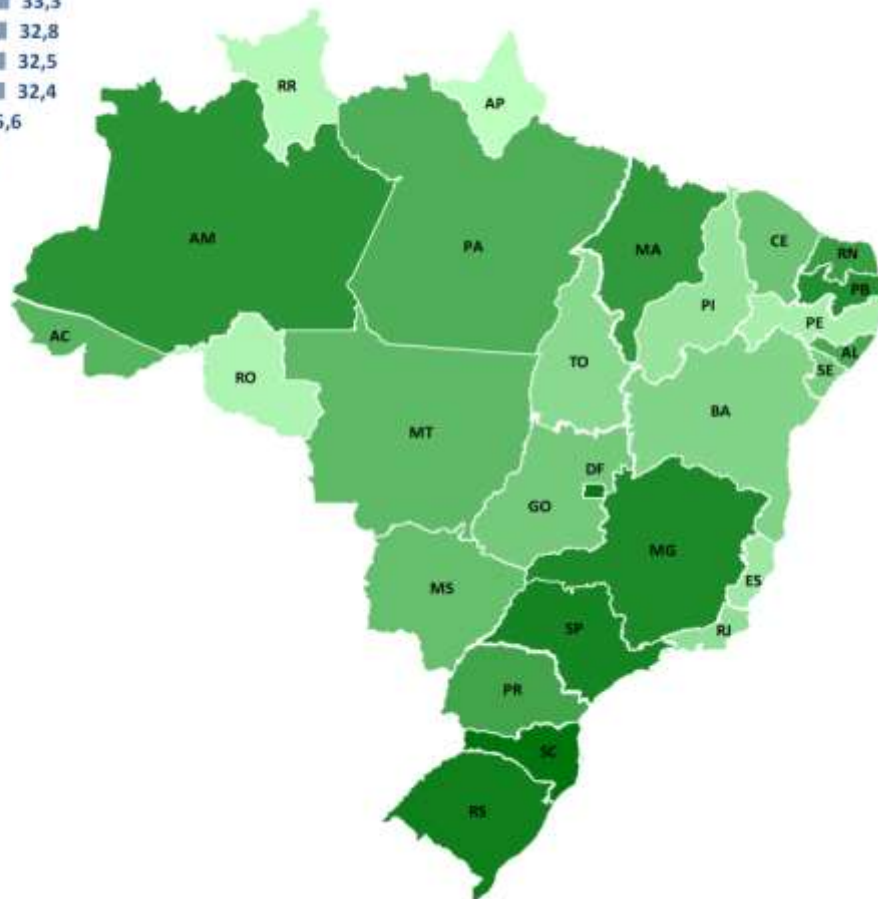
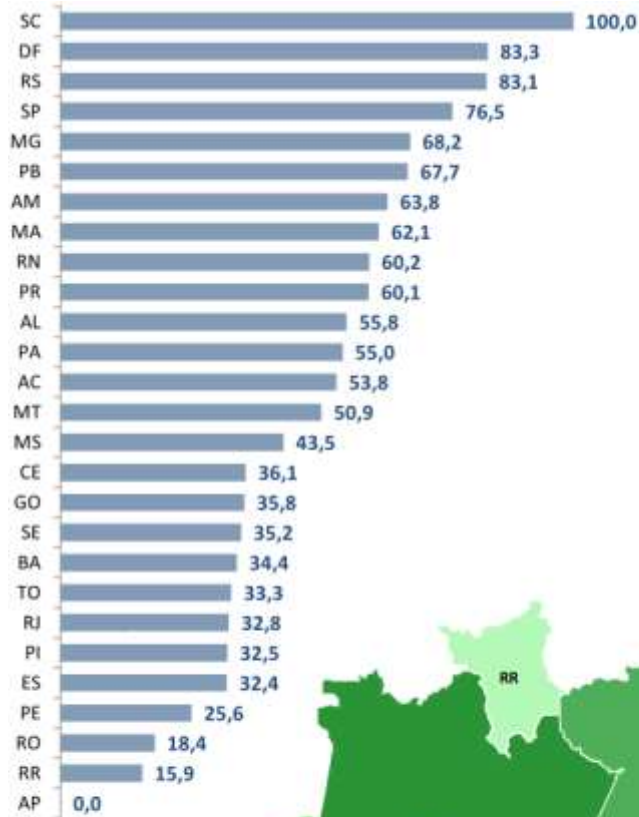
As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram SC, DF e RS, nessa ordem. Em relação à edição passada, Santa Catarina e Distrito Federal mantiveram as posições, enquanto o Rio Grande do Sul subiu da 5ª para 3ª colocação.

O Rio Grande do Norte exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 8 colocações, passando da 17ª para 9ª posição. O Estado apresentou melhora relativa sobretudo nos indicadores de Déficit Carcerário (+11 posições), Qualidade da Informação de Criminalidade (+9 posições) e Mortalidade no Trânsito (+4).



SEGURANÇA PÚBLICA

Ranking – Segurança Pública



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Atuação do Sistema de Justiça Criminal	População prisional acusada de homicídio em relação ao número de homicídios.	DEPEN e FBSP	2022
Presos sem Condenação	Proporção de presos sem condenação em relação ao total de presos.	DEPEN	2023
Déficit Carcerário	Relação da população prisional pelo total de vagas.	DEPEN	2023
Mortes a Esclarecer	Óbitos por causas externas a partir de "Eventos cuja intenção é indeterminada" por 100 mil habitantes.	Datasus e IBGE	2022
Mortalidade no Trânsito	Óbitos por acidentes em transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	Datasus e IBGE	2022
Morbidade no Trânsito	Número de internações provocadas por acidente de transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	Datasus e IBGE	2023
Segurança Pessoal	Taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI)	FBSP	2023
Segurança Patrimonial	Roubos totais por 100 mil habitantes.	FBSP	2023
Qualidade da Informação de Criminalidade	Qualidade estimada dos registros estatísticos oficiais de Mortes Violentas Intencionais.	FBSP	2023
Violência Sexual	Total de vítimas de estupro e estupro de vulnerável consumados por 100 mil habitantes.	FBSP	2023

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Segurança Pública



Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – I

Segurança Pública									
UF	Ranking do Pilar		Atuação do Sistema de Justiça Criminal		Presos sem Condenação		Déficit Carcerário		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1		4		7	2 ▲	9	-4 ▼	
DF	2		1		5	-3 ▼	26	-2 ▼	
RS	3	2 ▲	23		13	-2 ▼	8	2 ▲	
SP	4		3		4		12	-1 ▼	
MG	5	3 ▲	27		24	-1 ▼	14	2 ▲	
PB	6	-3 ▼	14		8		17	-2 ▼	
AM	7	7 ▲	24		12	4 ▲	1	6 ▲	
MA	8	-1 ▼	22		22	2 ▲	4	-2 ▼	
RN	9	8 ▲	25		11	-1 ▼	3	11 ▲	
PR	10	-4 ▼	5		1		24	1 ▲	
AL	11	-2 ▼	13		6		25	1 ▲	
PA	12	1 ▲	21		21	-4 ▼	6	2 ▲	
AC	13	5 ▲	10		15	-3 ▼	10	2 ▲	
MT	14	-4 ▼	11		16	6 ▲	5	1 ▲	
MS	15	-4 ▼	2		9	-2 ▼	22	1 ▲	
CE	16		17		23	-3 ▼	19	3 ▲	
GO	17	-2 ▼	9		14		20	1 ▲	
SE	18	3 ▲	15		27		16	-3 ▼	
BA	19	4 ▲	26		26		7	-4 ▼	
TO	20	2 ▲	19		20	-2 ▼	2	-1 ▼	
RJ	21	-2 ▼	16		18	-3 ▼	18	2 ▲	
PI	22	-2 ▼	20		25		21	-4 ▼	
ES	23	-11 ▼	7		19		15	4 ▲	
PE	24	1 ▲	12		17	4 ▲	27		
RO	25	1 ▲	6		2	1 ▲	11	-2 ▼	
RR	26	-2 ▼	8		3	2 ▲	23	-5 ▼	
AP	27		18		10	3 ▲	13	-9 ▼	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – II

Segurança Pública									
UF	Ranking do Pilar		Mortes a Esclarecer		Mortalidade no Trânsito		Morbidade no Trânsito		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1		10		15		8	2 ▲	
DF	2		1	6 ▲	5	-3 ▼	11	1 ▲	
RS	3	2 ▲	9	-3 ▼	10	-1 ▼	1		
SP	4		23	3 ▲	1	3 ▲	12	-1 ▼	
MG	5	3 ▲	22	2 ▲	8	2 ▲	14	2 ▲	
PB	6	-3 ▼	6	-4 ▼	18	1 ▲	23	-5 ▼	
AM	7	7 ▲	7	-4 ▼	2	-1 ▼	2		
MA	8	-1 ▼	3	1 ▲	16	2 ▲	3	3 ▲	
RN	9	8 ▲	19	1 ▲	3	4 ▲	21		
PR	10	-4 ▼	15		20	1 ▲	9	-1 ▼	
AL	11	-2 ▼	4	5 ▲	14	3 ▲	7	-4 ▼	
PA	12	1 ▲	5		17	-3 ▼	15	-1 ▼	
AC	13	5 ▲	2	-1 ▼	6	-3 ▼	13	9 ▲	
MT	14	-4 ▼	12		26		17	2 ▲	
MS	15	-4 ▼	18		21	2 ▲	24		
CE	16		24	-1 ▼	9	-1 ▼	18	2 ▲	
GO	17	-2 ▼	16	-2 ▼	22		27		
SE	18	3 ▲	21	-2 ▼	13		19	-2 ▼	
BA	19	4 ▲	20	1 ▲	12	-1 ▼	10	-1 ▼	
TO	20	2 ▲	13	-2 ▼	27		22	1 ▲	
RJ	21	-2 ▼	27	-2 ▼	4	1 ▲	4	1 ▲	
PI	22	-2 ▼	11	2 ▲	24	1 ▲	26	-1 ▼	
ES	23	-11 ▼	25	-8 ▼	19	1 ▲	16	-1 ▼	
PE	24	1 ▲	26	1 ▲	11	1 ▲	5	-1 ▼	
RO	25	1 ▲	14	2 ▲	25	-1 ▼	25	1 ▲	
RR	26	-2 ▼	17	5 ▲	23	-7 ▼	20	-7 ▼	
AP	27		8		7	-1 ▼	6	1 ▲	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – III

Segurança Pública											
UF	Ranking do Pilar		Segurança Pessoal		Segurança Patrimonial		Qualidade da Informação de Criminalidade		Violência Sexual		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1		2		1		7	4 ▲	19	2 ▲	
DF	2		3		23	1 ▲	15	-5 ▼	6		
RS	3	2 ▲	5	1 ▲	10		10	5 ▲	16		
SP	4		1		22	-7 ▼	20	-4 ▼	7		
MG	5	3 ▲	4		2		6	14 ▲	3	1 ▲	
PB	6	-3 ▼	12	-2 ▼	7	1 ▲	21	-13 ▼	1		
AM	7	7 ▲	23	2 ▲	25		19	4 ▲	4	-2 ▼	
MA	8	-1 ▼	14	-2 ▼	21	-1 ▼	17	-3 ▼	9	2 ▲	
RN	9	8 ▲	19	2 ▲	17	-1 ▼	9	9 ▲	12	-7 ▼	
PR	10	-4 ▼	6	1 ▲	8	-2 ▼	14	-8 ▼	20		
AL	11	-2 ▼	24		9		8	-7 ▼	10		
PA	12	1 ▲	21	1 ▲	18	4 ▲	1	4 ▲	22	-3 ▼	
AC	13	5 ▲	10	3 ▲	14	4 ▲	22	3 ▲	25	1 ▲	
MT	14	-4 ▼	20	-5 ▼	3	1 ▲	13		21	-4 ▼	
MS	15	-4 ▼	7	-2 ▼	5	-2 ▼	16	3 ▲	24		
CE	16		22	-2 ▼	15	-3 ▼	4	5 ▲	2	1 ▲	
GO	17	-2 ▼	9		6	1 ▲	23	-11 ▼	17	1 ▲	
SE	18	3 ▲	18	1 ▲	11	2 ▲	5	-1 ▼	13	1 ▲	
BA	19	4 ▲	26		13	1 ▲	11	6 ▲	11	-2 ▼	
TO	20	2 ▲	16	1 ▲	4	1 ▲	24	-2 ▼	18	5 ▲	
RJ	21	-2 ▼	11		20	1 ▲	26	-5 ▼	8	4 ▲	
PI	22	-2 ▼	8		19		2		15	-2 ▼	
ES	23	-11 ▼	15	-1 ▼	24	-1 ▼	12	-5 ▼	14	1 ▲	
PE	24	1 ▲	25	-2 ▼	16	1 ▲	3		5	3 ▲	
RO	25	1 ▲	17	1 ▲	26		18	8 ▲	26	-4 ▼	
RR	26	-2 ▼	13	3 ▲	12	-1 ▼	27		27		
AP	27		27		27		25	-1 ▼	23	2 ▲	



EDUCAÇÃO

As graves deficiências na educação do País, juntamente com a crônica deficiência de infraestrutura, estão indubitavelmente entre os principais desafios para a melhora da competitividade nacional, minando tanto o potencial de desenvolvimento econômico quanto social.

Há um amplo conjunto de medidas que precisam ser tomadas para reverter a situação e que vão muito além da melhora da qualificação e remuneração dos docentes, sendo que a melhoria da gestão das unidades educacionais deveria estar no centro das prioridades. No pilar educação, foram contemplados indicadores de taxa de frequência líquida e qualidade nos ensinos fundamental e médio, além do IOEB (Índice de Oportunidades da Educação Brasileira).

Além de indicadores que medem a qualidade da educação e de universalização do atendimento, este pilar também inclui o indicador de 'avaliação da educação', premiando os Estados que possuem um programa estadual de avaliação da educação básica. Este indicador premia as UFs que possuem uma avaliação estadual e que o façam de forma frequente. Assim, a pontuação varia de acordo com os últimos anos em que a prova de avaliação foi aplicada no Estado. Para a construção deste indicador, utilizamos informações dos portais de cada programa de avaliação estadual, que são checadas com as secretarias estaduais de educação.

Em razão da sua importância econômica e social, e considerando as graves carências existentes nos Estados, o pilar Educação possui o 4º maior peso do ranking (11,3% do total), sendo complementado ainda pelo pilar Capital Humano, com 8,3% do peso total. Enquanto o primeiro pilar avalia as condições atuais da educação no País, o segundo examina o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho e seu impacto sobre a produtividade da economia, além de aspectos ligados à inserção da mão de obra no País.

Em comparação à edição de 2023, não houve atualização do indicador IDEB, cuja data prevista para a divulgação dos resultados finais não viabilizou sua incorporação na etapa de coleta de dados nesta edição.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram SP, CE e MG, nessa ordem. Em relação à edição passada, São Paulo manteve a posição, enquanto o Ceará subiu da 4ª para a 2ª colocação e Minas Gerais caiu da 2ª para a 3ª colocação.

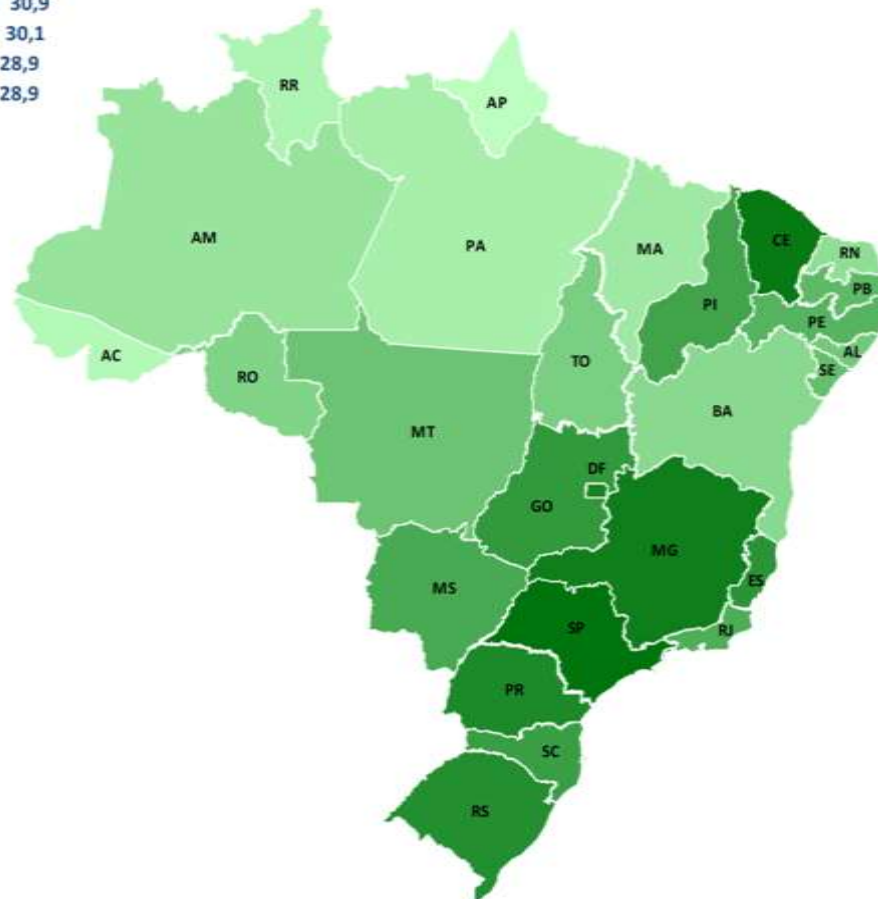
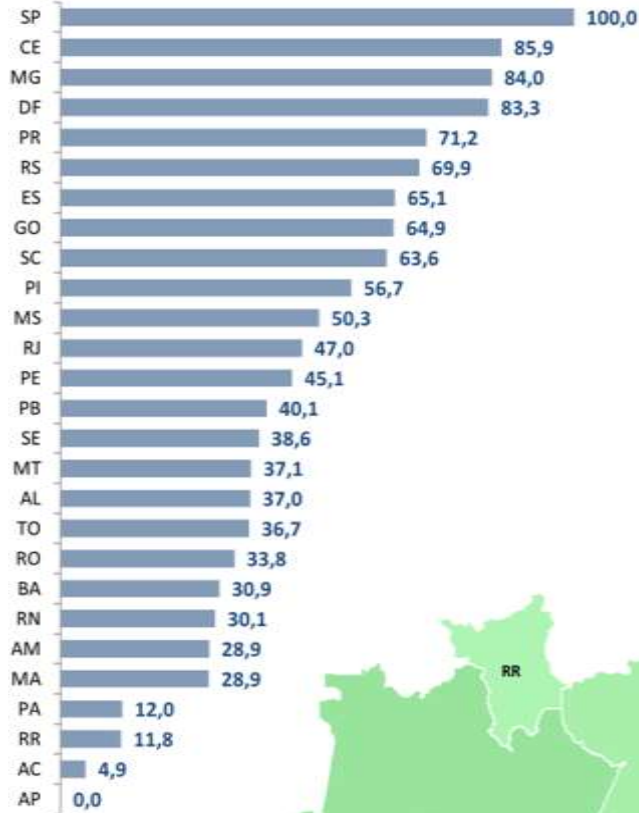
Paraíba exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 6 colocações, passando da 20ª para a 14ª posição. O Estado apresentou melhora relativa no indicador Avaliação da Educação (+10 posições), Taxa de Atendimento do Ensino

Infantil (+7), Índice de Oportunidade da Educação (+3) e Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental (+2).



EDUCAÇÃO

Ranking – Educação



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Avaliação da Educação	Status dos programas estaduais de avaliação da educação básica.	Secretarias Estaduais de Educação	2024
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica ponderado pelo número de matrículas de todos os níveis de Ensino e de toda a rede (Pública e Privada).	INEP	2021
ENEM	Média simples das notas das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).	INEP	2023
Índice de Oportunidade da Educação	Mede a qualidade das oportunidades educacionais oferecidas por municípios e estados.	Comunidade Educativa CEDAC	2023
Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o Ensino Fundamental.	IBGE	2023
Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos frequentando o Ensino Médio.	IBGE	2023
Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	Razão entre o número de estudantes de 0 a 5 anos e o total de pessoas dessa mesma faixa etária.	IBGE	2023

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Educação



Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – I

Educação									
UF	Ranking do Pilar		Avaliação da Educação		IDEB		ENEM		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SP	1		1	10 ▲	1		2		
CE	2	2 ▲	1	10 ▲	4		13	2 ▲	
MG	3	-1 ▼	1		6		1		
DF	4	3 ▲	20	2 ▲	3		4	-1 ▼	
PR	5	-2 ▼	1		2		8		
RS	6		1		8		6	1 ▲	
ES	7	2 ▲	1	10 ▲	9		5	1 ▲	
GO	8		1		7		9	1 ▲	
SC	9	-4 ▼	26	-5 ▼	5		3	1 ▲	
PI	10	2 ▲	1	10 ▲	11		20		
MS	11	2 ▲	1	10 ▲	20		12		
RJ	12	-1 ▼	26	1 ▲	10		7	-2 ▼	
PE	13	3 ▲	1		13		11		
PB	14	6 ▲	1	10 ▲	16		15	-2 ▼	
SE	15		1		21		14		
MT	16	-6 ▼	1		12		17	-1 ▼	
AL	17	-3 ▼	24	-4 ▼	19		19		
TO	18		20	2 ▲	18		22	-1 ▼	
RO	19	-2 ▼	1	10 ▲	15		21	1 ▲	
BA	20	2 ▲	1		23		18		
RN	21	-2 ▼	20	2 ▲	25		10	-1 ▼	
AM	22	1 ▲	1	10 ▲	22		27		
MA	23	-2 ▼	1		24		26	-1 ▼	
PA	24	1 ▲	1		26		24		
RR	25	1 ▲	20	2 ▲	17		16	1 ▲	
AC	26	-2 ▼	24	-2 ▼	14		23		
AP	27		1	10 ▲	27		25	1 ▲	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – II

Educação										
UF	Ranking do Pilar		Índice de Oportunidade da Educação		Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental		Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio		Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SP	1		1		10	-6 ▼	1		1	
CE	2	2 ▲	1	1 ▲	9	1 ▲	2	2 ▲	7	-1 ▼
MG	3	-1 ▼	5	-2 ▼	2	1 ▲	3	3 ▲	14	-2 ▼
DF	4	3 ▲	3	2 ▲	1	9 ▲	4	-2 ▼	15	2 ▲
PR	5	-2 ▼	6		25	-9 ▼	6	-2 ▼	5	
RS	6		9		5	-4 ▼	15	-1 ▼	8	-4 ▼
ES	7	2 ▲	6	2 ▲	15	1 ▲	9	8 ▲	16	-9 ▼
GO	8		6	1 ▲	14	2 ▲	5	2 ▲	21	
SC	9	-4 ▼	3	1 ▲	18	-4 ▼	10	1 ▲	2	
PI	10	2 ▲	14	1 ▲	3	1 ▲	11	11 ▲	3	7 ▲
MS	11	2 ▲	14	-1 ▼	10	-2 ▼	17	-1 ▼	11	
RJ	12	-1 ▼	11		24	-2 ▼	8	2 ▲	4	-1 ▼
PE	13	3 ▲	12	2 ▲	20	5 ▲	12	7 ▲	20	-1 ▼
PB	14	6 ▲	14	3 ▲	22	2 ▲	21	-2 ▼	13	7 ▲
SE	15		19	3 ▲	15	-8 ▼	24	-3 ▼	6	9 ▲
MT	16	-6 ▼	9	1 ▲	26		20	-17 ▼	19	-3 ▼
AL	17	-3 ▼	14	2 ▲	6	2 ▲	18	-5 ▼	17	-4 ▼
TO	18		19		13	8 ▲	7	2 ▲	18	
RO	19	-2 ▼	12		19	3 ▲	15	-8 ▼	23	2 ▲
BA	20	2 ▲	19	4 ▲	21	-5 ▼	23	2 ▲	12	2 ▲
RN	21	-2 ▼	23	-2 ▼	4	-3 ▼	26	-3 ▼	9	
AM	22	1 ▲	19	1 ▲	6	14 ▲	14	4 ▲	24	2 ▲
MA	23	-2 ▼	26		12	-6 ▼	13	2 ▲	10	-2 ▼
PA	24	1 ▲	25		8	7 ▲	27	-3 ▼	22	
RR	25	1 ▲	18	6 ▲	27		18	-6 ▼	25	-2 ▼
AC	26	-2 ▼	23	-5 ▼	23	-13 ▼	25	1 ▲	26	-2 ▼
AP	27		26	1 ▲	15	-5 ▼	22	5 ▲	27	



SOLIDEZ FISCAL

A solidez fiscal de qualquer governo é condição fundamental para o crescimento sustentado de longo prazo de um determinado País, Estado ou Município. Se as receitas governamentais ficam continuamente abaixo das suas despesas, o governo incorre em resultados fiscais negativos (déficits), resultando em aumento de seu endividamento e, conseqüentemente, em baixa capacidade para investir na ampliação e manutenção dos serviços públicos. A baixa oferta e qualidade dos serviços públicos geram prejuízos econômicos e sociais aos seus cidadãos. Um governo que não consegue “fechar suas contas” perde credibilidade e confiança por parte dos contribuintes, empresas e investidores nacionais e internacionais. Um governo sem credibilidade fiscal e financeira promove retração dos investimentos e dos negócios privados, ocasionando queda na produção de produtos e serviços, além de aumento da inflação e do desemprego.

Para capturarmos o grau de solidez fiscal dos Estados, foram utilizados indicadores que levam em conta dimensões distintas, mas inter-relacionadas, de sustentabilidade fiscal. São eles: Taxa de Investimentos, Regra de Ouro, Solvência Fiscal, Sucesso do Planejamento Orçamentário, Dependência Fiscal, Resultado Primário, Gasto com Pessoal, Índice de Liquidez e Poupança Corrente.

Os resultados para o pilar de solidez fiscal na edição de 2024 do *Ranking* refletem os dados fiscais dos Estados para o ano de 2023.

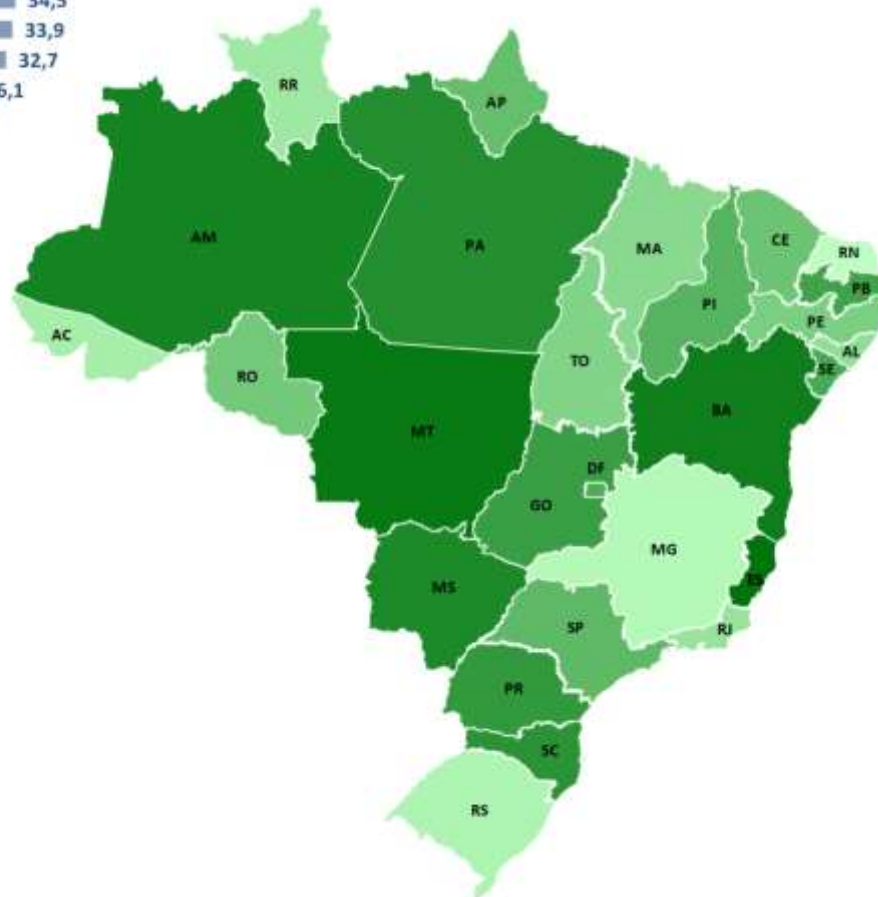
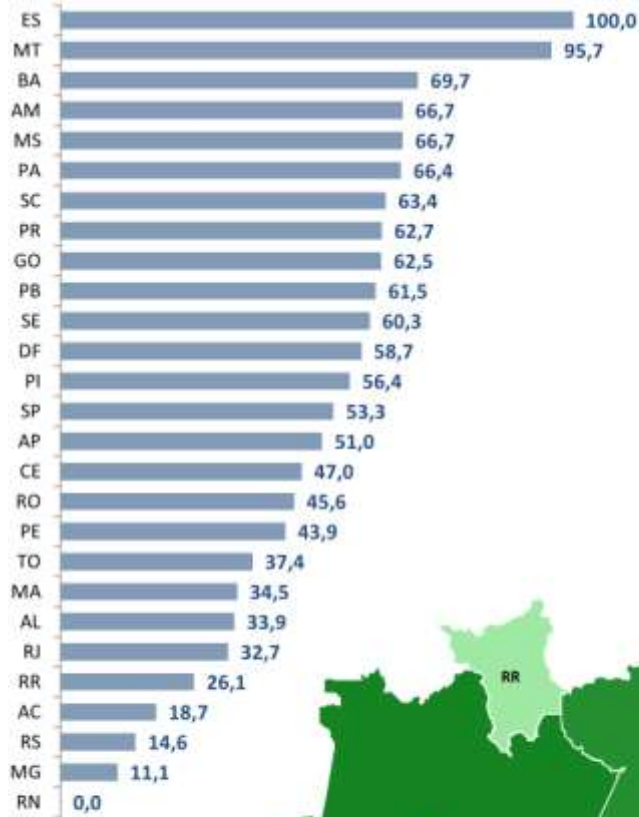
As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram ES, MT e BA, nessa ordem. Em relação à edição passada, o Espírito Santo passou da 2ª para 1ª colocação e o Mato Grosso passou a 1ª para 2ª colocação. O Estado baiano avançou da 4ª para a 3ª colocação.

Distrito Federal e Sergipe exibiram os maiores avanços de posições no pilar, com saltos de 10 e 9 colocações, respectivamente. O DF passou 22ª para a 12ª colocação e o SE passou da 20ª para a 11ª colocação. Ambos apresentaram melhora nos indicadores de Poupança Corrente (DF +14 e SE +12 posições), Resultado Primário (DF +13 e SE +19 posições) e Gasto com Pessoal (DF +12 e SE +13 posições).



SOLIDEZ FISCAL

Ranking – Solidez Fiscal



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Taxa de Investimentos	Investimento liquidado / receita corrente líquida	Siconfi	2023
Regra de Ouro	Diferença entre as despesas de capital empenhadas e a receita de operações de crédito, dividida pela receita corrente líquida.	Siconfi	2023
Solvência Fiscal	Dívida consolidada líquida / receita corrente líquida	Siconfi	2023
Sucesso do Planejamento Orçamentário	Despesa liquidada pela despesa total atualizada (dotação orçamentária).	Siconfi	2023
Dependência Fiscal	Grau de dependência financeira do Estado: transferências correntes/receita corrente total	Siconfi	2023
Resultado Primário	O resultado primário é dado pela diferença entre receita primária realizada e a despesa primária empenhada no ano. A diferença é dividida pelo PIB nominal de cada Estado.	Siconfi e Tendências	2023
Gasto com Pessoal	Gasto Empenhado com Pessoal (%RCL)	Siconfi	2023
Índice de Liquidez	Índice de Liquidez = obrigações financeiras / caixa bruto. Assim, quanto maior o indicador, pior.	Siconfi	2023
Poupança Corrente	Poupança Corrente (receitas correntes - despesas correntes / receitas correntes)	Siconfi	2023

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Solidez Fiscal



Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – I

Solidez Fiscal									
UF	Ranking do Pilar		Taxa de Investimentos		Regra de Ouro		Solvência Fiscal		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
ES	1	1 ▲	2	4 ▲	2	1 ▲	2	1 ▲	
MT	2	-1 ▼	3	4 ▲	1	1 ▲	1		
BA	3	1 ▲	5	-2 ▼	4	13 ▲	21	-9 ▼	
AM	4	8 ▲	17	-3 ▼	10	9 ▲	15	-5 ▼	
MS	5		1	1 ▲	5	-1 ▼	10	-1 ▼	
PA	6	-3 ▼	4	1 ▲	6	1 ▲	6	-2 ▼	
SC	7		15	-7 ▼	13	-7 ▼	20	1 ▲	
PR	8	1 ▲	22		12	3 ▲	3	5 ▲	
GO	9	-1 ▼	12	14 ▲	16	7 ▲	18	-2 ▼	
PB	10		8	11 ▲	7	6 ▲	4	-2 ▼	
SE	11	9 ▲	14	-1 ▼	24	-4 ▼	12	2 ▲	
DF	12	10 ▲	23	4 ▲	23	4 ▲	13	-2 ▼	
PI	13	2 ▲	7	-3 ▼	3	2 ▲	22		
SP	14	-1 ▼	13	4 ▲	9		24		
AP	15	2 ▲	25	-5 ▼	27	-1 ▼	5	15 ▲	
CE	16	-10 ▼	9		8		17	1 ▲	
RO	17	-6 ▼	18	-2 ▼	15	-1 ▼	9	-3 ▼	
PE	18		24	-9 ▼	19	-1 ▼	19		
TO	19	-3 ▼	11		26	-15 ▼	7		
MA	20	-6 ▼	10		21	-9 ▼	11	6 ▲	
AL	21	-2 ▼	6	-5 ▼	17	-16 ▼	23		
RJ	22	1 ▲	16	5 ▲	20	4 ▲	27	-1 ▼	
RR	23	1 ▲	20	3 ▲	18	-2 ▼	8	-3 ▼	
AC	24	-3 ▼	21	-9 ▼	25	-4 ▼	14	-1 ▼	
RS	25	2 ▲	26	-1 ▼	14	8 ▲	26	1 ▲	
MG	26	-1 ▼	19	-1 ▼	11	-1 ▼	25		
RN	27	-1 ▼	27	-3 ▼	22	3 ▲	16	-1 ▼	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – II

Solidez Fiscal									
UF	Ranking do Pilar		Sucesso do Planejamento Orçamentário		Dependência Fiscal		Resultado Primário		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
ES	1	1 ▲	16	5 ▲	10	1 ▲	22	-2 ▼	
MT	2	-1 ▼	13	9 ▲	7	1 ▲	23	-9 ▼	
BA	3	1 ▲	8	-1 ▼	13		20	-5 ▼	
AM	4	8 ▲	1	10 ▲	12		21	2 ▲	
MS	5		20	-5 ▼	11	-1 ▼	19	5 ▲	
PA	6	-3 ▼	4		14	1 ▲	24	-6 ▼	
SC	7		18	-9 ▼	6	-1 ▼	8	9 ▲	
PR	8	1 ▲	25		9	-2 ▼	5	1 ▲	
GO	9	-1 ▼	24	-7 ▼	8	-2 ▼	9	-7 ▼	
PB	10		21	-2 ▼	19	-1 ▼	17	-14 ▼	
SE	11	9 ▲	3	-1 ▼	24		3	19 ▲	
DF	12	10 ▲	22	-6 ▼	3	1 ▲	12	13 ▲	
PI	13	2 ▲	11	-1 ▼	22	1 ▲	26	1 ▲	
SP	14	-1 ▼	2	1 ▲	2	-1 ▼	11	-6 ▼	
AP	15	2 ▲	15	9 ▲	27		1		
CE	16	-10 ▼	23	-18 ▼	16	1 ▲	16	-6 ▼	
RO	17	-6 ▼	27	-9 ▼	18	-2 ▼	13	-5 ▼	
PE	18		7	-6 ▼	15	-1 ▼	10	11 ▲	
TO	19	-3 ▼	5	8 ▲	20	2 ▲	18	-2 ▼	
MA	20	-6 ▼	19	-5 ▼	23	-3 ▼	6	1 ▲	
AL	21	-2 ▼	14	12 ▲	21		27	-1 ▼	
RJ	22	1 ▲	17	3 ▲	1	1 ▲	2	7 ▲	
RR	23	1 ▲	26	-3 ▼	26		25	-21 ▼	
AC	24	-3 ▼	9	3 ▲	25		4	8 ▲	
RS	25	2 ▲	6		4	-1 ▼	14	-1 ▼	
MG	26	-1 ▼	12	15 ▲	5	4 ▲	15	-4 ▼	
RN	27	-1 ▼	10	-2 ▼	17	2 ▲	7	12 ▲	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – III

Solidez Fiscal									
UF	Ranking do Pilar		Gasto com Pessoal		Índice de Liquidez		Poupança Corrente		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
ES	1	1 ▲	2	-1 ▼	9	-6 ▼	2	-1 ▼	
MT	2	-1 ▼	6		10	-5 ▼	3		
BA	3	1 ▲	8	-1 ▼	12	-10 ▼	15	-8 ▼	
AM	4	8 ▲	3	-1 ▼	4	4 ▲	26	-3 ▼	
MS	5		19	-3 ▼	11	-2 ▼	10		
PA	6	-3 ▼	15	-6 ▼	21	-9 ▼	12	-3 ▼	
SC	7		17	2 ▲	5	2 ▲	6	6 ▲	
PR	8	1 ▲	10	1 ▲	2	-1 ▼	7	-3 ▼	
GO	9	-1 ▼	11	-1 ▼	1	5 ▲	5	3 ▲	
PB	10		20	-2 ▼	6	-2 ▼	4	1 ▲	
SE	11	9 ▲	9	13 ▲	15	-1 ▼	9	12 ▲	
DF	12	10 ▲	1	12 ▲	17	6 ▲	13	14 ▲	
PI	13	2 ▲	5	3 ▲	19	-2 ▼	14	6 ▲	
SP	14	-1 ▼	7	-4 ▼	18	4 ▲	21	-5 ▼	
AP	15	2 ▲	22	-2 ▼	14	1 ▲	1	1 ▲	
CE	16	-10 ▼	14	-9 ▼	7	6 ▲	20	-9 ▼	
RO	17	-6 ▼	13	-1 ▼	3	8 ▲	8	-2 ▼	
PE	18		16	-1 ▼	20	1 ▲	27	-2 ▼	
TO	19	-3 ▼	23	1 ▲	16		16	-3 ▼	
MA	20	-6 ▼	4		26	-2 ▼	11	3 ▲	
AL	21	-2 ▼	12	2 ▲	22	-3 ▼	19		
RJ	22	1 ▲	25	-2 ▼	8	2 ▲	24	-9 ▼	
RR	23	1 ▲	18	-1 ▼	13	12 ▲	17	5 ▲	
AC	24	-3 ▼	21		24	-6 ▼	23	-5 ▼	
RS	25	2 ▲	24	2 ▲	23	3 ▲	22	2 ▲	
MG	26	-1 ▼	26	-1 ▼	25	-5 ▼	18	-1 ▼	
RN	27	-1 ▼	27		26		25	1 ▲	



EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA

A discussão expressa no pilar da Eficiência da Máquina Pública traduz uma das motivações centrais para a construção do *Ranking de Competitividade dos Estados*, a saber: a criação de mecanismos de incentivos para a construção do bom governo. A profissionalização e o desenvolvimento de canais institucionais para reforçar a meritocracia no interior da administração pública não apenas são centrais na competitividade dos Estados, mas partes fundamentais no debate sobre a qualidade da democracia.

A melhoria da eficiência da máquina do aparato governamental é condição central para o reforço da legitimidade das organizações democráticas, atributo fundamental para a construção de uma ordem virtuosa para o desenvolvimento.

Governos e partidos sem legitimidade não conseguem aprovar políticas públicas e são ingredientes nocivos para a construção da economia de mercado e de um bom ambiente para o desenvolvimento de negócios.

A forma federativa do Estado brasileiro compartilha o poder decisório em diferentes esferas de poder. Isso significa que o agente econômico sofre influência dos três níveis geográficos. Nesse sentido, a distribuição de eficiência e inovação no tocante à gestão pública ajuda a entender a disparidade de competitividade ao longo do território brasileiro. Essa competição pela inovação do setor público é uma das justificativas para a opção federativa. Sendo assim, o ranking de competitividade faz um esforço para criar métricas de comparação que levem em conta os diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social entre os Estados da federação.

O pilar da Eficiência da Máquina Pública guarda relação central com a atual conjuntura política brasileira. A sociedade brasileira assiste aos efeitos políticos do processo de mudanças econômicas e sociais ao longo das últimas décadas. O eleitorado demanda progressivamente a melhoria dos serviços públicos como mecanismo para reforçar seu bem-estar.

Sob a ótica da competitividade, a importância do pilar se refere ao tratamento dos custos de transação. A ineficiência da burocracia pública diminui a produtividade da economia ao minar a construção de um ambiente de negócios. A atividade econômica depende de um ambiente positivo ao investimento e a inovação. Quando as

instituições governamentais reduzem o custo da transação econômica, a energia dos agentes econômicos se volta para tarefas que reforçam o dinamismo da economia.

Neste pilar, com peso de 9,9% no ranking final, em comparação à edição de 2023, também não houve atualização do indicador Índice de Transparência, pois os dados não foram disponibilizados pela Controladoria Geral da União (CGU).

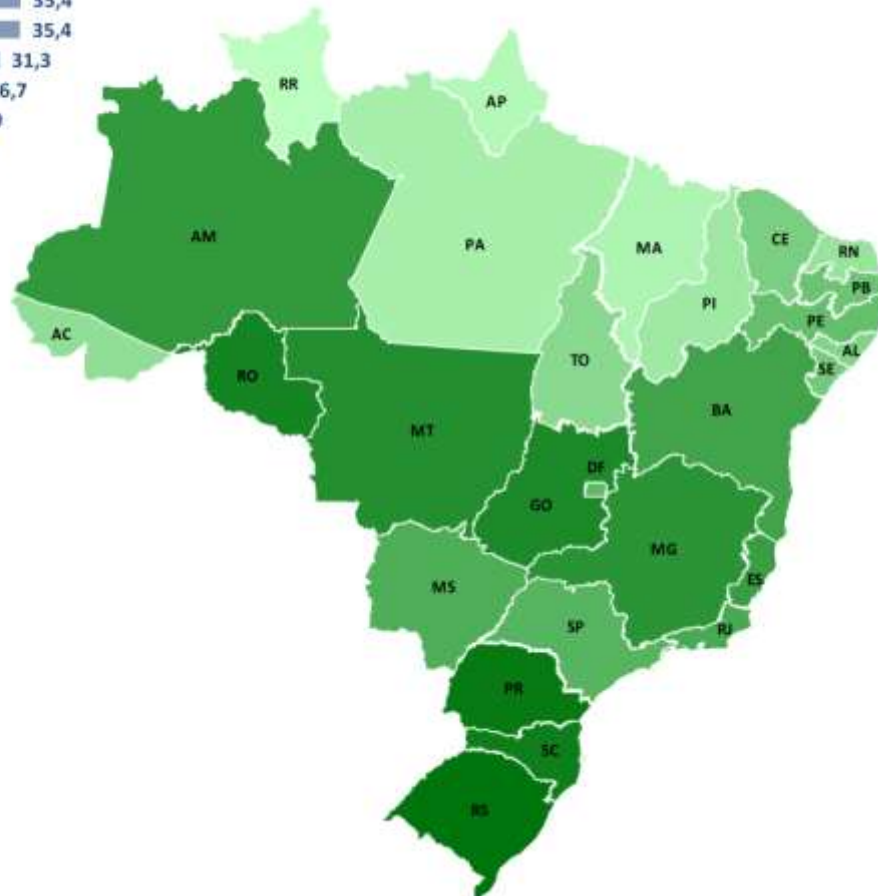
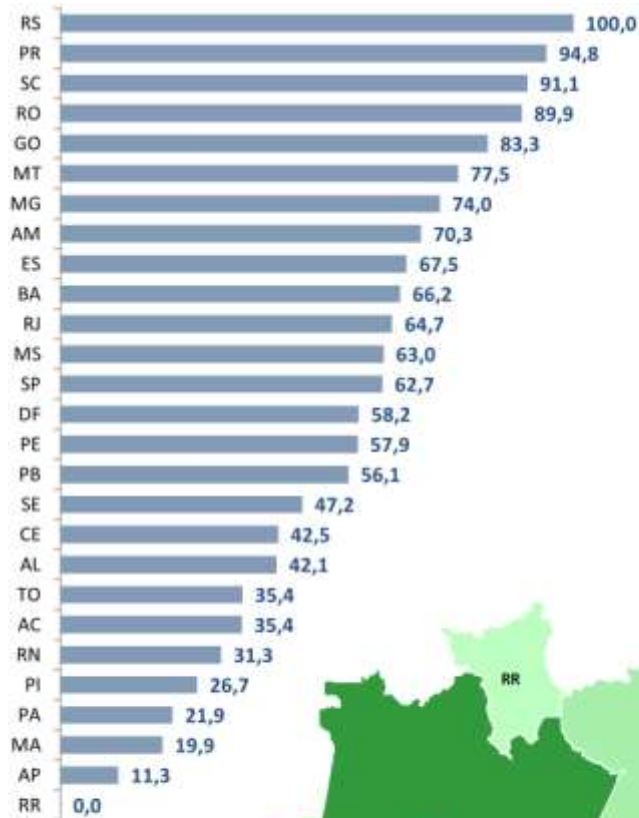
As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram RS, PR e SC, nessa ordem, sem mudanças em relação à edição passada.

Rondônia exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 9 colocações, passando da 13ª para 4ª posição. O Estado apresentou melhora relativa, em especial, nos indicadores de Equilíbrio de Gênero na Emprego Pública Estadual (+20 posições) e Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (+13).



EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA

Ranking – Eficiência da Máquina Pública



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Eficiência do Judiciário	Taxa de Congestionamento Líquida (percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado, retirando os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório).	CNJ	2023
Custo do Executivo/PIB	Recursos públicos alocados na administração direta / PIB.	Siconfi e Tendências	2023
Custo do Judiciário/PIB	Recursos públicos alocados no judiciário / PIB.	Siconfi e Tendências	2023
Custo do Legislativo/PIB	Recursos públicos alocados no legislativo / PIB.	Siconfi e Tendências	2023
Índice de Transparência	Escala Brasil Transparente 360º - Ranking de "Transparência Passiva" e "Transparência Ativa".	CGU	2020
Qualidade da Informação Contábil e Fiscal	Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal Estadual no Siconfi.	Tesouro Nacional	2022
Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário	Média entre as relações: IPM (índice de produtividade do magistrado) / IPM necessário para que TJ atinja 100% do IPC-Jus; e IPS (índice de produtividade dos servidores) / IPS necessário para que TJ atinja 100% do IPC-Jus	CNJ	2022
Oferta de Serviços Públicos Digitais	Índice ABEP-TIC de Oferta de Serviços Públicos Digitais para os Governos Estaduais e Distrital.	ABEP-TIC	2024
Prêmio Salarial Público-Privado	Diferença percentual do salário médio do servidor público estadual em relação ao salário do setor privado.	IBGE	2023
Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual	Diferença percentual do salário médio entre homem e mulher na administração pública estadual.	IBGE	2023
Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual	Distância entre a participação da mulher em cargos da administração pública estadual (desconsiderando saúde e educação) em relação ao cenário de equilíbrio (participação da mulher na força de trabalho ampliada).	IBGE	2023

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Eficiência da Máquina Pública



Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – I

Eficiência da Máquina Pública										
UF	Ranking do Pilar		Eficiência do Judiciário		Custo do Executivo/PIB		Custo do Judiciário/PIB		Custo do Legislativo/PIB	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
RS	1		22	2 ▲	5	-2 ▼	1	2 ▲	2	
PR	2		15	1 ▲	2	-1 ▼	3	-2 ▼	3	1 ▲
SC	3		16	-1 ▼	10	-3 ▼	7	-2 ▼	7	-4 ▼
RO	4	9 ▲	2		16	-2 ▼	21		22	
GO	5	4 ▲	6	4 ▲	17	3 ▲	12	3 ▲	11	5 ▲
MT	6		7	1 ▲	13		8	2 ▲	14	-1 ▼
MG	7	3 ▲	19	-1 ▼	4	4 ▲	9		6	
AM	8	-1 ▼	4	2 ▲	9		13	-6 ▼	18	
ES	9	5 ▲	27	-4 ▼	3	1 ▲	5	1 ▲	5	2 ▲
BA	10	1 ▲	20	1 ▲	8	-3 ▼	14	-2 ▼	9	1 ▲
RJ	11	-7 ▼	26	-7 ▼	7	3 ▲	4		4	1 ▲
MS	12		13	-2 ▼	21	-4 ▼	11	2 ▲	10	-1 ▼
SP	13	-8 ▼	24	3 ▲	1	1 ▲	2		1	
DF	14	-6 ▼	3		20	-2 ▼	27		8	
PE	15	1 ▲	18	-6 ▼	11		16		15	-3 ▼
PB	16	-1 ▼	8	1 ▲	19	-3 ▼	23	3 ▲	16	1 ▲
SE	17	1 ▲	5		24	-1 ▼	19		21	
CE	18	-1 ▼	11	3 ▲	12		10	1 ▲	13	-2 ▼
AL	19	1 ▲	17	8 ▲	18	-3 ▼	15	-1 ▼	20	
TO	20	-1 ▼	21	-14 ▼	22	2 ▲	24	-1 ▼	24	
AC	21	5 ▲	9	8 ▲	23	-1 ▼	22		26	
RN	22	-1 ▼	12	8 ▲	14	7 ▲	20		19	
PI	23	1 ▲	23	-1 ▼	26	-1 ▼	18		23	
PA	24	-1 ▼	25	1 ▲	6		6	2 ▲	12	2 ▲
MA	25	-3 ▼	14	-1 ▼	15	4 ▲	17		17	-2 ▼
AP	26	-1 ▼	10	-6 ▼	27		26	-1 ▼	25	
RR	27		1		25	1 ▲	25	-1 ▼	27	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – II

Eficiência da Máquina Pública										
UF	Ranking do Pilar		Índice de Transparência		Qualidade da Informação Contábil e Fiscal		Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário		Oferta de Serviços Públicos Digitais	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
RS	1		11		20	-7 ▼	1		4	-3 ▼
PR	2		4		7	2 ▲	15	-5 ▼	8	-1 ▼
SC	3		15		4	-2 ▼	8	-7 ▼	13	-5 ▼
RO	4	9 ▲	12		2	13 ▲	1		14	3 ▲
GO	5	4 ▲	18		1	4 ▲	10	-9 ▼	1	1 ▲
MT	6		9		13	5 ▲	9	2 ▲	16	-4 ▼
MG	7	3 ▲	1		16	9 ▲	20	-5 ▼	6	
AM	8	-1 ▼	20		11	-8 ▼	1		24	
ES	9	5 ▲	1		3	3 ▲	26	-5 ▼	17	-7 ▼
BA	10	1 ▲	21		17	-10 ▼	5	4 ▲	5	-1 ▼
RJ	11	-7 ▼	22		14	-4 ▼	12	-4 ▼	2	1 ▲
MS	12		5		9	-1 ▼	16	-4 ▼	10	1 ▲
SP	13	-8 ▼	12		26	-3 ▼	11	2 ▲	7	-2 ▼
DF	14	-6 ▼	9		12	4 ▲	6	-5 ▼	23	-7 ▼
PE	15	1 ▲	12		6	-2 ▼	25	-2 ▼	12	2 ▲
PB	16	-1 ▼	6		19	-8 ▼	17		15	-2 ▼
SE	17	1 ▲	19		10	2 ▲	7	11 ▲	21	5 ▲
CE	18	-1 ▼	1		24	-3 ▼	14		22	-7 ▼
AL	19	1 ▲	8		21	-2 ▼	13	14 ▲	18	5 ▲
TO	20	-1 ▼	24		5	-4 ▼	21	-5 ▼	9	10 ▲
AC	21	5 ▲	25		18	4 ▲	18	8 ▲	10	11 ▲
RN	22	-1 ▼	16		15	2 ▲	19	5 ▲	25	
PI	23	1 ▲	23		8	12 ▲	23	-1 ▼	3	19 ▲
PA	24	-1 ▼	26		22	-8 ▼	27	-2 ▼	19	-1 ▼
MA	25	-3 ▼	17		23	1 ▲	22	-3 ▼	25	-5 ▼
AP	26	-1 ▼	6		25	1 ▲	24	-4 ▼	20	-11 ▼
RR	27		27		27		1	6 ▲	25	2 ▲

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – III

Eficiência da Máquina Pública								
UF	Ranking do Pilar		Prêmio Salarial Público-Privado		Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual		Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
RS	1		3	-1 ▼	5	5 ▲	4	5 ▲
PR	2		8	-3 ▼	1	22 ▲	11	-8 ▼
SC	3		7	2 ▲	7		2	6 ▲
RO	4	9 ▲	6	6 ▲	16	-1 ▼	5	20 ▲
GO	5	4 ▲	5	9 ▲	22	-11 ▼	6	10 ▲
MT	6		22	-5 ▼	4	10 ▲	17	-16 ▼
MG	7	3 ▲	1	2 ▲	18	-13 ▼	19	
AM	8	-1 ▼	12	8 ▲	9	4 ▲	26	-16 ▼
ES	9	5 ▲	4	2 ▲	15	10 ▲	16	-4 ▼
BA	10	1 ▲	26	-15 ▼	14	-6 ▼	12	10 ▲
RJ	11	-7 ▼	11	-7 ▼	11	-7 ▼	18	
MS	12		16	8 ▲	24	-7 ▼	13	2 ▲
SP	13	-8 ▼	2	-1 ▼	20	-8 ▼	23	-12 ▼
DF	14	-6 ▼	23	-4 ▼	12	-11 ▼	15	-8 ▼
PE	15	1 ▲	13	5 ▲	6	-4 ▼	22	5 ▲
PB	16	-1 ▼	14	-7 ▼	26	-17 ▼	1	13 ▲
SE	17	1 ▲	15	11 ▲	13	-10 ▼	25	-4 ▼
CE	18	-1 ▼	27	-17 ▼	19	3 ▲	21	5 ▲
AL	19	1 ▲	19	-6 ▼	21	-15 ▼	20	4 ▲
TO	20	-1 ▼	9	-1 ▼	25	-4 ▼	3	10 ▲
AC	21	5 ▲	18	-3 ▼	3	17 ▲	10	-4 ▼
RN	22	-1 ▼	25		27	-8 ▼	8	-4 ▼
PI	23	1 ▲	10	6 ▲	10	8 ▲	24	-7 ▼
PA	24	-1 ▼	20	1 ▲	23	1 ▲	7	13 ▲
MA	25	-3 ▼	24	-2 ▼	17	10 ▲	27	-4 ▼
AP	26	-1 ▼	17	10 ▲	8	18 ▲	14	-12 ▼
RR	27		21	2 ▲	2	14 ▲	9	-4 ▼



CAPITAL HUMANO

Reconhecidamente o baixo nível de qualificação da mão de obra é um dos principais gargalos ao desenvolvimento econômico e social do País. Enquanto os brasileiros possuem aproximadamente 16 anos de escolaridade em média, dos 5 aos 39 anos de idade, nos países da OCDE, a escolaridade média atinge cerca de 18 anos, considerando o mesmo intervalo de idade, segundo dados de 2020 do relatório estatístico "How's Life" da OCDE.

O pilar de Capital Humano avalia o nível educacional da mão de obra, aspectos ligados à inserção no mercado de trabalho e os impactos sobre a produtividade da economia. Embora este pilar não esteja entre os de maior peso (8,3%), isso se justifica em função da complementariedade com o pilar Educação, cujo peso é de 11,3%, o qual analisa as condições atuais da educação no País, que irão determinar a qualidade dos futuros profissionais dos Estados.

No pilar capital humano, foram considerados indicadores de qualificação dos trabalhadores (medido pelo número de anos de escolaridade e pela proporção de trabalhadores com ensino superior) e a relação com a produtividade (dada pela razão entre o PIB e a população ocupada).

Em contrapartida, foram considerados também os custos da mão de obra (fundamentalmente salários), que, embora estejam estreitamente relacionados ao nível de qualificação, produtividade e bem-estar social de cada Estado, é também um indicador relevante para a tomada de decisão de investimentos por parte das empresas.

Além disso, os indicadores de Formalidade do Mercado de Trabalho, Inserção Econômica, Inserção Econômica dos Jovens, Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas e Desocupação de Longo Prazo possibilitam ampliar a avaliação do capital humano a partir da abrangência de variáveis ligadas às dinâmicas do mercado de trabalho em cada Estado. Segundo a OCDE, Capital Humano é definido como estoque de conhecimento, habilidades e características pessoais que influenciam na produtividade. Tais recursos podem ser adquiridos ou aprimorados pela via da educação formal, no entanto não se deve descartar o aprendizado prático proveniente da inserção do indivíduo no mercado de trabalho.

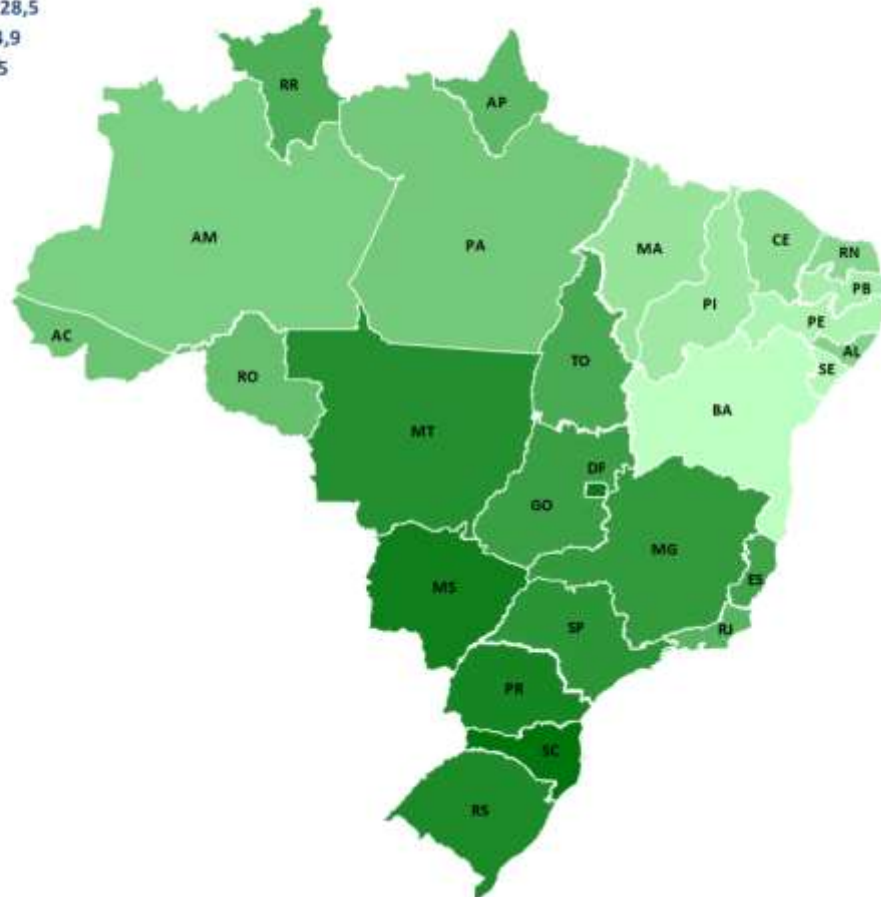
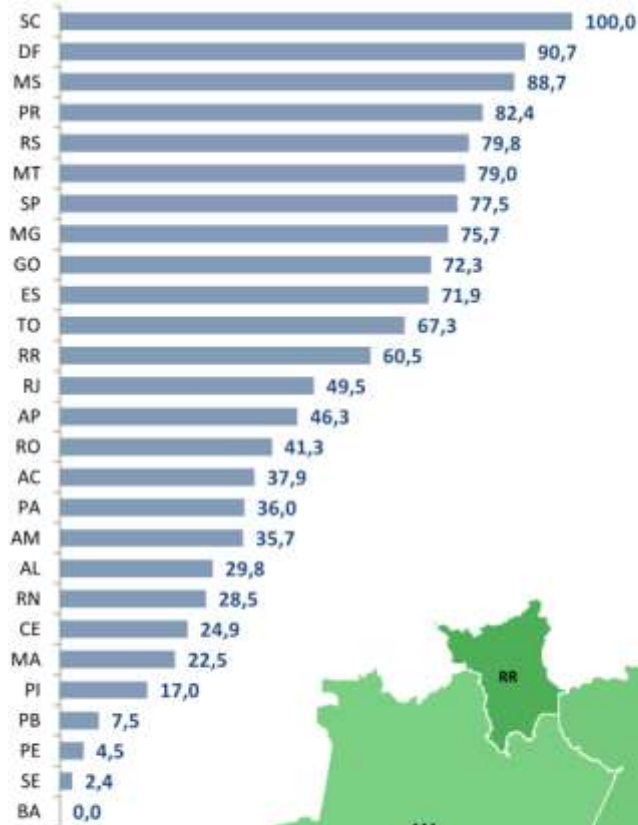
As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram SC, DF e MS, nessa ordem, sem mudanças em relação à edição anterior. O maior avanço no pilar foi do Amapá, com salto de 6 posições, passando da 20ª para a 14ª colocação. O Estado apresentou

melhora relativa, em especial, nos indicadores PEA com Ensino Superior, Formalidade do Mercado de Trabalho e Desocupação de Longo Prazo (+6 posições cada).



CAPITAL HUMANO

Ranking – Capital Humano



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Custo de Mão de Obra	Rendimento médio mensal nominal das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente recebido em todos os trabalhos.	IBGE	2023
PEA com Ensino Superior	Percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, com ensino superior completo.	IBGE	2023
Produtividade do Trabalho	PIB total pelas horas efetivamente trabalhadas em todos trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade.	IBGE e Tendências	2023
Qualificação dos Trabalhadores	Anos de estudo médio das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas.	IBGE	2023
Formalidade do Mercado de Trabalho	Proporção de ocupados formais em relação ao total de ocupados de 14 anos ou mais de idade.	IBGE	2023
Inserção Econômica	Proporção de ocupados em relação à PEA.	IBGE	2023
Inserção Econômica dos Jovens	Proporção dos jovens (entre 15 e 29 anos de idade) que estudam ou trabalham em relação ao total de jovens.	IBGE	2023
Desocupação de Longo Prazo	Percentual de pessoas desocupadas por 2 anos ou mais, em relação ao total de pessoas desocupadas.	IBGE	2023
Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas	Percentual de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, em relação ao total de pessoas ocupadas.	IBGE	2023

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Capital Humano

Custo de Mão de Obra	Produtividade do Trabalho	Qualificação dos Trabalhadores	Desocupação de Longo Prazo	Inserção Econômica
	PEA com Ensino Superior	Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas	Formalidade do Mercado de Trabalho	Inserção Econômica dos Jovens

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – I

Capital Humano									
UF	Ranking do Pilar		Custo de Mão de Obra		PEA com Ensino Superior		Produtividade do Trabalho		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1		24		9	-4 ▼	6		
DF	2		27		1		1		
MS	3		22		6	-2 ▼	5		
PR	4		20	1 ▲	5	1 ▲	9	-1 ▼	
RS	5	2 ▲	23		12	-3 ▼	7		
MT	6	2 ▲	21	-1 ▼	13	6 ▲	2		
SP	7	-2 ▼	26		4	-2 ▼	4	-1 ▼	
MG	8	1 ▲	16	-2 ▼	15	2 ▲	11		
GO	9	-3 ▼	19	-1 ▼	14	-2 ▼	16	-1 ▼	
ES	10	3 ▲	18	1 ▲	8	3 ▲	8	1 ▲	
TO	11	-1 ▼	14	1 ▲	11	-1 ▼	13	3 ▲	
RR	12	-1 ▼	17		7	6 ▲	17	-5 ▼	
RJ	13	1 ▲	25		3		3	1 ▲	
AP	14	6 ▲	13	-1 ▼	2	6 ▲	26	-2 ▼	
RO	15	-3 ▼	15	1 ▲	21	-3 ▼	14	-1 ▼	
AC	16	2 ▲	12	1 ▲	10	-3 ▼	15	4 ▲	
PA	17		8	1 ▲	25	2 ▲	12	2 ▲	
AM	18	-3 ▼	9	1 ▲	18	-3 ▼	10		
AL	19	2 ▲	4		20	4 ▲	18		
RN	20	-4 ▼	10	1 ▲	16		20	-3 ▼	
CE	21	-2 ▼	3		22		24	1 ▲	
MA	22	1 ▲	1		23	2 ▲	25	2 ▲	
PI	23	-1 ▼	11	-5 ▼	17	-3 ▼	22	1 ▲	
PB	24	2 ▲	7	1 ▲	19	2 ▲	27	-1 ▼	
PE	25	-1 ▼	6	-1 ▼	26	-6 ▼	21		
SE	26	-1 ▼	5	2 ▲	24	-1 ▼	23	-1 ▼	
BA	27		2		27	-1 ▼	19	1 ▲	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – II

Capital Humano								
UF	Ranking do Pilar		Qualificação dos Trabalhadores		Formalidade do Mercado de Trabalho		Inserção Econômica	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
SC	1		6	-1 ▼	1		3	-2 ▼
DF	2		1		2		19	
MS	3		11	-3 ▼	6		4	
PR	4		9	-2 ▼	4		5	
RS	5	2 ▲	7	-1 ▼	5		6	
MT	6	2 ▲	13	2 ▲	7		2	
SP	7	-2 ▼	3		3		12	
MG	8	1 ▲	14		8	1 ▲	8	2 ▲
GO	9	-3 ▼	8	2 ▲	9	1 ▲	10	-1 ▼
ES	10	3 ▲	10	3 ▲	11		7	4 ▲
TO	11	-1 ▼	12		15	-3 ▼	9	-1 ▼
RR	12	-1 ▼	5	-1 ▼	16		11	-4 ▼
RJ	13	1 ▲	2		10	-2 ▼	24	
AP	14	6 ▲	4	5 ▲	12	6 ▲	25	-2 ▼
RO	15	-3 ▼	22	-2 ▼	18	-1 ▼	1	2 ▲
AC	16	2 ▲	17	-1 ▼	14	1 ▲	13	8 ▲
PA	17		23	4 ▲	27		15	-1 ▼
AM	18	-3 ▼	15	-4 ▼	25		18	-1 ▼
AL	19	2 ▲	19	3 ▲	17	-3 ▼	17	1 ▲
RN	20	-4 ▼	16	1 ▲	13		21	-1 ▼
CE	21	-2 ▼	21	-2 ▼	23	-1 ▼	16	-3 ▼
MA	22	1 ▲	24	-3 ▼	26		14	2 ▲
PI	23	-1 ▼	20	4 ▲	24		22	-7 ▼
PB	24	2 ▲	27	-1 ▼	20		20	2 ▲
PE	25	-1 ▼	18		19		26	
SE	26	-1 ▼	25	-2 ▼	21		23	2 ▲
BA	27		26	-1 ▼	22	1 ▲	27	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – III

Capital Humano									
UF	Ranking do Pilar		Inserção Econômica dos Jovens		Desocupação de Longo Prazo		Subocup. por Insuf. de Horas Trabalhadas		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SC	1		1		7		1	1 ▲	
DF	2		3		15	-6 ▼	10	7 ▲	
MS	3		6	-1 ▼	4	1 ▲	4	1 ▲	
PR	4		4	2 ▲	8	4 ▲	5	2 ▲	
RS	5	2 ▲	2		10	3 ▲	11	-1 ▼	
MT	6	2 ▲	9	1 ▲	17	-6 ▼	6	-2 ▼	
SP	7	-2 ▼	5	-1 ▼	14	2 ▲	12	1 ▲	
MG	8	1 ▲	8	3 ▲	3	2 ▲	15	-3 ▼	
GO	9	-3 ▼	7		5	-4 ▼	9		
ES	10	3 ▲	10	-1 ▼	11	8 ▲	8		
TO	11	-1 ▼	11	-3 ▼	6	2 ▲	17	-6 ▼	
RR	12	-1 ▼	18	-2 ▼	9	-5 ▼	7	-1 ▼	
RJ	13	1 ▲	12	1 ▲	26	1 ▲	14	2 ▲	
AP	14	6 ▲	20	2 ▲	16	6 ▲	16	-2 ▼	
RO	15	-3 ▼	13	-1 ▼	27	-17 ▼	2	-1 ▼	
AC	16	2 ▲	27	-3 ▼	23	1 ▲	3		
PA	17		14		2	1 ▲	21		
AM	18	-3 ▼	15	4 ▲	22	1 ▲	13	2 ▲	
AL	19	2 ▲	26		13	7 ▲	23	-5 ▼	
RN	20	-4 ▼	23	-2 ▼	19	-5 ▼	18	4 ▲	
CE	21	-2 ▼	19	4 ▲	18	-1 ▼	19	4 ▲	
MA	22	1 ▲	25	2 ▲	12	3 ▲	20	-1 ▼	
PI	23	-1 ▼	21	-6 ▼	1	1 ▲	27		
PB	24	2 ▲	22	3 ▲	21		24		
PE	25	-1 ▼	24	-4 ▼	24	1 ▲	22	-2 ▼	
SE	26	-1 ▼	16	1 ▲	25	-7 ▼	25	1 ▲	
BA	27		17	1 ▲	20	6 ▲	26	-1 ▼	



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Nosso padrão de desenvolvimento econômico de longo prazo pode estar duramente comprometido em função de restrições ambientais severas. Esse quadro vem se tornando cada vez mais visível, transformando externalidades negativas até então pouco tangíveis em custos e prejuízos econômicos concretos no curto prazo.

Nesse sentido, o Estado tem papel fundamental como indutor de um padrão ambientalmente sustentável de desenvolvimento econômico nas esferas rural e urbana. No pilar de Sustentabilidade Ambiental, consideram-se indicadores ligados à emissão de gases poluentes, desmatamento e manejo do esgoto, resíduos e recursos hídricos.

Na edição do *Ranking de Competitividade dos Estados* de 2024, não foi atualizado o indicador Coleta Seletiva de Lixo. Esse indicador indica a taxa de cobertura da coleta seletiva porta-a-porta em relação à população urbana, contudo, devido a não publicação da informação de população urbana total pelo Censo Demográfico 2022, o SNIS optou por não divulgar indicadores que consideram esses dados no cálculo.

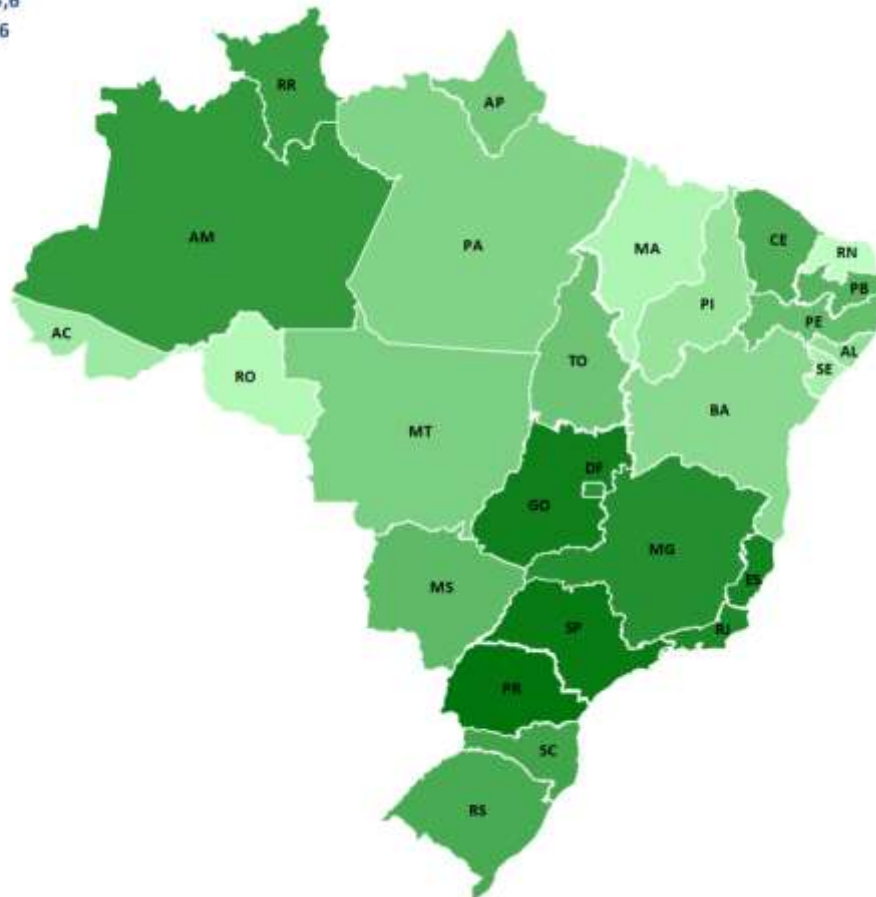
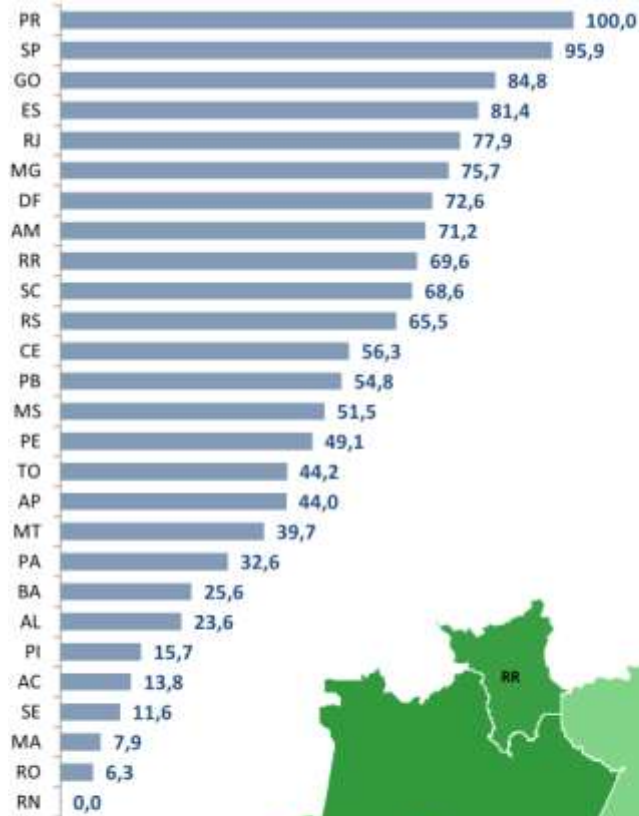
As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram PR, SP e GO, nessa ordem. Em relação à edição passada, PR e SP mantiveram as posições, e o estado goiano avançou 3 posições, passando da 6ª para a 3ª colocação, sobretudo devido a melhora relativa no indicador de Recuperação de Áreas Degradadas (+11 posições).

Roraima exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 8 colocações, passando da 17ª para 9ª posição. O Estado apresentou melhora relativa no indicador Emissões de CO₂, com avanço de 24 posições.



SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Ranking – Sustentabilidade Ambiental



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Emissões de CO2	Emissões brutas subtraídas das remoções de CO2 divididas pelo PIB Total.	SEEG/OC e Tendências	2022
Serviços Urbanos	Oferta de serviços de manejo de resíduos sólidos executados pela Prefeitura, por empresas contratadas e por outros executores.	SNIS e IBGE	2022
Destinação do Lixo	Destinação adequada dos resíduos sólidos pelos municípios, conforme o tipo de resíduo emitido e a qualidade da unidade de processamento destinatária.	SNIS e IBGE	2022
Tratamento de Esgoto	Parcela de esgoto tratado do total de água consumida multiplicado pela proporção de domicílios com acesso à água encanada proveniente de rede geral de distribuição no estado.	SNIS e IBGE	2022
Perda de Água	Índice de perdas na distribuição de água.	SNIS	2022
Reciclagem de Lixo	Taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de resíduos domésticos e públicos.	SNIS e IBGE	2022
Coleta Seletiva de Lixo	Taxa de cobertura da coleta seletiva porta-a-porta em relação à população urbana.	SNIS e IBGE	2021
Desmatamento	Razão entre a área total desmatada e a soma da área de unidades de conservação (federal e estadual) e de terras indígenas.	MapBiomias, Instituto Socioambiental e Ministério do Meio Ambiente	2023
Velocidade do Desmatamento	Velocidade média do desmatamento: razão entre a área total desmatada e o número de dias decorridos entre o início e o final do desmatamento.	MapBiomias	2023
Recuperação de Áreas Degradadas	Área total modificada de uso de solo da forma antrópico (agropecuária ou áreas não vegetadas) para a forma natural (floresta ou formação natural não florestal), em relação à área geográfica total.	MapBiomias e IBGE	2022
Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento	Transparência das ações do poder público estadual no combate ao desmatamento.	MapBiomias	2023
Preservação da Vegetação pelos Imóveis Rurais	Percentual da área da Unidade da Federação dedicada à preservação da vegetação nativa pelos imóveis rurais.	Embrapa	2023
Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais	Área dedicada à preservação da vegetação nativa em relação à área dos imóveis rurais.	Embrapa	2023

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Sustentabilidade Ambiental



Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 - I

Sustentabilidade Ambiental										
UF	Ranking do Pilar		Emissões de CO2		Serviços Urbanos		Destinação do Lixo		Tratamento de Esgoto	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
PR	1		11	3 ▲	15	-6 ▼	5	-4 ▼	4	-1 ▼
SP	2		7	-3 ▼	1	2 ▲	14	4 ▲	3	-1 ▼
GO	3	3 ▲	20	-5 ▼	10	3 ▲	15		5	
ES	4		19		9	-3 ▼	6	-2 ▼	10	1 ▲
RJ	5	2 ▲	10		3	-1 ▼	4	2 ▲	6	4 ▲
MG	6	2 ▲	16	1 ▲	7	4 ▲	8	2 ▲	9	
DF	7	-4 ▼	5	-2 ▼	27	-26 ▼	26	1 ▲	1	
AM	8	2 ▲	2		5	2 ▲	10	1 ▲	21	-1 ▼
RR	9	8 ▲	3	24 ▲	6	-1 ▼	17	-3 ▼	2	2 ▲
SC	10	-5 ▼	12	4 ▲	11	6 ▲	9	-2 ▼	14	2 ▲
RS	11	-2 ▼	14	-2 ▼	12	2 ▲	11	2 ▲	18	1 ▲
CE	12		4	5 ▲	13	2 ▲	19		13	
PB	13	3 ▲	8	5 ▲	16	10 ▲	1	7 ▲	15	-3 ▼
MS	14	-1 ▼	21	-1 ▼	2	2 ▲	7	-2 ▼	7	
PE	15		9	-1 ▼	18	4 ▲	2		19	-2 ▼
TO	16	4 ▲	24	-3 ▼	24	-1 ▼	16	1 ▲	16	2 ▲
AP	17	-6 ▼	1		4	8 ▲	18	-15 ▼	24	-1 ▼
MT	18	-4 ▼	26	-3 ▼	17	8 ▲	12		11	-5 ▼
PA	19	-1 ▼	23	1 ▲	23	1 ▲	20	5 ▲	26	
BA	20	1 ▲	15	-4 ▼	14	4 ▲	21	3 ▲	8	
AL	21	1 ▲	13	-7 ▼	19	-3 ▼	24	-15 ▼	22	-1 ▼
PI	22	-3 ▼	18	-13 ▼	20	1 ▲	22	1 ▲	20	2 ▲
AC	23	1 ▲	25		22	-12 ▼	13	7 ▲	27	-2 ▼
SE	24	1 ▲	17	1 ▲	8		25	-4 ▼	12	2 ▲
MA	25	2 ▲	22		21	6 ▲	27	-1 ▼	23	1 ▲
RO	26		27	-1 ▼	25	-6 ▼	3	13 ▲	25	2 ▲
RN	27	-4 ▼	6	1 ▲	26	-6 ▼	23	-1 ▼	17	-2 ▼

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 - II

Sustentabilidade Ambiental									
UF	Ranking do Pilar		Perda de Água		Reciclagem de Lixo		Coleta Seletiva de Lixo		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
PR	1		9	-6 ▼	3	-1 ▼	1		
SP	2		5		11	1 ▲	5		
GO	3	3 ▲	1		13	-3 ▼	8		
ES	4		12	-1 ▼	12	1 ▲	11		
RJ	5	2 ▲	2	12 ▲	17	4 ▲	7		
MG	6	2 ▲	10		8		9		
DF	7	-4 ▼	4	2 ▲	9		2		
AM	8	2 ▲	21	1 ▲	24		10		
RR	9	8 ▲	24	1 ▲	1		25		
SC	10	-5 ▼	8	-4 ▼	5	-2 ▼	3		
RS	11	-2 ▼	13		4		4		
CE	12		16	-1 ▼	16	6 ▲	21		
PB	13	3 ▲	11	-4 ▼	20	-9 ▼	16		
MS	14	-1 ▼	3	-1 ▼	10	-4 ▼	6		
PE	15		19	-2 ▼	21	6 ▲	18		
TO	16	4 ▲	7	1 ▲	23	2 ▲	23		
AP	17	-6 ▼	27		2	3 ▲	25		
MT	18	-4 ▼	17	3 ▲	7	7 ▲	12		
PA	19	-1 ▼	6	3 ▲	25	-6 ▼	19		
BA	20	1 ▲	15	-3 ▼	15	3 ▲	20		
AL	21	1 ▲	14	4 ▲	26		17		
PI	22	-3 ▼	18	-2 ▼	19	-3 ▼	22		
AC	23	1 ▲	26		27	-10 ▼	25		
SE	24	1 ▲	23	-4 ▼	14	1 ▲	14		
MA	25	2 ▲	22	1 ▲	22	-2 ▼	24		
RO	26		25	-1 ▼	6	1 ▲	13		
RN	27	-4 ▼	20	1 ▲	18	5 ▲	15		

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 - III

Sustentabilidade Ambiental									
UF	Ranking do Pilar		Desmatamento		Velocidade do Desmatamento		Recuperação de Áreas Degradadas		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
PR	1		4	2 ▲	6	-1 ▼	18	4 ▲	
SP	2		1	2 ▲	1	1 ▲	12	11 ▲	
GO	3	3 ▲	19	-1 ▼	20	3 ▲	4	11 ▲	
ES	4		7		3	-2 ▼	1	9 ▲	
RJ	5	2 ▲	2	2 ▲	7	-1 ▼	10	1 ▲	
MG	6	2 ▲	18	-1 ▼	18	-2 ▼	5	7 ▲	
DF	7	-4 ▼	5	-4 ▼	21	-3 ▼	3	14 ▲	
AM	8	2 ▲	6	2 ▲	17	3 ▲	27	-14 ▼	
RR	9	8 ▲	9	-4 ▼	14	1 ▲	21	-14 ▼	
SC	10	-5 ▼	8	1 ▲	3		15	3 ▲	
RS	11	-2 ▼	12	-1 ▼	3	1 ▲	19	6 ▲	
CE	12		16	4 ▲	10	-3 ▼	24	-4 ▼	
PB	13	3 ▲	26		7	1 ▲	20	6 ▲	
MS	14	-1 ▼	24	-3 ▼	27	-1 ▼	7	7 ▲	
PE	15		15	-3 ▼	12	-2 ▼	13	11 ▲	
TO	16	4 ▲	22	-6 ▼	25	2 ▲	6	-2 ▼	
AP	17	-6 ▼	3	-1 ▼	1	8 ▲	25	-19 ▼	
MT	18	-4 ▼	14	1 ▲	25	-1 ▼	14	-11 ▼	
PA	19	-1 ▼	10		14	3 ▲	16	-14 ▼	
BA	20	1 ▲	23	-1 ▼	22	-1 ▼	11	5 ▲	
AL	21	1 ▲	17	7 ▲	12	1 ▲	9	12 ▲	
PI	22	-3 ▼	20	3 ▲	23	-1 ▼	17	2 ▲	
AC	23	1 ▲	13		7	5 ▲	26	-17 ▼	
SE	24	1 ▲	25		10	1 ▲	8		
MA	25	2 ▲	21	-2 ▼	24	1 ▲	2	-1 ▼	
RO	26		11	3 ▲	19		22	-17 ▼	
RN	27	-4 ▼	27		16	-2 ▼	23	4 ▲	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 - IV

Sustentabilidade Ambiental									
UF	Ranking do Pilar		Transp. Combate ao Desmat.		Preserv. da Veget. Im. Rurais		Veget. Nat. nos Imóveis Rurais		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
PR	1		1	12 ▲	21	-3 ▼	23		
SP	2		1		24		25	1 ▲	
GO	3	3 ▲	1		10		20		
ES	4		1		20		22		
RJ	5	2 ▲	16	-3 ▼	23		21		
MG	6	2 ▲	11	-3 ▼	11	2 ▲	19		
DF	7	-4 ▼	11	2 ▲	14	-1 ▼	16		
AM	8	2 ▲	1		17	2 ▲	1		
RR	9	8 ▲	23		22		4		
SC	10	-5 ▼	23		13	-1 ▼	18		
RS	11	-2 ▼	1		27	-2 ▼	27	-2 ▼	
CE	12		9	-1 ▼	5		7		
PB	13	3 ▲	11	2 ▲	7		12		
MS	14	-1 ▼	22	-3 ▼	8		17		
PE	15		16	-3 ▼	15		14		
TO	16	4 ▲	1	22 ▲	2	-1 ▼	9		
AP	17	-6 ▼	19		18	-1 ▼	2		
MT	18	-4 ▼	1		6	-2 ▼	10	1 ▲	
PA	19	-1 ▼	9	-8 ▼	16		6		
BA	20	1 ▲	23		19	1 ▲	15		
AL	21	1 ▲	19		26	1 ▲	26	1 ▲	
PI	22	-3 ▼	23	-13 ▼	4	2 ▲	5		
AC	23	1 ▲	15	-3 ▼	1	1 ▲	3		
SE	24	1 ▲	23		25	1 ▲	24		
MA	25	2 ▲	19		9		11	2 ▲	
RO	26		11	-1 ▼	12	-1 ▼	13	-3 ▼	
RN	27	-4 ▼	16	-3 ▼	3		8		



POTENCIAL DE MERCADO

Neste pilar, foi considerado o tamanho do PIB de cada Estado, a dinâmica de crescimento do PIB nos últimos 4 anos e o crescimento potencial da força de trabalho nos 10 próximos anos. Além disso, também foi considerado os indicadores relacionados ao mercado de crédito: Comprometimento de Renda, Qualidade de Crédito para Pessoa Física, Volume de Crédito, e Inadimplência.

Naturalmente, o tamanho da economia do Estado é uma das variáveis levadas em consideração na decisão de localização de investimentos das empresas, favorecendo a competitividade das maiores Unidades da Federação. Ao mesmo tempo, Estados com economias mais dinâmicas também abrem mais oportunidades de investimento, gerando um ciclo virtuoso de competitividade e desenvolvimento econômico. O ritmo de crescimento da população em idade de trabalho, por sua vez, constitui um dos principais determinantes do crescimento potencial de longo prazo. Já os indicadores de crédito são determinantes para a evolução do investimento e consumo e se mostram particularmente relevantes no contexto atual brasileiro de elevado patamar do comprometimento de renda da população.

Ressalta-se que o indicador tamanho de mercado sofre um redutor em seu peso dentro do pilar em razão do critério de ponderação denominado de 'dispersão' (ver anexo 2), evitando assim que os maiores Estados do País em termos de PIB, como São Paulo, adquiram uma vantagem excessiva no Ranking Geral, por conta de um único indicador.

Além disso, o pilar possui peso relativamente pequeno (8,2%). Desse modo, o grande desequilíbrio entre as UFs em termos de tamanho de PIB acaba tendo um impacto limitado no pilar e, principalmente, no ranking geral. Evidência disso é que a menor economia estadual do País, Roraima, está na última colocação no indicador de Tamanho de Mercado, mas ocupa a 3ª posição no pilar, graças ao bom desempenho nos indicadores de Taxa de Crescimento e Crescimento Potencial da Força de Trabalho.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram TO, GO e RR, nessa ordem. Em relação à edição passada, Tocantis subiu de 5º para 1º colocado, Goiás caiu da 1ª para 2ª colocação e Roraima manteve a posição.

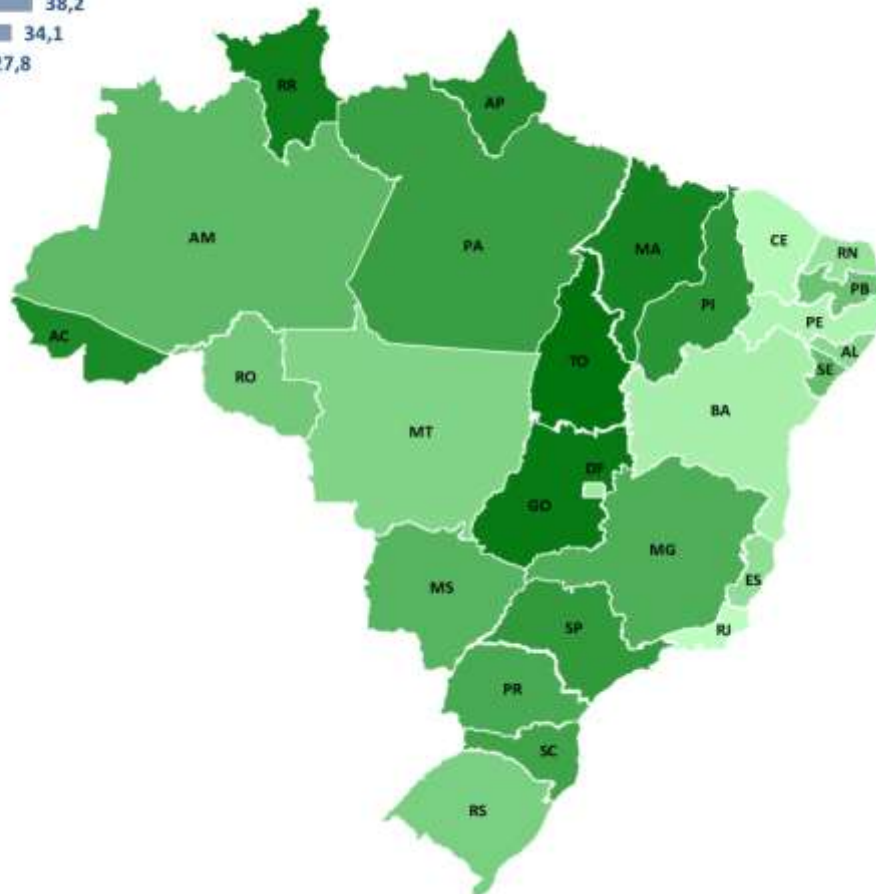
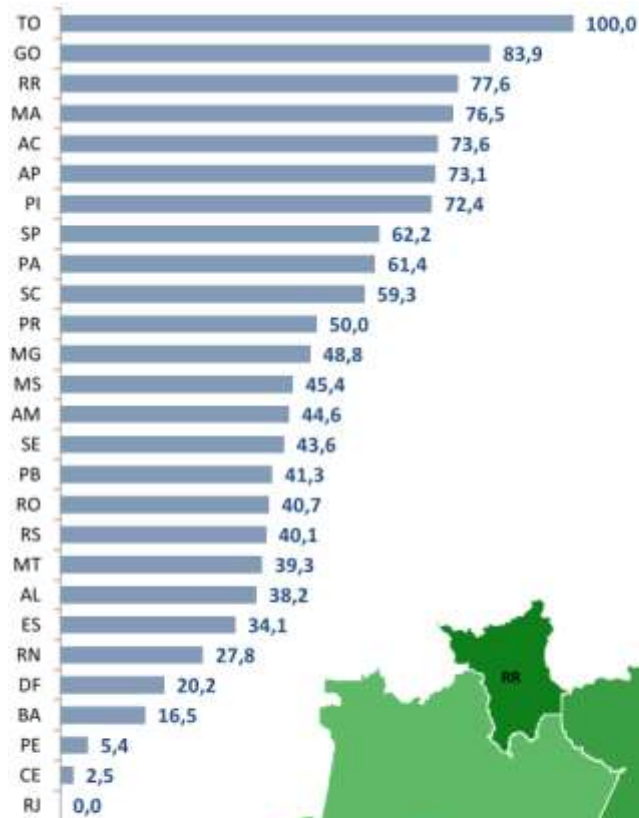
O Paraná exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 13 colocações, passando da 24ª para 11ª posição. O Estado paranaense apresentou melhora relativa no indicador de Volume de Crédito (+23 posições), além de alcançar posições

favoráveis nos indicadores de Tamanho de Mercado (5ª posição), Qualidade de Crédito para Pessoa Física (7ª) e Inadimplência (11ª).



POTENCIAL DE MERCADO

Ranking – Potencial de Mercado



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Tamanho de Mercado	Nível do Produto Interno Bruto (PIB).	Tendências	2023
Taxa de Crescimento	Média móvel de quatro períodos para a taxa de crescimento anual do PIB real.	IBGE e Tendências	2023
Crescimento Potencial da Força de Trabalho	Média da taxa de crescimento da PIA para os próximos 10 anos (população com idade entre 15 e 64 anos).	IBGE	2023
Comprometimento de Renda	Comprometimento de renda com dívidas bancárias em relação à massa de renda total domiciliar.	Banco Central, IBGE e Governo Federal	2023
Qualidade de Crédito para Pessoa Física	Percentual de modalidades não-emergenciais (consignado, habitacional, veículos e rural) para Pessoa Física em relação ao crédito total.	Banco Central	2023
Volume de Crédito	Saldo de crédito total (PJ e PF) em relação ao PIB total.	Banco Central e IBGE	2023
Inadimplência	Participação de consumidores inadimplentes em relação à população acima de 18 anos de idade.	Serasa e IBGE	2023

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Potencial de Mercado



Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – I

Potencial de Mercado										
UF	Ranking do Pilar		Tamanho de Mercado		Taxa de Crescimento		Crescimento Potencial da Força de Trabalho		Comprometimento de Renda	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
TO	1	4 ▲	23	1 ▲	2	3 ▲	6		23	-1 ▼
GO	2	-1 ▼	9		7	-4 ▼	7		25	-1 ▼
RR	3		27		1	1 ▲	2		19	-4 ▼
MA	4	2 ▲	17		4	6 ▲	13		17	
AC	5	5 ▲	25	1 ▲	12	9 ▲	4	-1 ▼	21	-5 ▼
AP	6	1 ▲	26	-1 ▼	13	-2 ▼	1		9	-1 ▼
PI	7	4 ▲	21		6	9 ▲	24		2	1 ▲
SP	8	-6 ▼	1		21	-7 ▼	20		10	1 ▲
PA	9	6 ▲	10		9	15 ▲	5		6	-2 ▼
SC	10	-6 ▼	6		17	-9 ▼	15		18	2 ▲
PR	11	13 ▲	5	-1 ▼	20	-2 ▼	22		22	1 ▲
MG	12		3		10	2 ▲	26	-1 ▼	15	4 ▲
MS	13		15		14	-8 ▼	11		24	1 ▲
AM	14	2 ▲	16		5	-1 ▼	3	1 ▲	1	
SE	15	-6 ▼	24	-1 ▼	15	-8 ▼	12		12	
PB	16	7 ▲	20	-1 ▼	19	7 ▲	21		16	2 ▲
RO	17		22		16	3 ▲	10		26	
RS	18	2 ▲	4	1 ▲	24	-2 ▼	27		19	2 ▲
MT	19	-11 ▼	11	1 ▲	3	-2 ▼	9		27	
AL	20	-6 ▼	19	1 ▲	8	1 ▲	18		11	3 ▲
ES	21	4 ▲	14		18	9 ▲	14		7	2 ▲
RN	22	-1 ▼	18		22	3 ▲	16		13	
DF	23	4 ▲	8		23	-7 ▼	8		3	2 ▲
BA	24	2 ▲	7		25	-2 ▼	23		8	2 ▲
PE	25	-6 ▼	12	-1 ▼	26	-6 ▼	17		4	3 ▲
CE	26	-8 ▼	13		27	-10 ▼	19		5	1 ▲
RJ	27	-5 ▼	2		11	2 ▲	25	1 ▲	13	-11 ▼

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – II

Potencial de Mercado								
UF	Ranking do Pilar		Qualidade de Crédito para Pessoa Física		Volume de Crédito		Inadimplência	
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank
TO	1	4 ▲	1	1 ▲	6		20	
GO	2	-1 ▼	3		1		14	-1 ▼
RR	3		9	-2 ▼	17	3 ▲	27	
MA	4	2 ▲	11	-2 ▼	13	-2 ▼	4	-1 ▼
AC	5	5 ▲	8	11 ▲	10	-3 ▼	16	3 ▲
AP	6	1 ▲	10	13 ▲	11	4 ▲	24	
PI	7	4 ▲	18	-3 ▼	9	1 ▲	1	
SP	8	-6 ▼	20	-4 ▼	18		18	
PA	9	6 ▲	12		26	-1 ▼	9	-3 ▼
SC	10	-6 ▼	14	-3 ▼	7	-3 ▼	2	
PR	11	13 ▲	7	-2 ▼	4	23 ▲	11	1 ▲
MG	12		13	-3 ▼	19	-5 ▼	10	
MS	13		2	-1 ▼	5		21	
AM	14	2 ▲	23	2 ▲	27	-1 ▼	25	1 ▲
SE	15	-6 ▼	17	-4 ▼	14	-1 ▼	13	1 ▲
PB	16	7 ▲	16	-2 ▼	8	1 ▲	3	6 ▲
RO	17		5	1 ▲	2	1 ▲	19	-3 ▼
RS	18	2 ▲	4		12	-4 ▼	5	-1 ▼
MT	19	-11 ▼	6	2 ▲	3	-1 ▼	23	-1 ▼
AL	20	-6 ▼	22	-4 ▼	22	-1 ▼	8	-3 ▼
ES	21	4 ▲	19	5 ▲	24	-2 ▼	7	1 ▲
RN	22	-1 ▼	21	-4 ▼	15	-3 ▼	12	-1 ▼
DF	23	4 ▲	15	12 ▲	23	1 ▲	26	-1 ▼
BA	24	2 ▲	24	2 ▲	20	-3 ▼	6	1 ▲
PE	25	-6 ▼	26	-5 ▼	21	-2 ▼	15	2 ▲
CE	26	-8 ▼	25	-5 ▼	16		17	-2 ▼
RJ	27	-5 ▼	27	-5 ▼	25	-2 ▼	22	1 ▲



INOVAÇÃO

Num sentido amplo, a inovação envolve a introdução de novas técnicas e métodos que transformam positivamente os processos existentes no interior das empresas, organizações e da sociedade em geral. Envolve, portanto, uma melhora significativa, que, em geral, substitui práticas e processos anteriores. A teoria econômica moderna considera a inovação peça-chave para o crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo, pois ela promove ganhos de produtividade que permitem às pessoas e organizações produzirem mais, novos e melhores produtos e serviços a custos menores para um dado nível de insumos (fatores) produtivos.

O ambiente ideal para o surgimento de inovações combina a presença de competição com ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento (P&D). Não é à toa que as maiores inovações surgem, atualmente, a partir do trabalho conjunto entre o setor privado, a academia e institutos de pesquisa, e o setor público. O setor privado, submetido à competição, é um grande demandante de inovações. A academia e os institutos de pesquisa constituem o núcleo central onde nascem as principais inovações. Já o setor público desempenha importante papel na coordenação, acompanhamento e, em muitos casos, financiamento das diversas pesquisas realizadas no País, sendo inclusive muitas delas desenvolvidas em universidades públicas estaduais.

O pilar de inovação possui peso 6,5% e é composto por Investimentos Públicos em P&D, Patentes, Bolsa de Mestrado e Doutorado, Empreendimentos Inovadores, Pesquisa Científica, Empresas de Alto Crescimento e Informação e Comunicação.

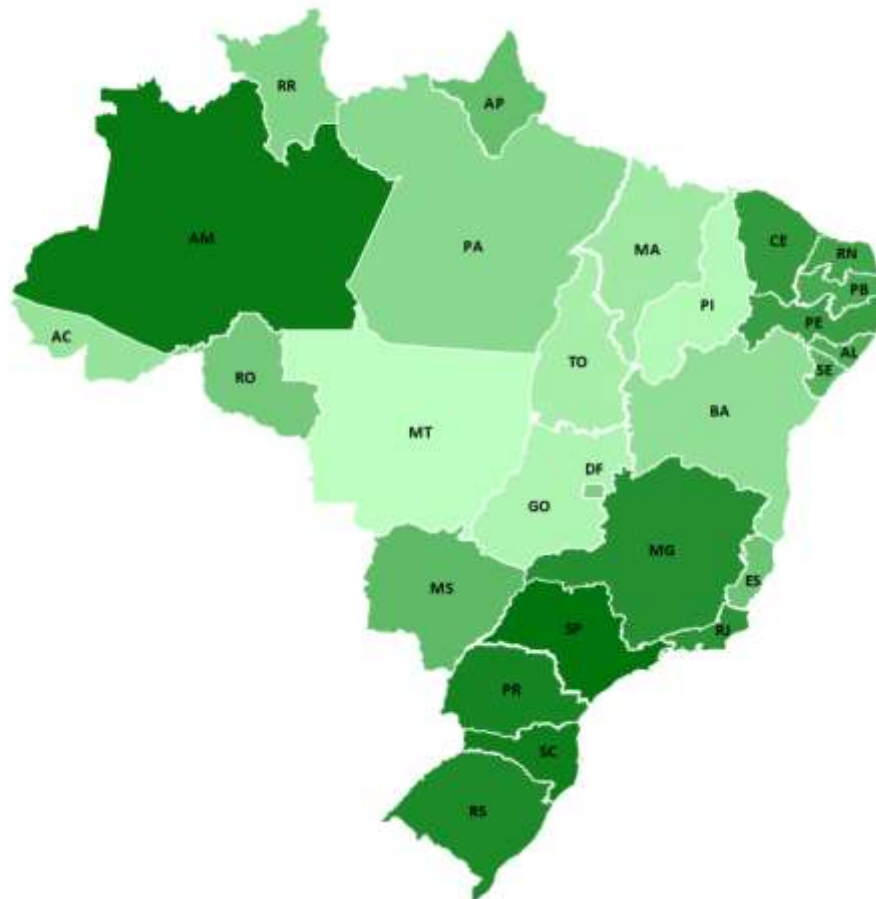
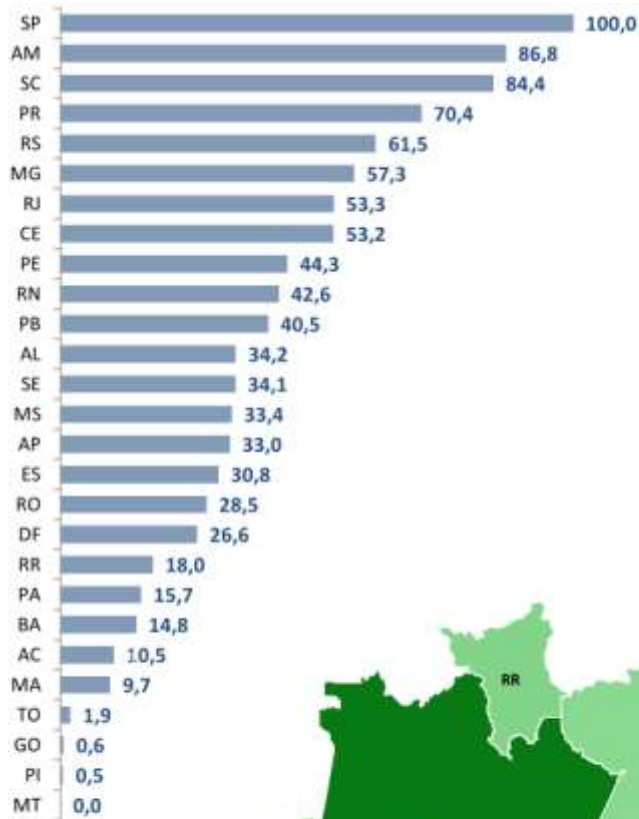
As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram SP, AM e SC, nessa ordem. Em relação à edição passada, São Paulo e Santa Catarina mantiveram as posições, enquanto o Amazonas avançou 3 posições, passando da 5ª para a 2ª colocação.

Roraima exibiu o maior avanço de posição no pilar, com salto de 8 colocações, passando da 27ª para 19ª posição. O Estado apresentou melhora relativa no indicador de Patentes (+13 posições), além de alcançar a 2ª posição no indicador de Empresas de Alto Crescimento.



INOVAÇÃO

Ranking – Inovação



Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Investimentos Públicos em P&D	Participação de Investimento público em P&D no PIB estadual.	MCTIC e IBGE	2022
Patentes	Total de concessões de patentes ("Patente de Invenção", "Modelo de Utilidade" e "Certificado de Adição") em relação ao PIB.	INPI e Tendências	2023
Bolsa de Mestrado e Doutorado	Proporção de discentes de pós-graduação beneficiados pela Bolsa CNPq, CAPES ou FAPs dos Estados.	CNPQ, CAPES e CONFAP	2023
Estrutura de apoio à inovação	Número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) para cada 1 milhão de habitantes.	Anprotec e IBGE	2024
Pesquisa Científica	Média simples das notas em pesquisa científica do Ranking Universitário Folha (RUF).	Ranking Universitário Folha (RUF)	2023
Informação e Comunicação	Participação das atividades econômicas de Informação e Comunicação no valor adicionado bruto de Serviços.	IBGE	2021
Empresas de Alto Crescimento	Número de unidades locais de empresas de alto crescimento em relação ao total de unidades locais.	IBGE	2021

Distribuição dos Indicadores no Pilar

Inovação



Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – I

Inovação											
UF	Ranking do Pilar		Investimentos Públicos em P&D		Patentes		Bolsa de Mestrado e Doutorado		Estrutura de apoio à inovação		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SP	1		1		4		5	-2 ▼	24	-8 ▼	
AM	2	3 ▲	6	2 ▲	24	-3 ▼	1		9	-2 ▼	
SC	3		7		3	-1 ▼	12	-3 ▼	4	1 ▲	
PR	4		2		2	1 ▲	16	1 ▲	7	-1 ▼	
RS	5	-3 ▼	25	-2 ▼	1		6	-2 ▼	2	-1 ▼	
MG	6	1 ▲	10	8 ▲	5		4	2 ▲	15	-4 ▼	
RJ	7	-1 ▼	4		8	-2 ▼	13	-6 ▼	11	-1 ▼	
CE	8	5 ▲	3	6 ▲	10	-1 ▼	11	-1 ▼	22	-4 ▼	
PE	9	-1 ▼	9	3 ▲	18	-4 ▼	3	-1 ▼	17	-4 ▼	
RN	10		11	-5 ▼	7		19		6	-2 ▼	
PB	11	-2 ▼	8	-5 ▼	11	1 ▲	7	1 ▲	20	-1 ▼	
AL	12	3 ▲	19	5 ▲	14	5 ▲	2	3 ▲	16	1 ▲	
SE	13	4 ▲	22	-3 ▼	6	4 ▲	9	9 ▲	23	-3 ▼	
MS	14	-2 ▼	17	-3 ▼	17	-6 ▼	8	4 ▲	3		
AP	15	5 ▲	15	7 ▲	9	17 ▲	21	1 ▲	14	1 ▲	
ES	16	-2 ▼	21	-5 ▼	12	-4 ▼	18	-7 ▼	19	4 ▲	
RO	17	-1 ▼	27		21	-1 ▼	23		1	1 ▲	
DF	18	-7 ▼	14	1 ▲	20	-7 ▼	24	-4 ▼	10	2 ▲	
RR	19	8 ▲	18	-5 ▼	13	13 ▲	27		12	2 ▲	
PA	20	-2 ▼	12	9 ▲	26	-4 ▼	17	-4 ▼	25	-1 ▼	
BA	21	-2 ▼	5		15		14	1 ▲	26	-1 ▼	
AC	22	2 ▲	20	5 ▲	25	-9 ▼	25	1 ▲	18	8 ▲	
MA	23	-1 ▼	13	-3 ▼	16	1 ▲	10	4 ▲	27	-1 ▼	
TO	24	2 ▲	26		23	1 ▲	26	-1 ▼	5	4 ▲	
GO	25	-4 ▼	16	-5 ▼	19	-1 ▼	15	1 ▲	21		
PI	26	-3 ▼	24	-4 ▼	22	3 ▲	22	2 ▲	8		
MT	27	-2 ▼	23	-6 ▼	27	-4 ▼	20	1 ▲	13	9 ▲	

Posição das UFs em cada indicador e mudanças em relação à Edição de 2023 – II

Inovação									
UF	Ranking do Pilar		Pesquisa Científica		Informação e Comunicação		Empresas de Alto Crescimento		
	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	Rank	Δ Rank	
SP	1		16	5 ▲	1		23	2 ▲	
AM	2	3 ▲	11	2 ▲	12	-1 ▼	1	2 ▲	
SC	3		10	4 ▲	4	-1 ▼	20		
PR	4		25	-16 ▼	5		26		
RS	5	-3 ▼	27	-21 ▼	3	1 ▲	27		
MG	6	1 ▲	7		6		22	2 ▲	
RJ	7	-1 ▼	17	2 ▲	2		16	3 ▲	
CE	8	5 ▲	6	2 ▲	7	1 ▲	13	-1 ▼	
PE	9	-1 ▼	3	-1 ▼	11	-2 ▼	8	5 ▲	
RN	10		9	2 ▲	17		15	1 ▲	
PB	11	-2 ▼	5	-2 ▼	10	3 ▲	17	-2 ▼	
AL	12	3 ▲	8	2 ▲	20	-1 ▼	14	-7 ▼	
SE	13	4 ▲	4	1 ▲	19	2 ▲	21	-11 ▼	
MS	14	-2 ▼	22	-4 ▼	16	-1 ▼	12	-1 ▼	
AP	15	5 ▲	18	8 ▲	25	2 ▲	3	-2 ▼	
ES	16	-2 ▼	2	2 ▲	9	3 ▲	10	7 ▲	
RO	17	-1 ▼	21	4 ▲	27	-2 ▼	6	3 ▲	
DF	18	-7 ▼	1		8	-1 ▼	18		
RR	19	8 ▲	26	1 ▲	26		2	2 ▲	
PA	20	-2 ▼	14	-2 ▼	21	-1 ▼	5		
BA	21	-2 ▼	12	5 ▲	14		19	4 ▲	
AC	22	2 ▲	15		24	-2 ▼	4	-2 ▼	
MA	23	-1 ▼	13	10 ▲	23	1 ▲	7	-1 ▼	
TO	24	2 ▲	23	1 ▲	22	1 ▲	11	3 ▲	
GO	25	-4 ▼	24	-2 ▼	13	-3 ▼	24	-2 ▼	
PI	26	-3 ▼	20	-4 ▼	15	3 ▲	25	-4 ▼	
MT	27	-2 ▼	19	1 ▲	18	-2 ▼	9	-1 ▼	

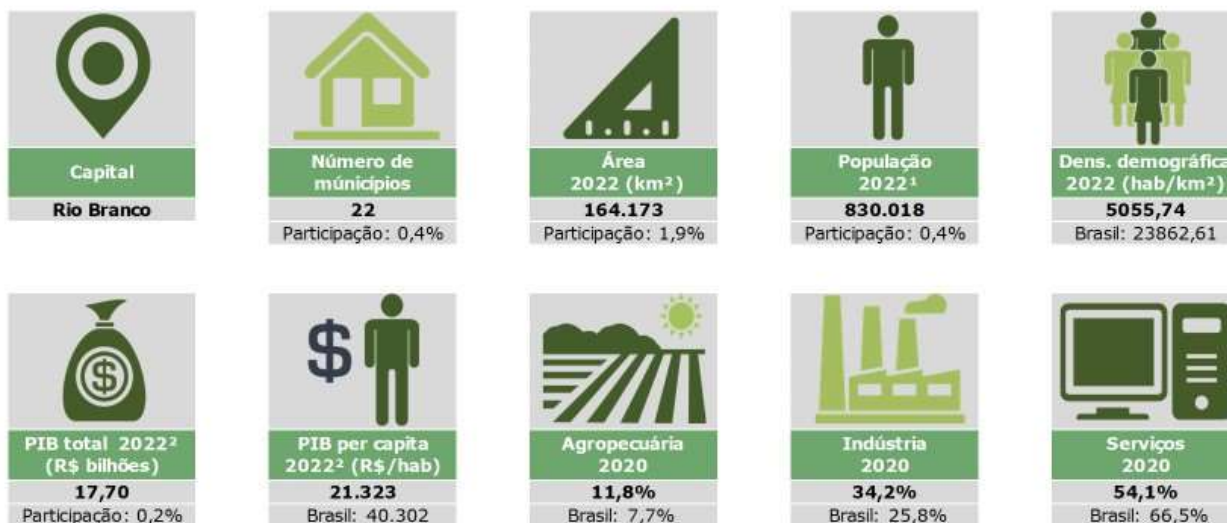


PERFIL DOS ESTADOS

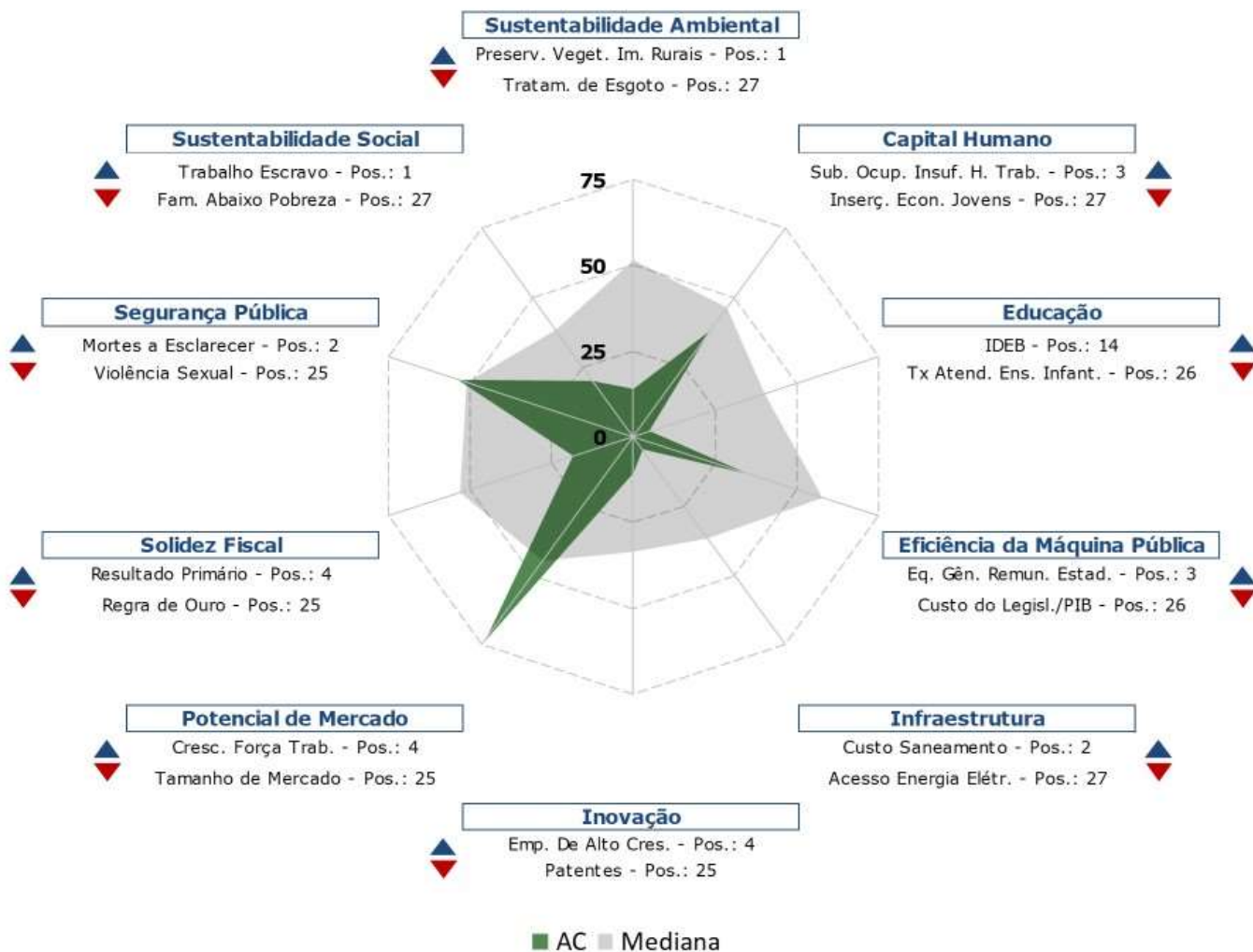


Acre

Posição no Ranking Geral: 25



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



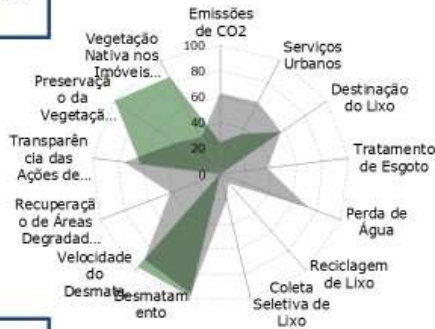


Acre

Posição no Ranking Geral: 25

Sustentabilidade Ambiental

Posição:
23



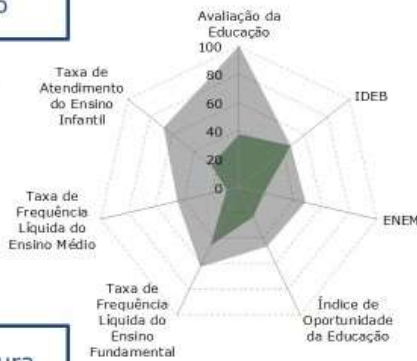
Capital Humano

Posição:
16



Educação

Posição:
26



Eficiência da Máquina Pública

Posição:
21



Infraestrutura

Posição:
24



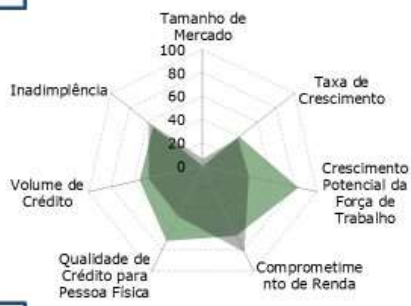
Inovação

Posição:
22



Potencial de Mercado

Posição:
5



Solidez Fiscal

Posição:
24



Segurança Pública

Posição:
13



Sustentabilidade Social

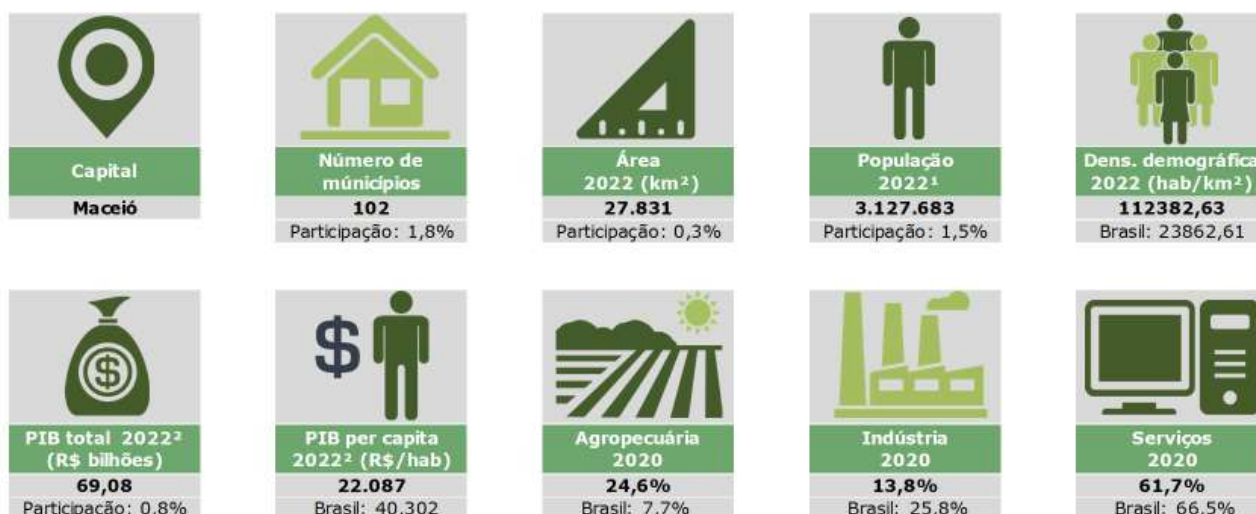
Posição:
23



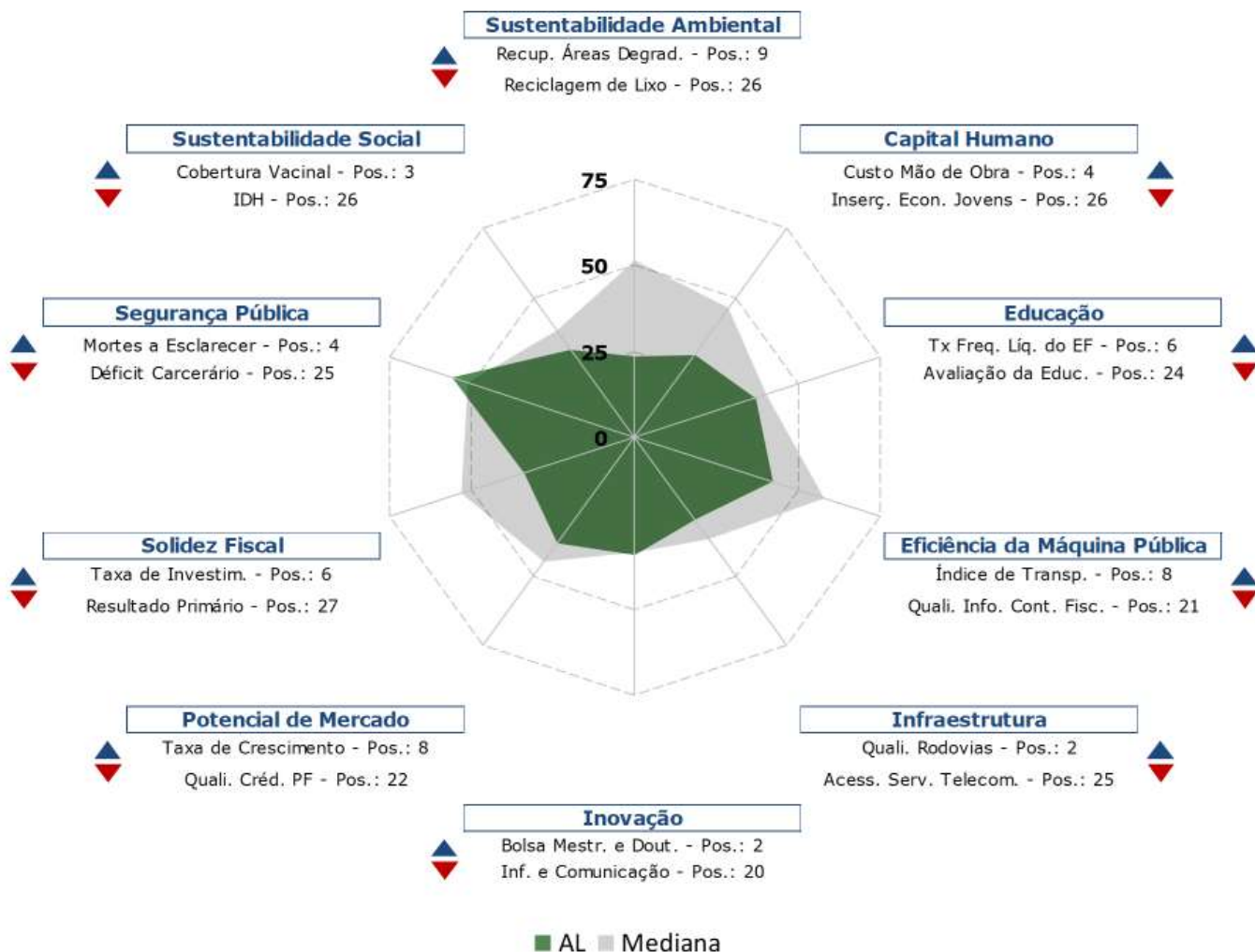


Alagoas

Posição no Ranking Geral: 17



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



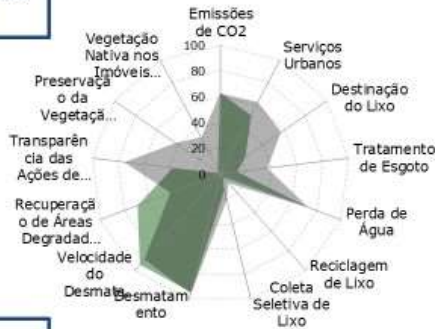


Alagoas

Posição no Ranking Geral: 17

Sustentabilidade Ambiental

Posição: 21



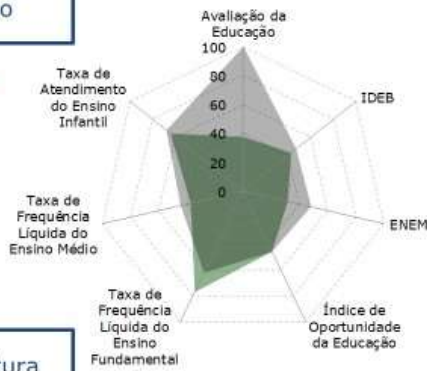
Capital Humano

Posição 19



Educação

Posição 17



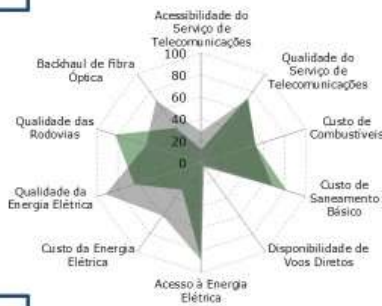
Eficiência da Máquina Pública

Posição 19



Infraestrutura

Posição 18



Inovação

Posição 12



Potencial de Mercado

Posição 20



Solidez Fiscal

Posição 21



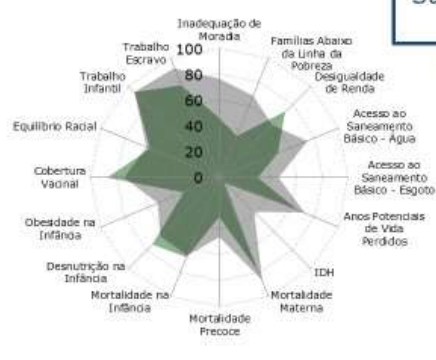
Segurança Pública

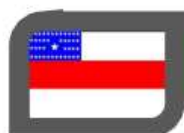
Posição 11



Sustentabilidade Social

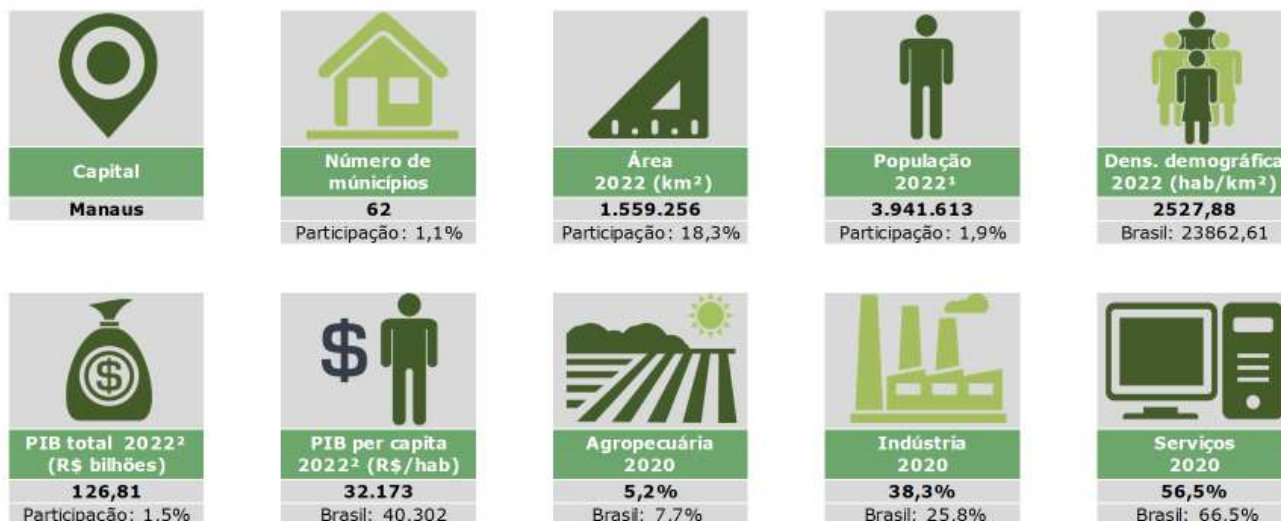
Posição 18



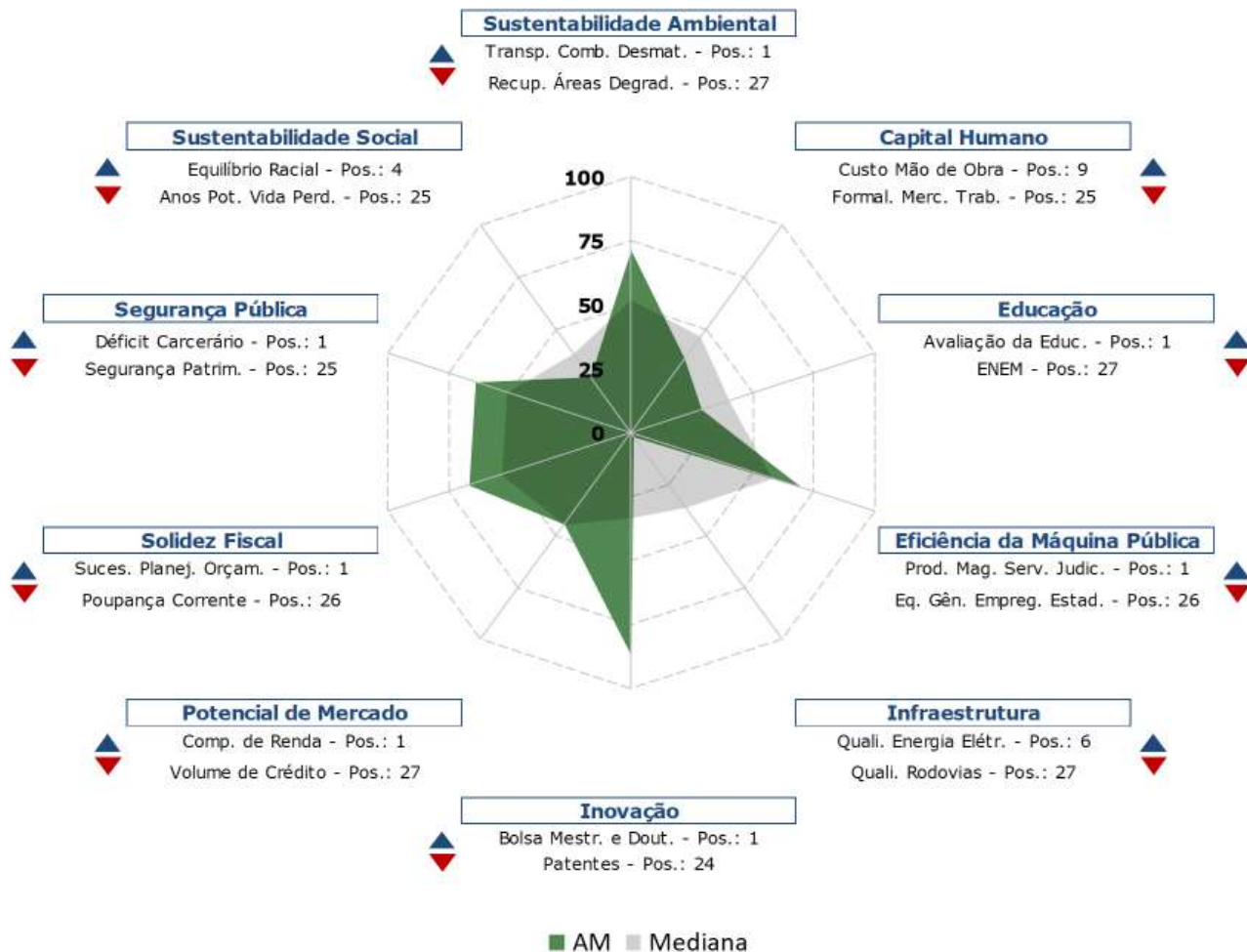


Amazonas

Posição no Ranking Geral: 11



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:





Amazonas

Posição no Ranking Geral: 11

Sustentabilidade Ambiental

Posição: 8



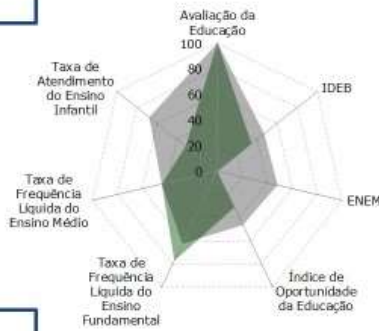
Capital Humano

Posição 18



Educação

Posição 22



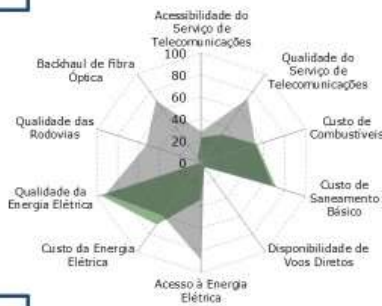
Eficiência da Máquina Pública

Posição 8



Infraestrutura

Posição 26



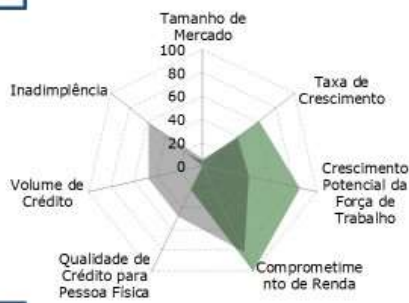
Inovação

Posição 2



Potencial de Mercado

Posição 14



Solidez Fiscal

Posição 4



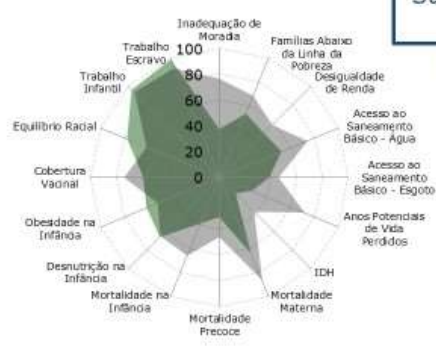
Segurança Pública

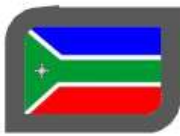
Posição 7



Sustentabilidade Social

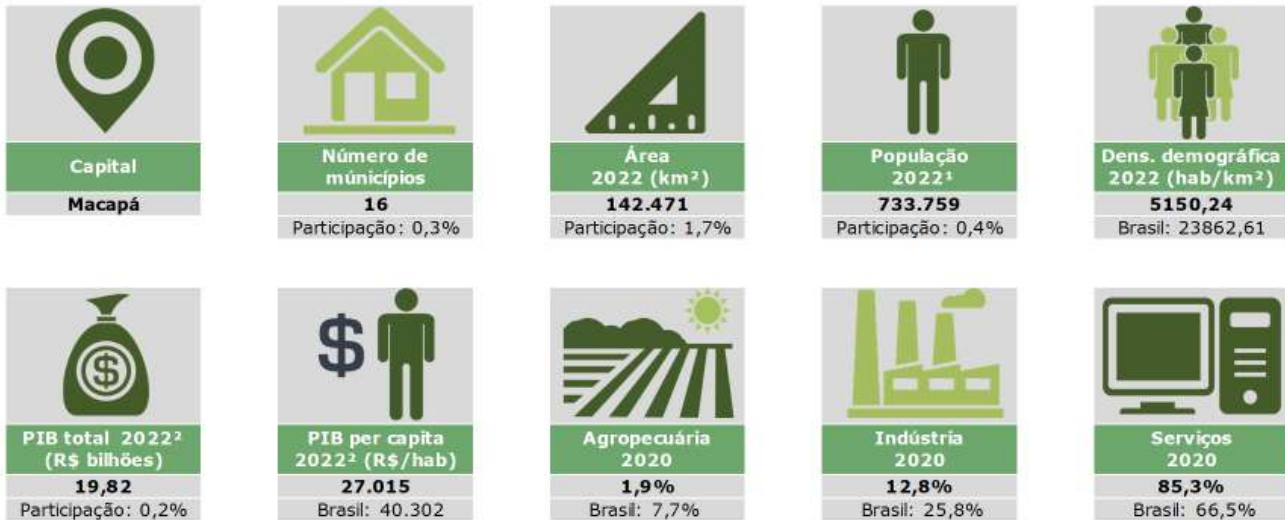
Posição 21



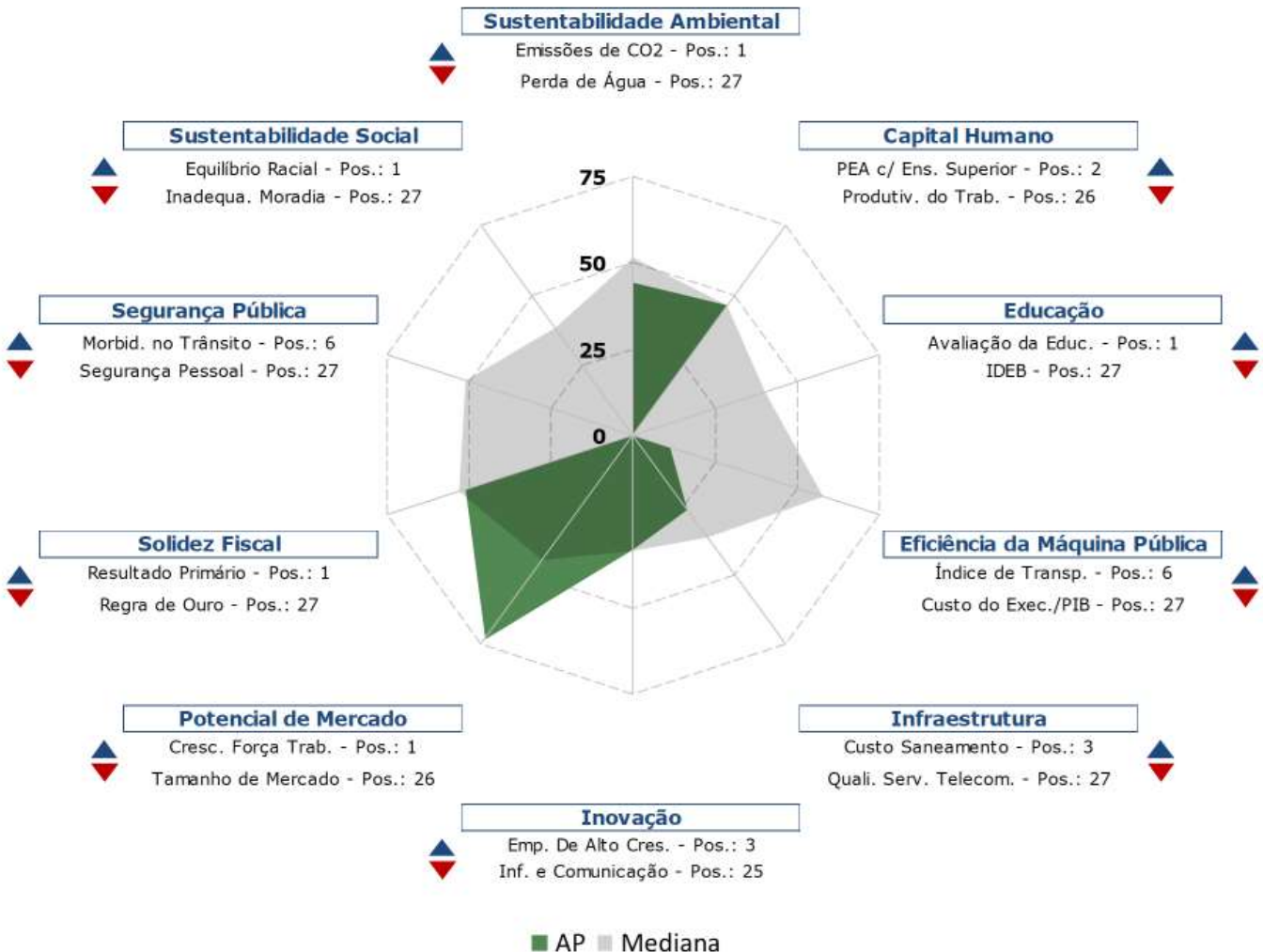


Amapá

Posição no Ranking Geral: 26



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.



Amapá

Posição no Ranking Geral: 26

Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
17**



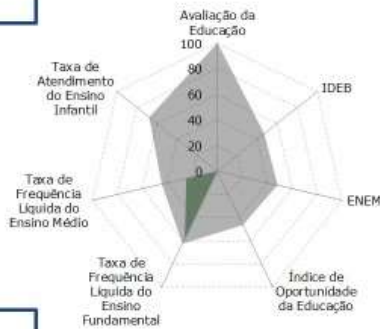
Capital Humano

**Posição
14**



Educação

**Posição
27**



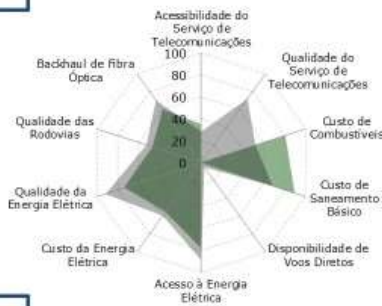
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
26**



Infraestrutura

**Posição
19**



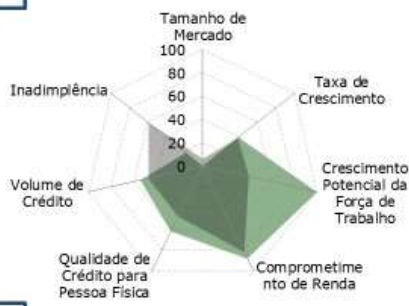
Inovação

**Posição
15**



Potencial de Mercado

**Posição
6**



Solidez Fiscal

**Posição
15**



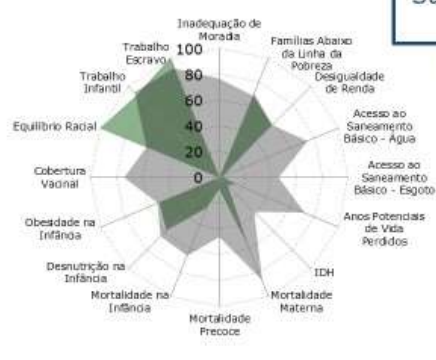
Segurança Pública

**Posição
27**



Sustentabilidade Social

**Posição
27**



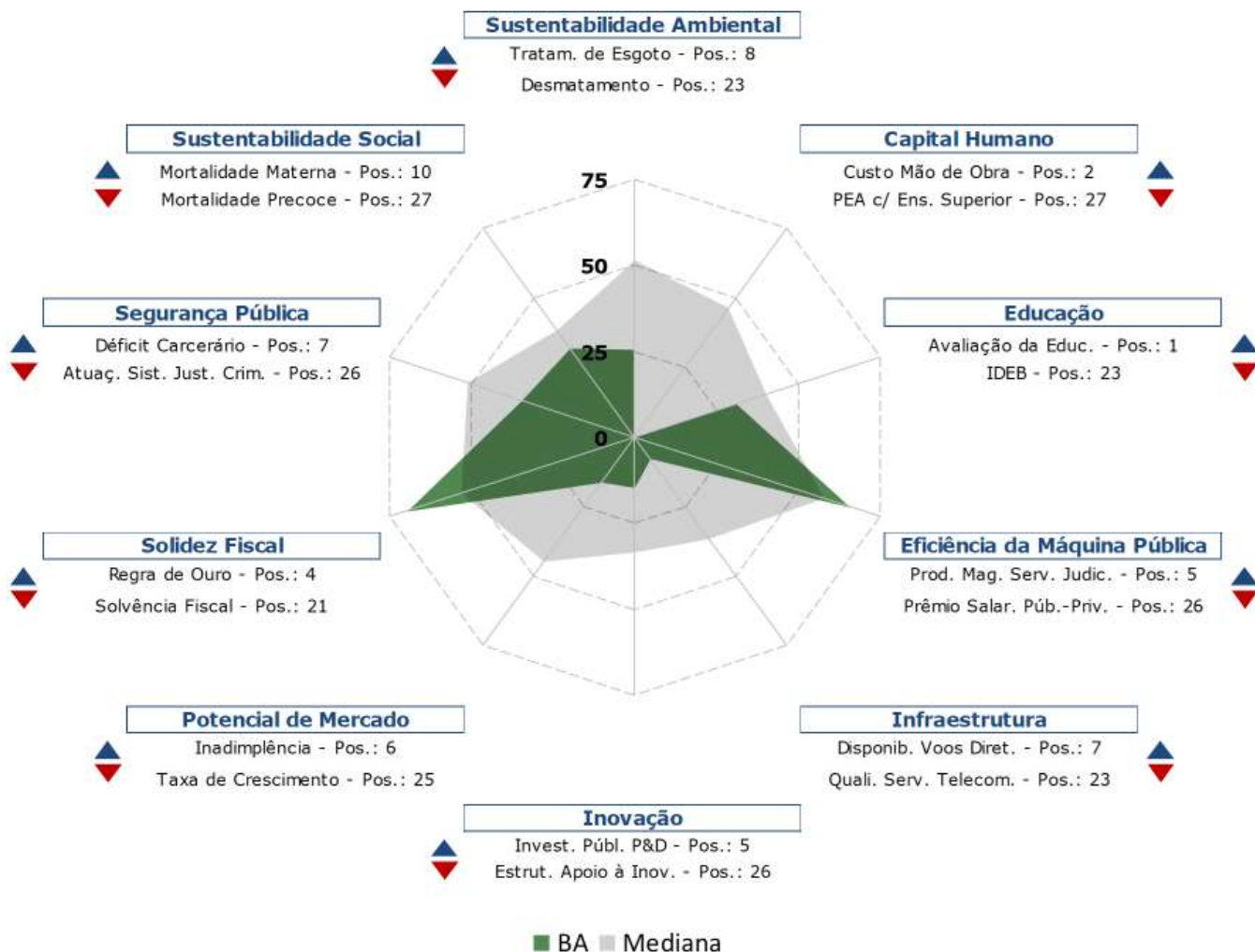


Bahia

Posição no Ranking Geral: 22



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



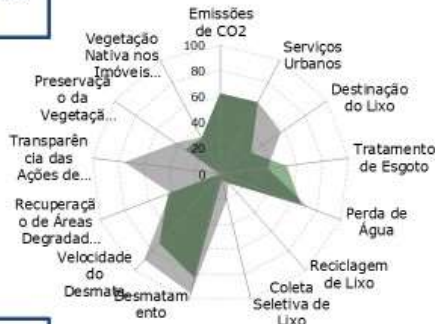


Bahia

Posição no Ranking Geral: 22

Sustentabilidade Ambiental

Posição: 20



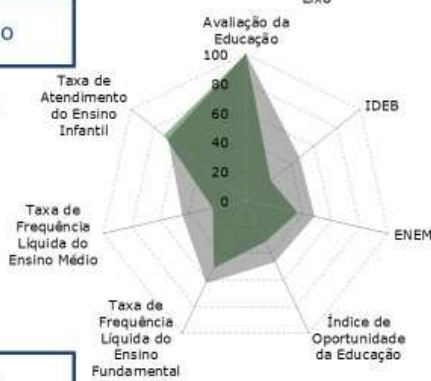
Capital Humano

Posição 27



Educação

Posição 20



Eficiência da Máquina Pública

Posição 10



Infraestrutura

Posição 23



Inovação

Posição 21



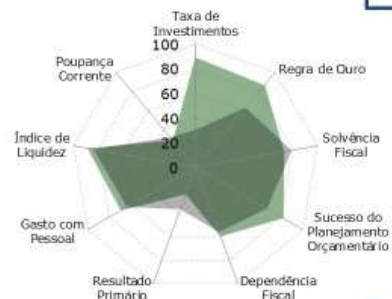
Potencial de Mercado

Posição 24



Solidez Fiscal

Posição 3



Segurança Pública

Posição 19



Sustentabilidade Social

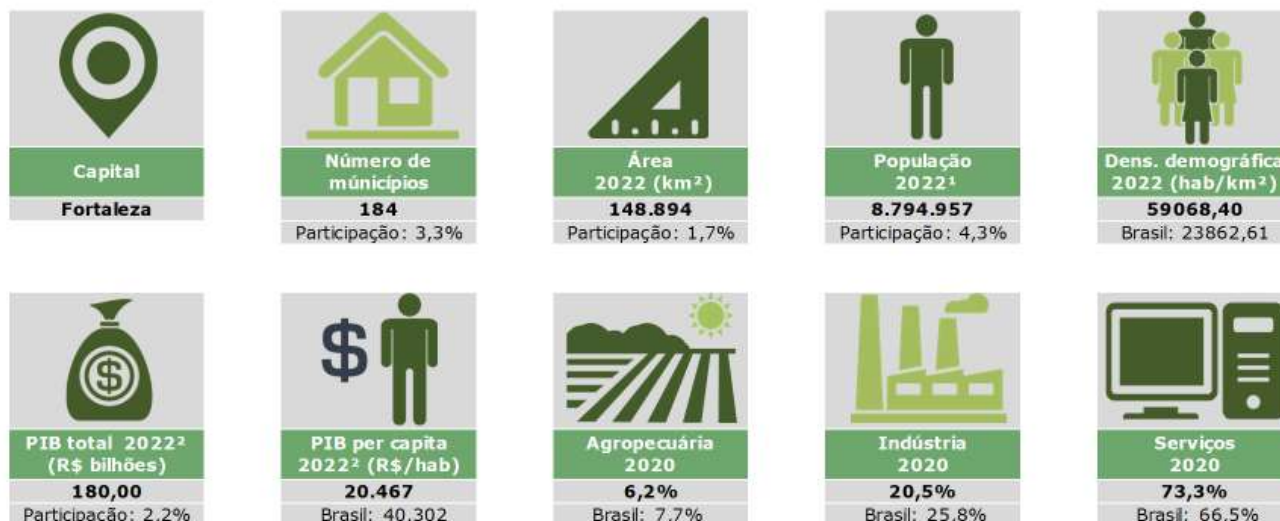
Posição 17



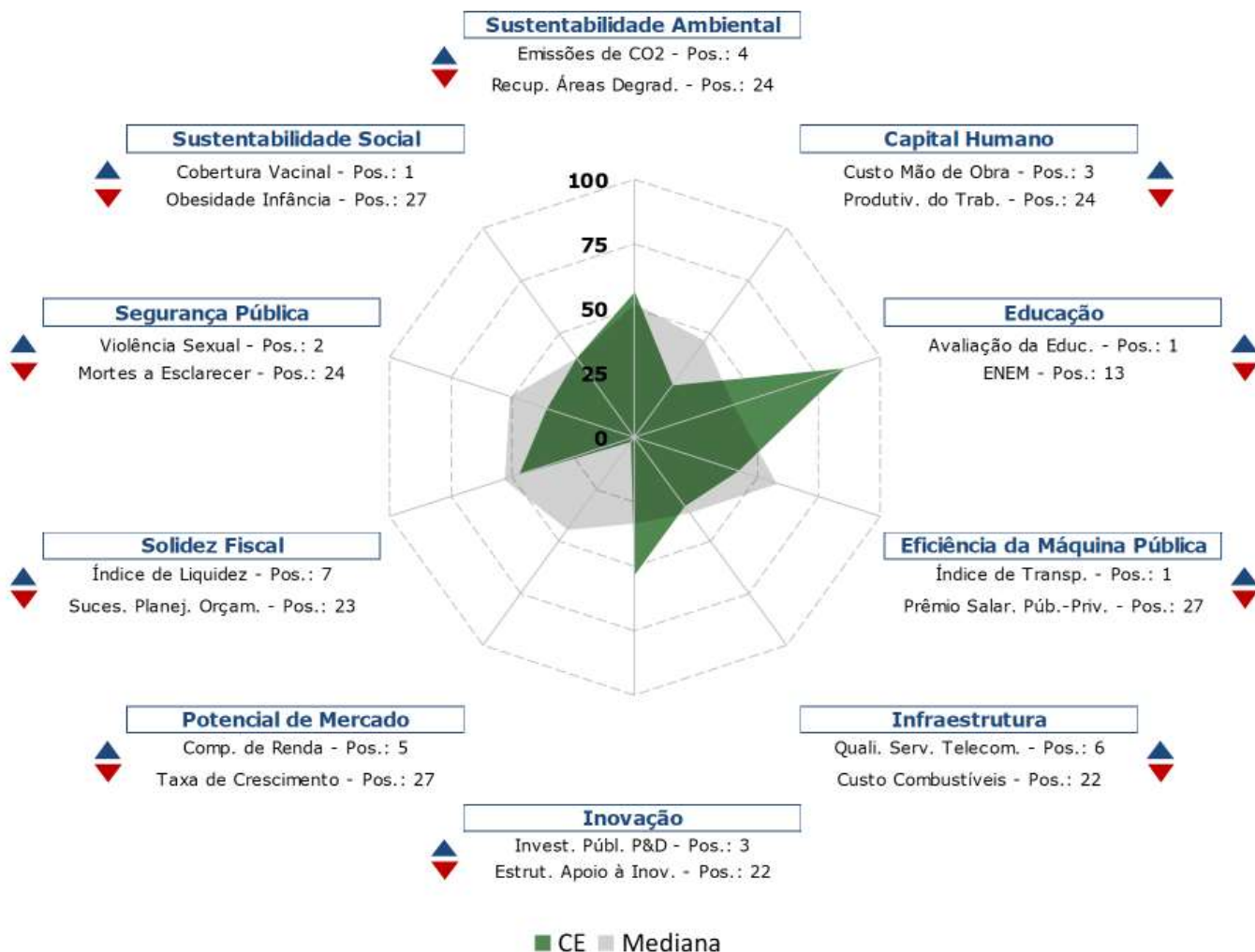


Ceará

Posição no Ranking Geral: 14



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:





Ceará

Posição no Ranking Geral: 14

Sustentabilidade Ambiental

Posição: 12



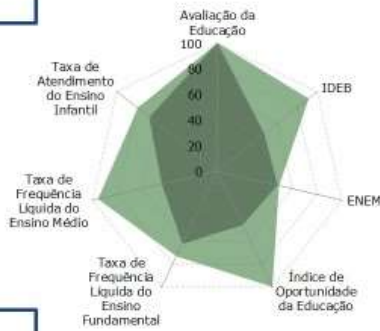
Capital Humano

Posição 21



Educação

Posição 2



Eficiência da Máquina Pública

Posição 18



Infraestrutura

Posição 15



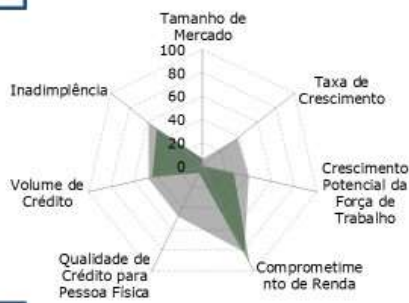
Inovação

Posição 8



Potencial de Mercado

Posição 26



Solidez Fiscal

Posição 16



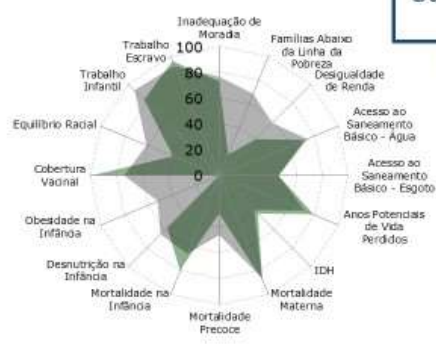
Segurança Pública

Posição 16



Sustentabilidade Social

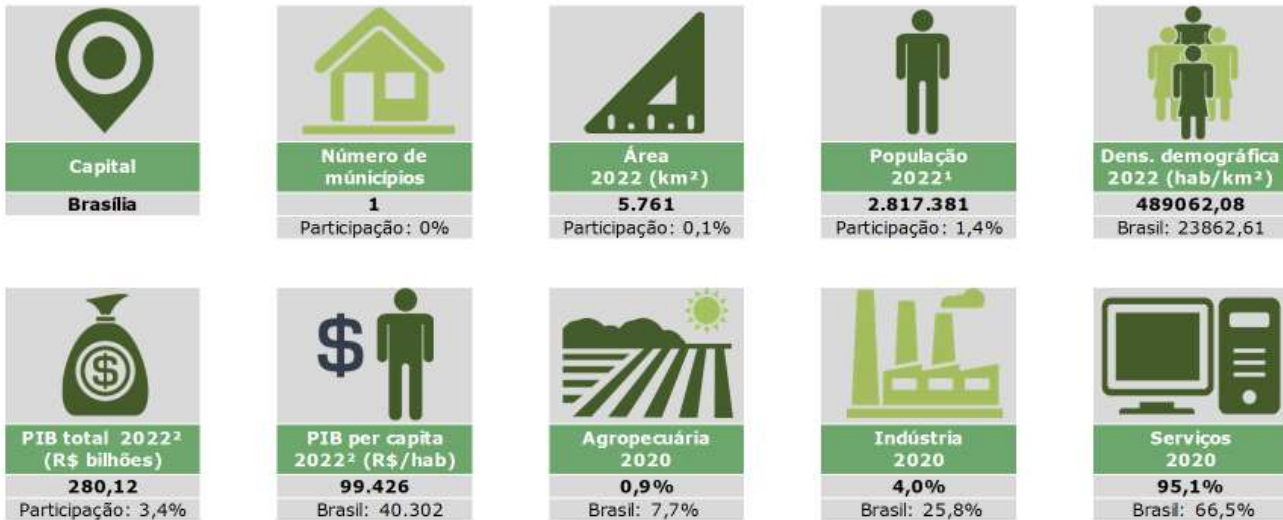
Posição 14



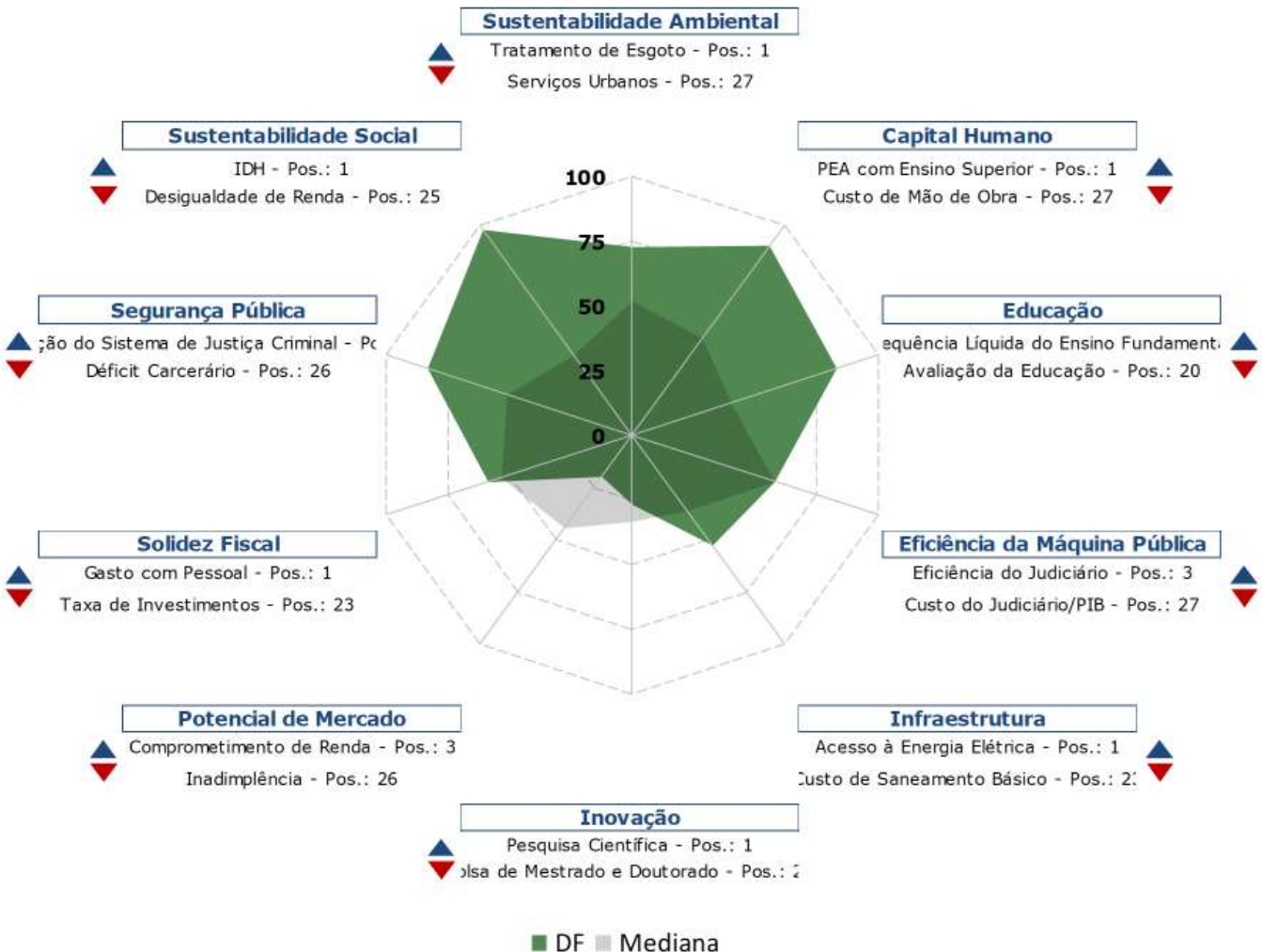


Distrito Federal

Posição no Ranking Geral: 4



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

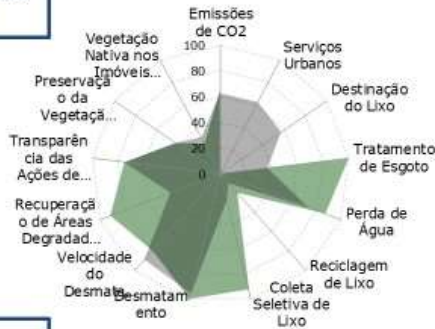


1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

Distrito Federal **Posição no Ranking Geral: 4**

Sustentabilidade Ambiental

Posição:
7



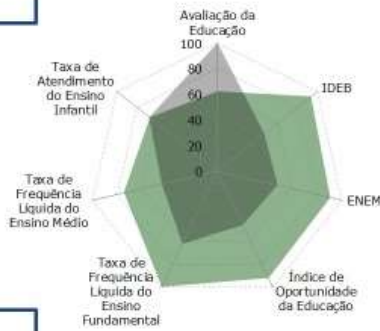
Capital Humano

Posição
2



Educação

Posição
4



Eficiência da Máquina Pública

Posição
14



Infraestrutura

Posição
5



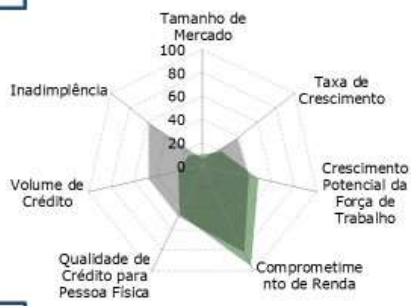
Inovação

Posição
18



Potencial de Mercado

Posição
23



Solidez Fiscal

Posição
12



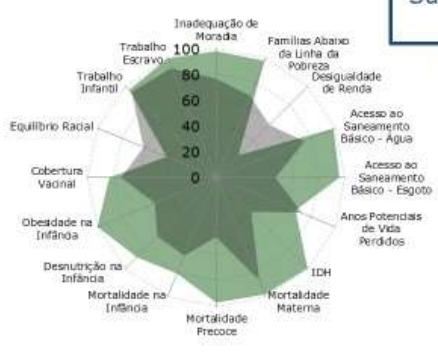
Segurança Pública

Posição
2



Sustentabilidade Social

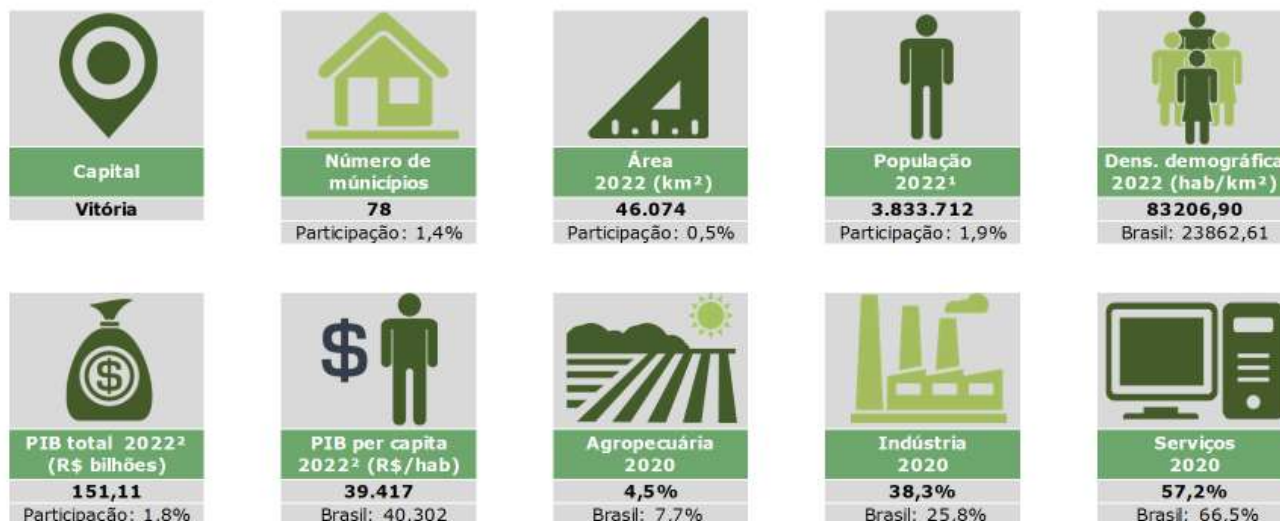
Posição
2



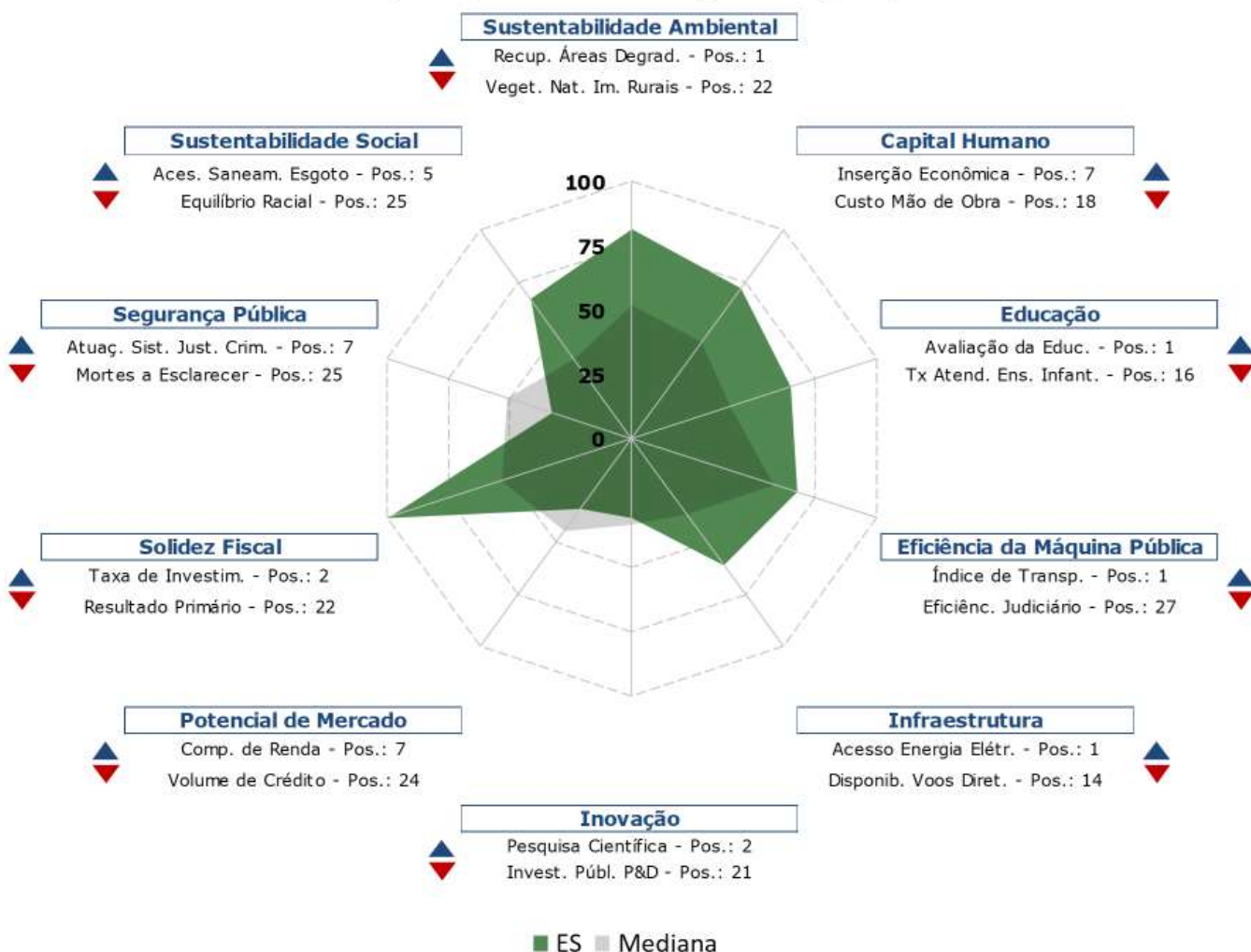


Espírito Santo

Posição no Ranking Geral: 6



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



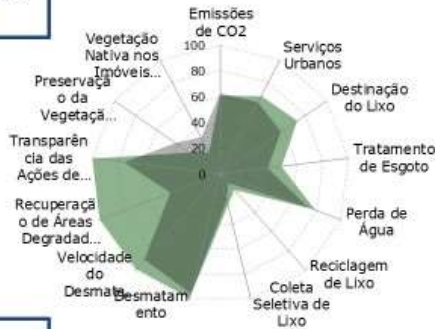


Espírito Santo

Posição no Ranking Geral: 6

Sustentabilidade Ambiental

Posição:
4



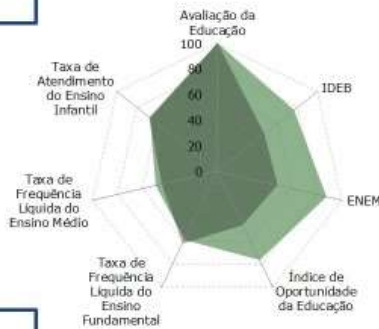
Capital Humano

Posição
10



Educação

Posição
7



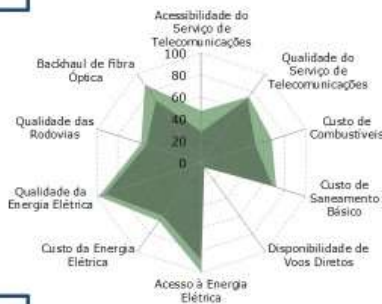
Eficiência da Máquina Pública

Posição
9



Infraestrutura

Posição
2



Inovação

Posição
16



Potencial de Mercado

Posição
21



Solidez Fiscal

Posição
1



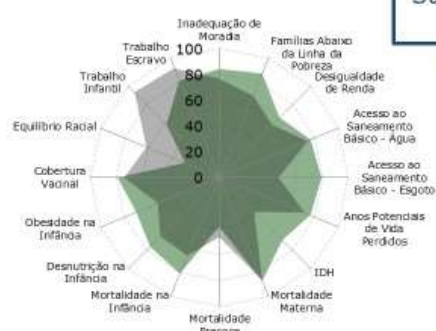
Segurança Pública

Posição
23



Sustentabilidade Social

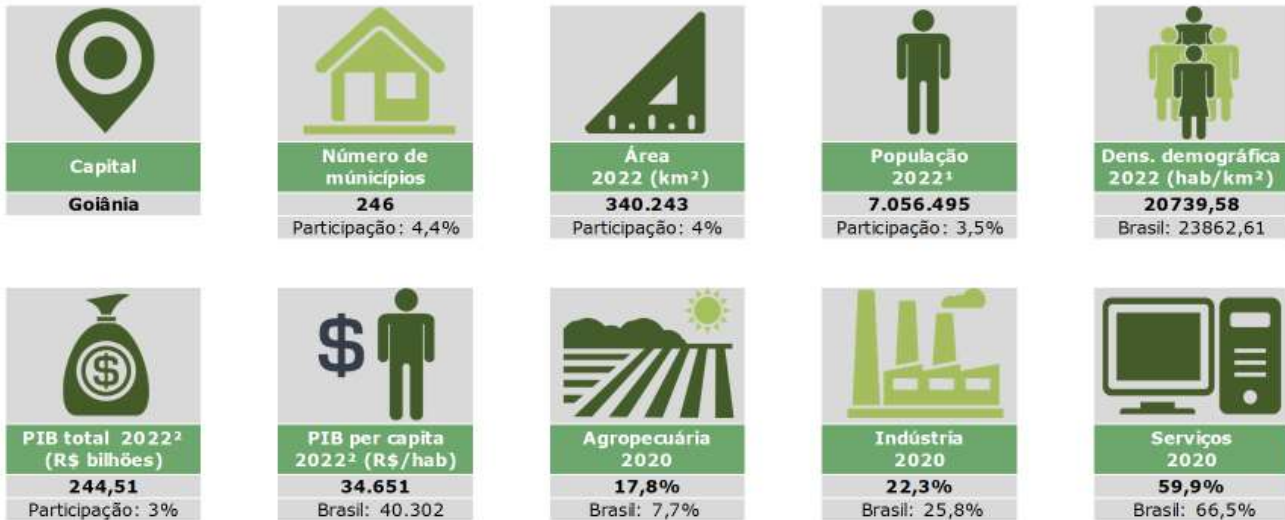
Posição
7



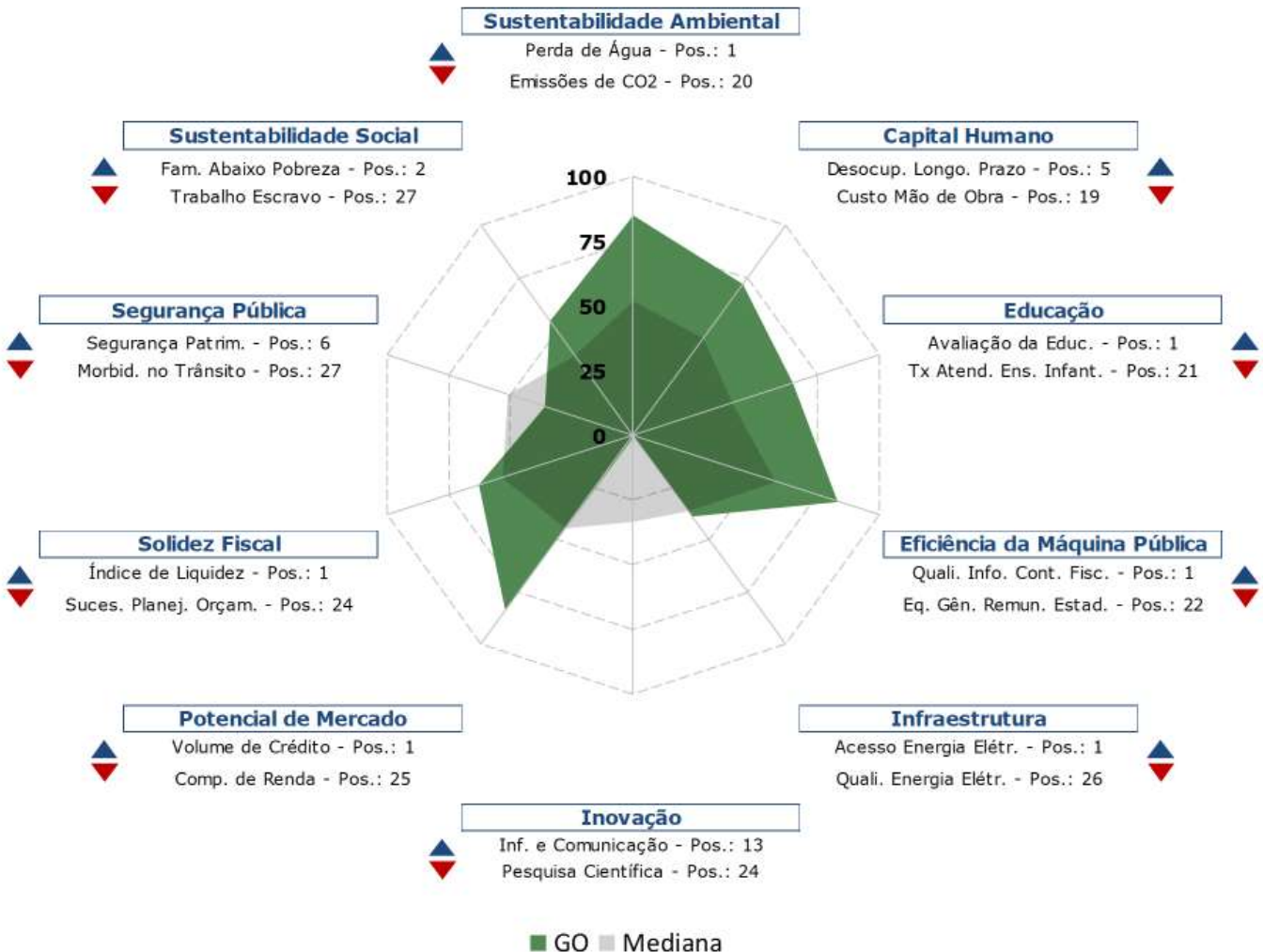


Goiás

Posição no Ranking Geral: 8



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

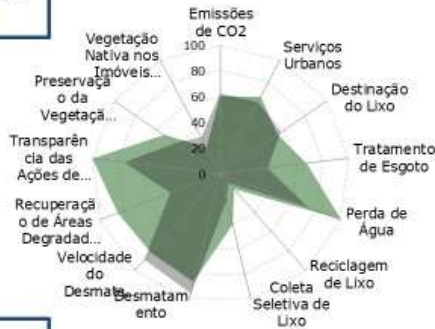


Goiás

Posição no Ranking Geral: 8

Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
3**



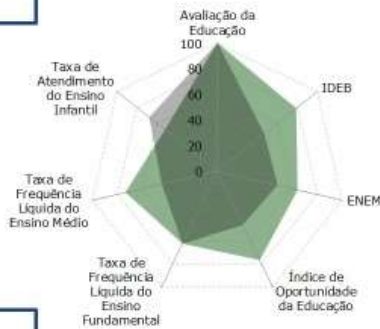
Capital Humano

**Posição
9**



Educação

**Posição
8**



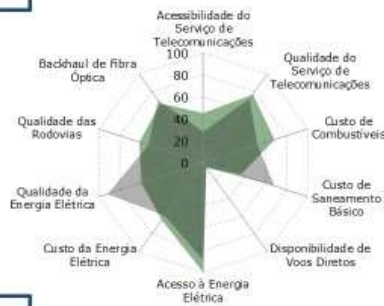
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
5**



Infraestrutura

**Posição
12**



Inovação

**Posição
25**



Potencial de Mercado

**Posição
2**



Solidez Fiscal

**Posição
9**



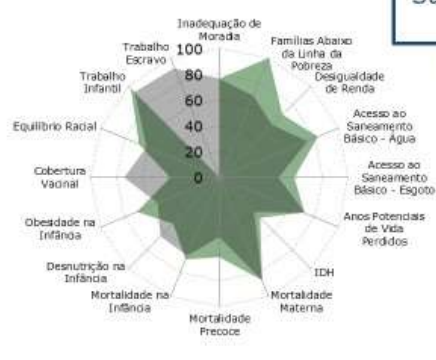
Segurança Pública

**Posição
17**



Sustentabilidade Social

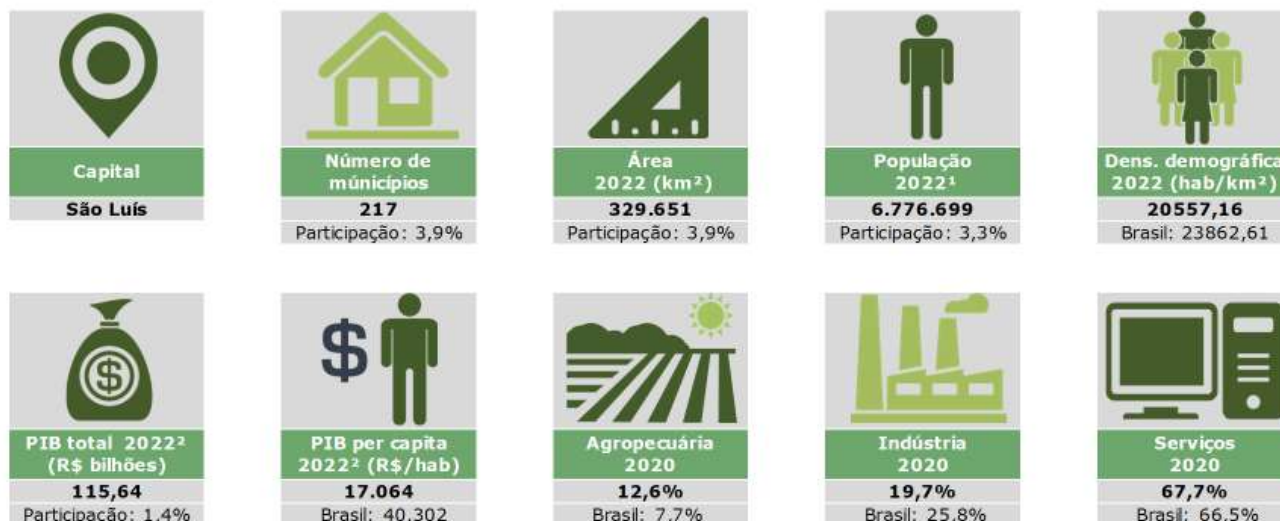
**Posição
10**



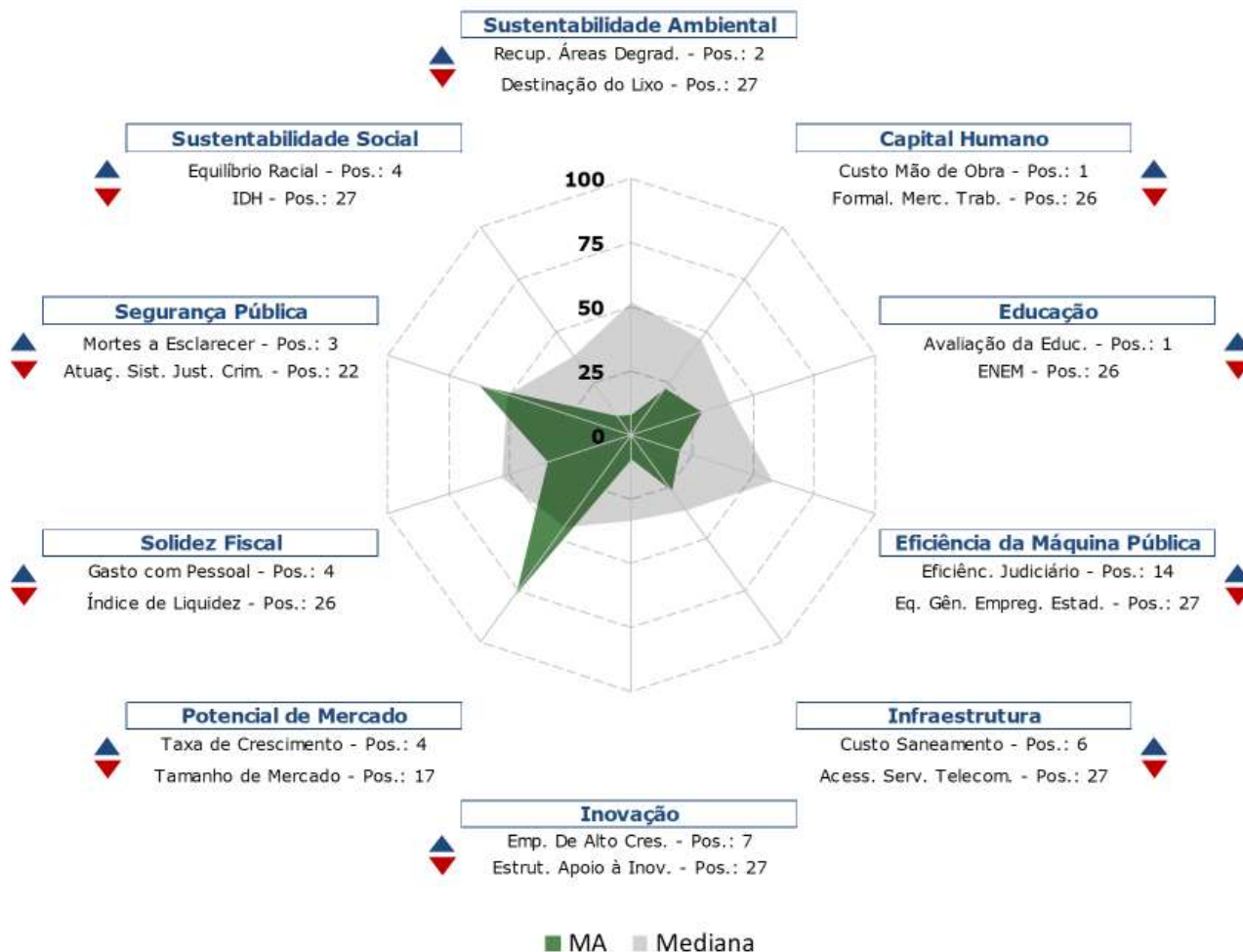


Maranhão

Posição no Ranking Geral: 23



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



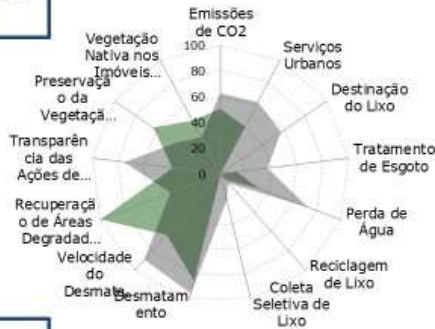


Maranhão

Posição no Ranking Geral: 23

Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
25**



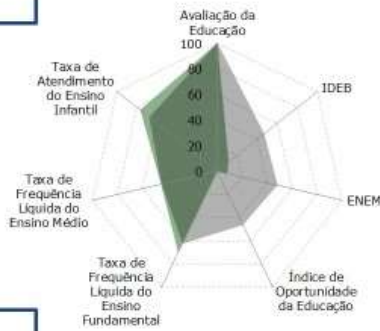
Capital Humano

**Posição
22**



Educação

**Posição
23**



Eficiência da Máquina Pública

**Posição
25**



Infraestrutura

**Posição
20**



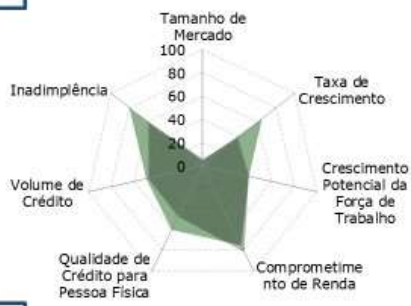
Inovação

**Posição
23**



Potencial de Mercado

**Posição
4**



Solidez Fiscal

**Posição
20**



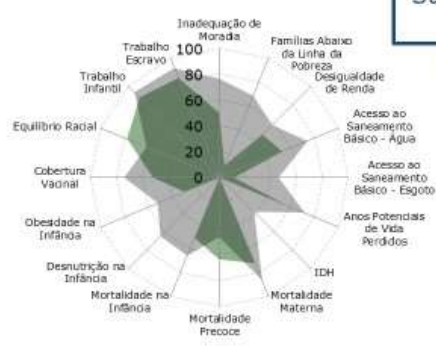
Segurança Pública

**Posição
8**



Sustentabilidade Social

**Posição
25**



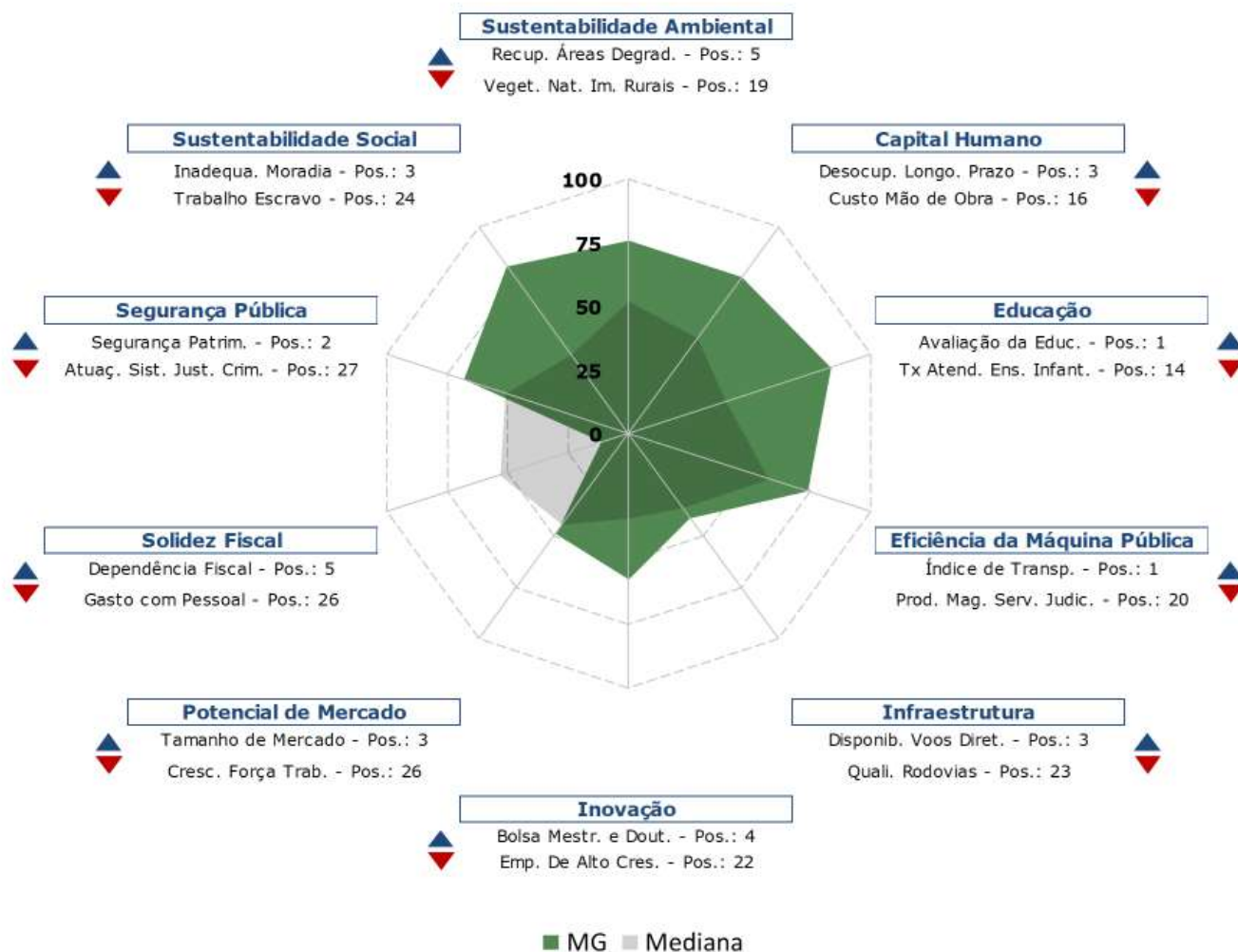


Minas Gerais

Posição no Ranking Geral: 7



Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:

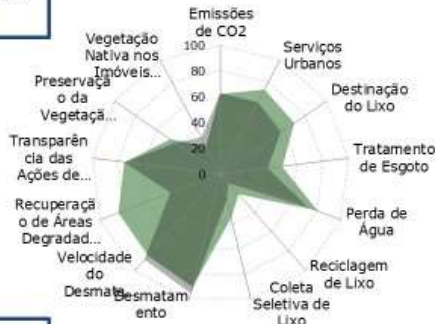


1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

Minas Gerais Posição no Ranking Geral: 7

Sustentabilidade Ambiental

Posição: 6



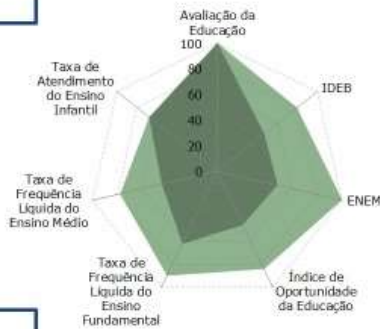
Capital Humano

Posição: 8



Educação

Posição: 3



Eficiência da Máquina Pública

Posição: 7



Infraestrutura

Posição: 10



Inovação

Posição: 6



Potencial de Mercado

Posição: 12



Solidez Fiscal

Posição: 26



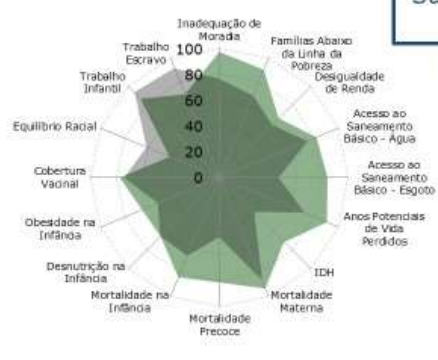
Segurança Pública

Posição: 5



Sustentabilidade Social

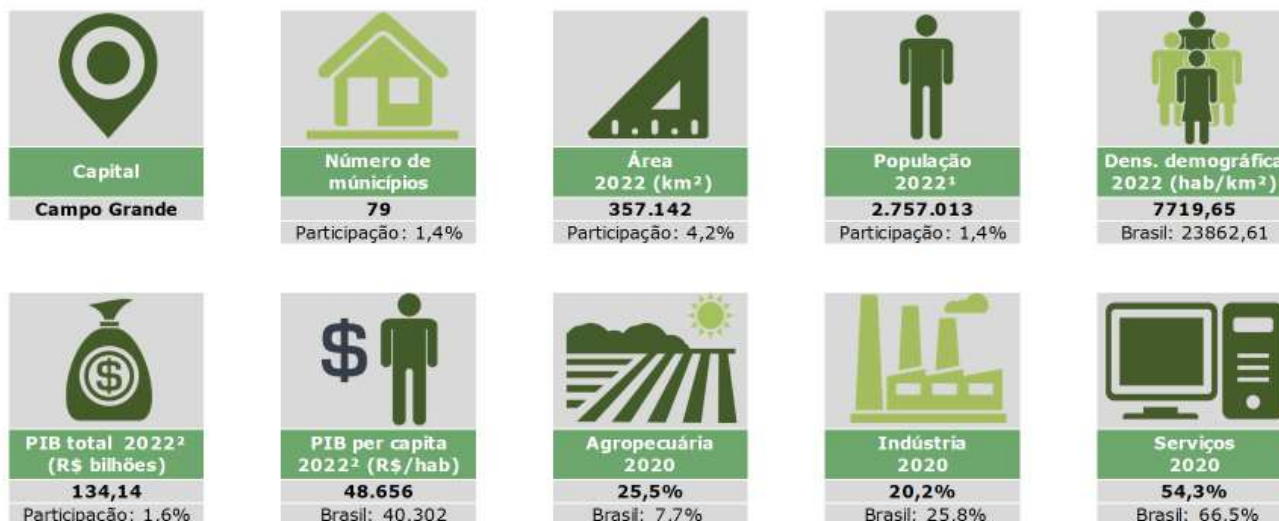
Posição: 6



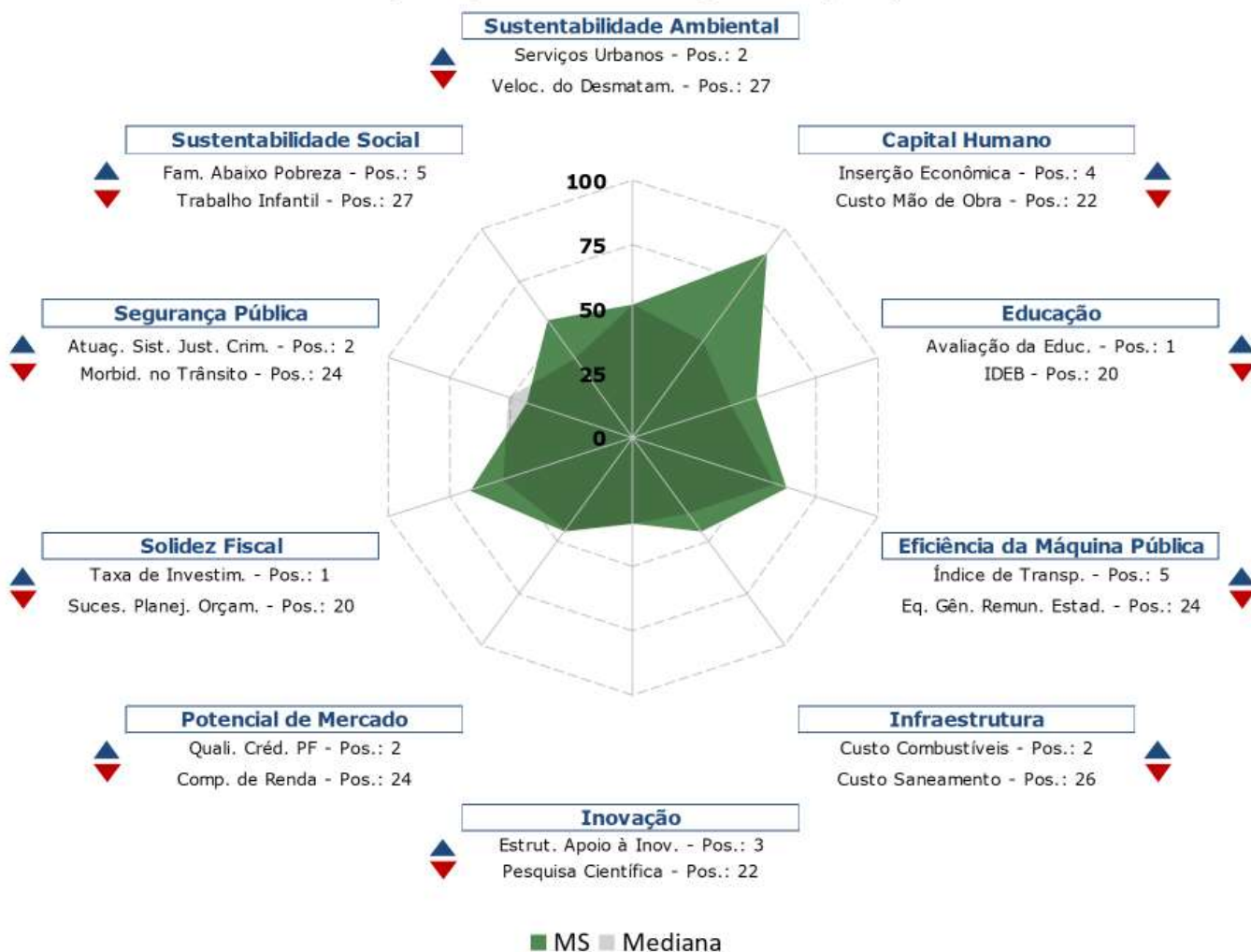


Mato Grosso do Sul

Posição no Ranking Geral: 9



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



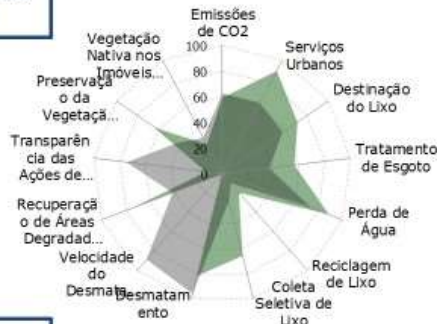


Mato Grosso do Sul

Posição no Ranking Geral: 9

Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
14**



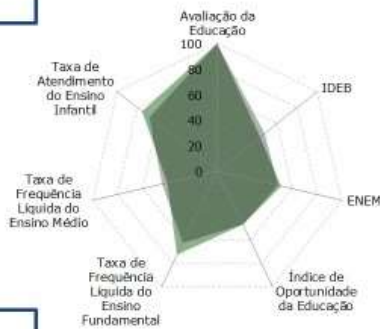
Capital Humano

**Posição
3**



Educação

**Posição
11**



Eficiência da Máquina Pública

**Posição
12**



Infraestrutura

**Posição
8**



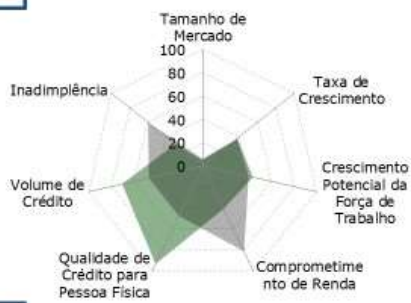
Inovação

**Posição
14**



Potencial de Mercado

**Posição
13**



Solidez Fiscal

**Posição
5**



Segurança Pública

**Posição
15**



Sustentabilidade Social

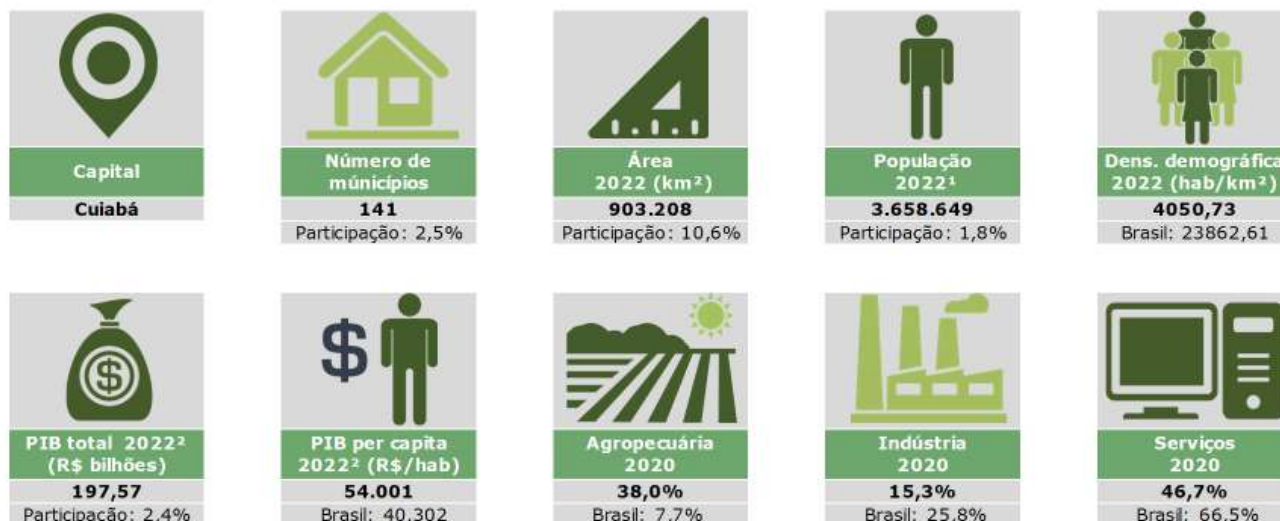
**Posição
8**



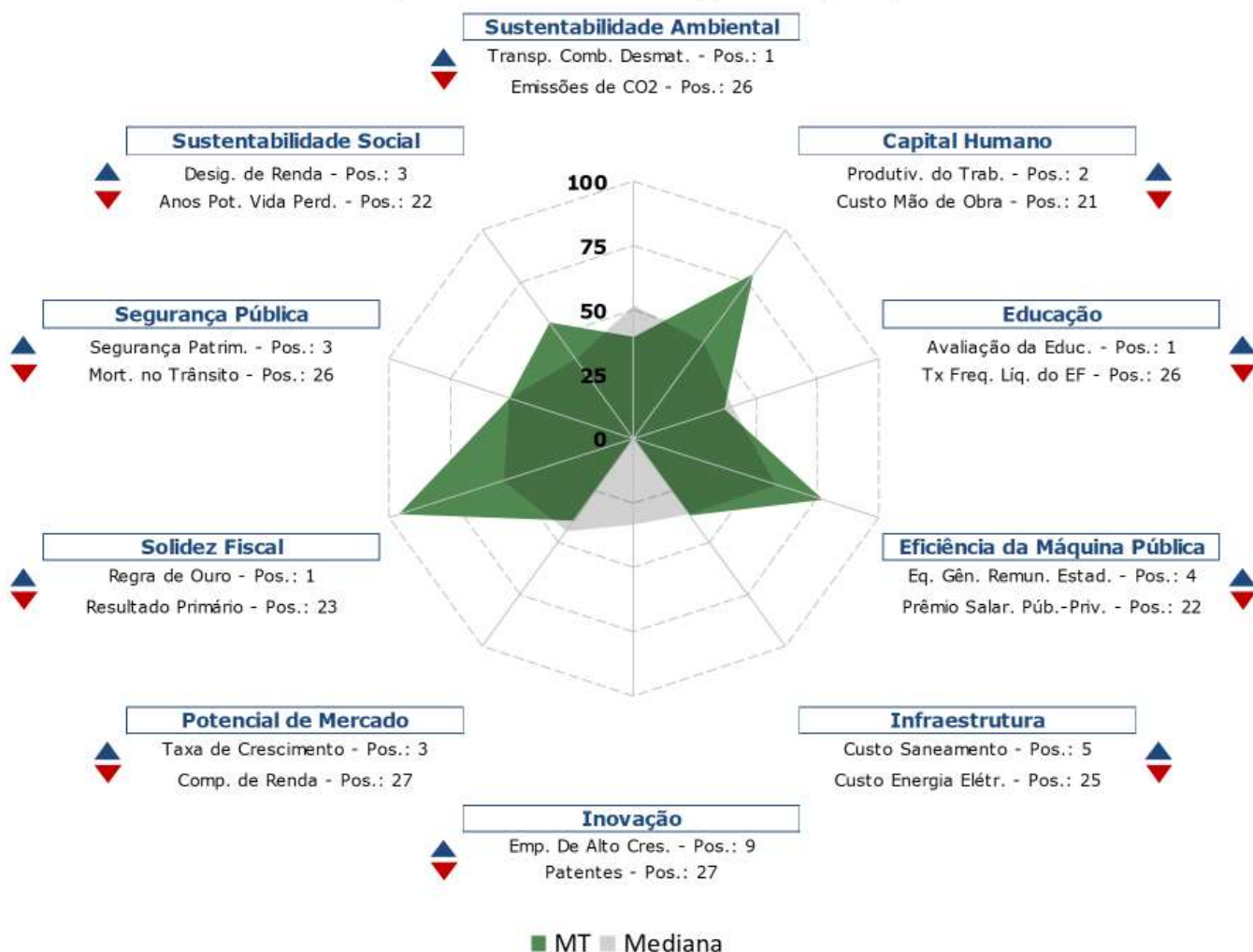


Mato Grosso

Posição no Ranking Geral: 10



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



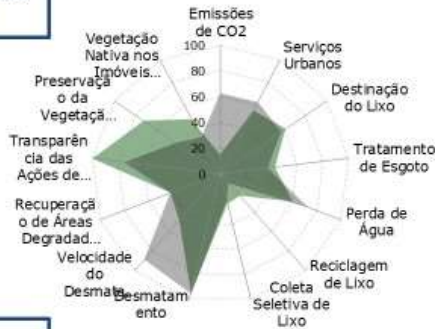


Mato Grosso

Posição no Ranking Geral: 10

Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
18**



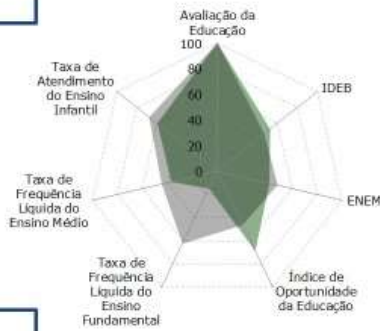
Capital Humano

**Posição
6**



Educação

**Posição
16**



Eficiência da Máquina Pública

**Posição
6**



Infraestrutura

**Posição
13**



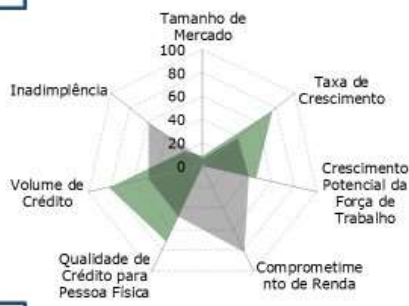
Inovação

**Posição
27**



Potencial de Mercado

**Posição
19**



Solidez Fiscal

**Posição
2**



Segurança Pública

**Posição
14**



Sustentabilidade Social

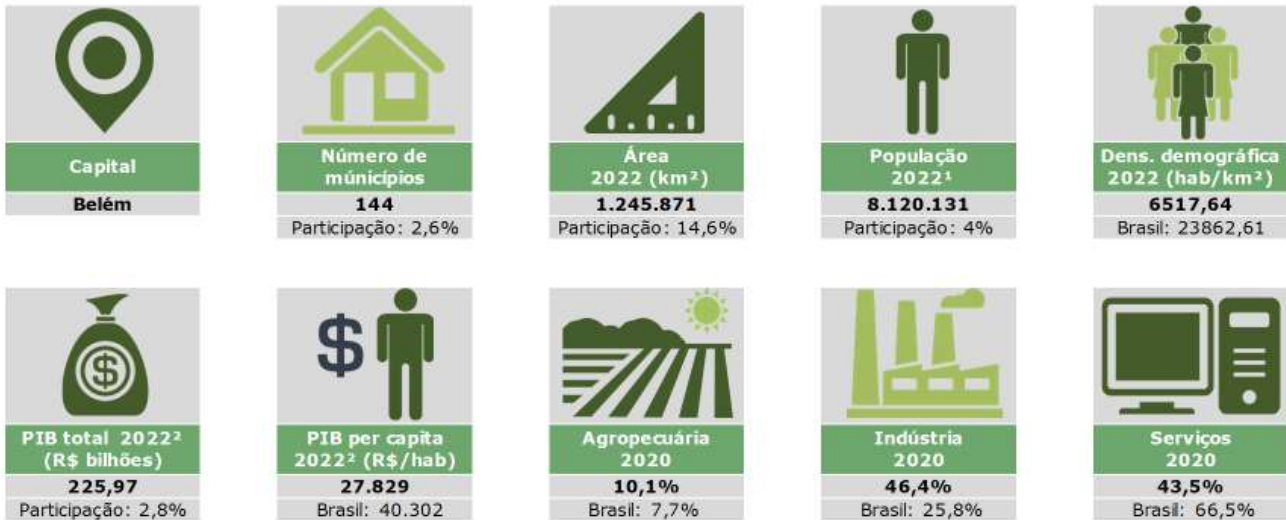
**Posição
9**



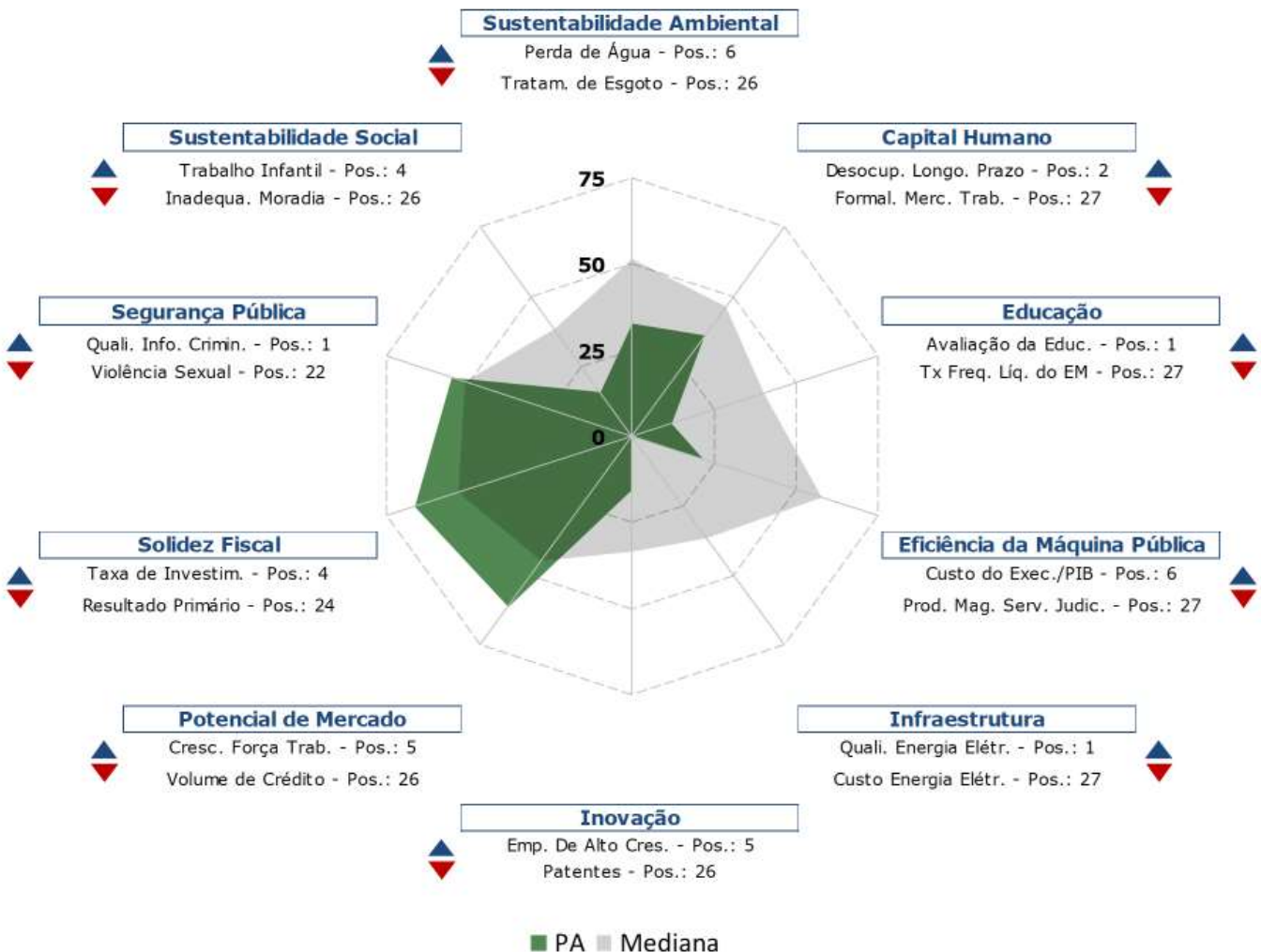


Pará

Posição no Ranking Geral: 21



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:





Pará

Posição no Ranking Geral: 21

Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
19**



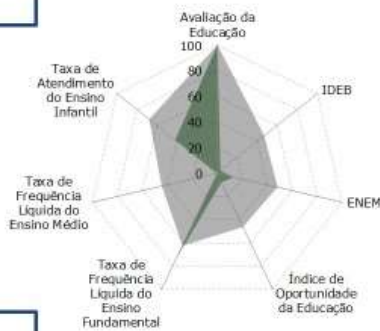
Capital Humano

**Posição
17**



Educação

**Posição
24**



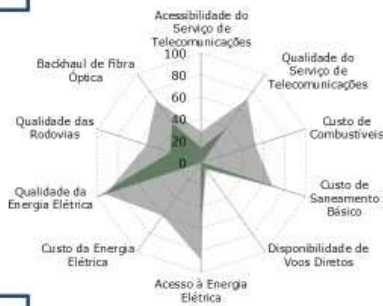
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
24**



Infraestrutura

**Posição
27**



Inovação

**Posição
20**



Potencial de Mercado

**Posição
9**



Solidez Fiscal

**Posição
6**



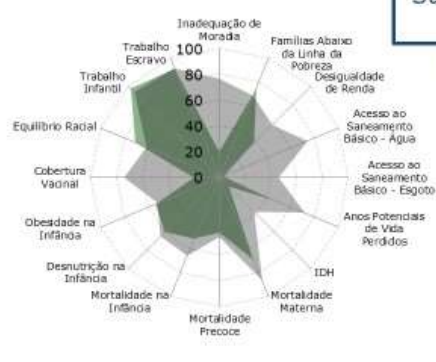
Segurança Pública

**Posição
12**

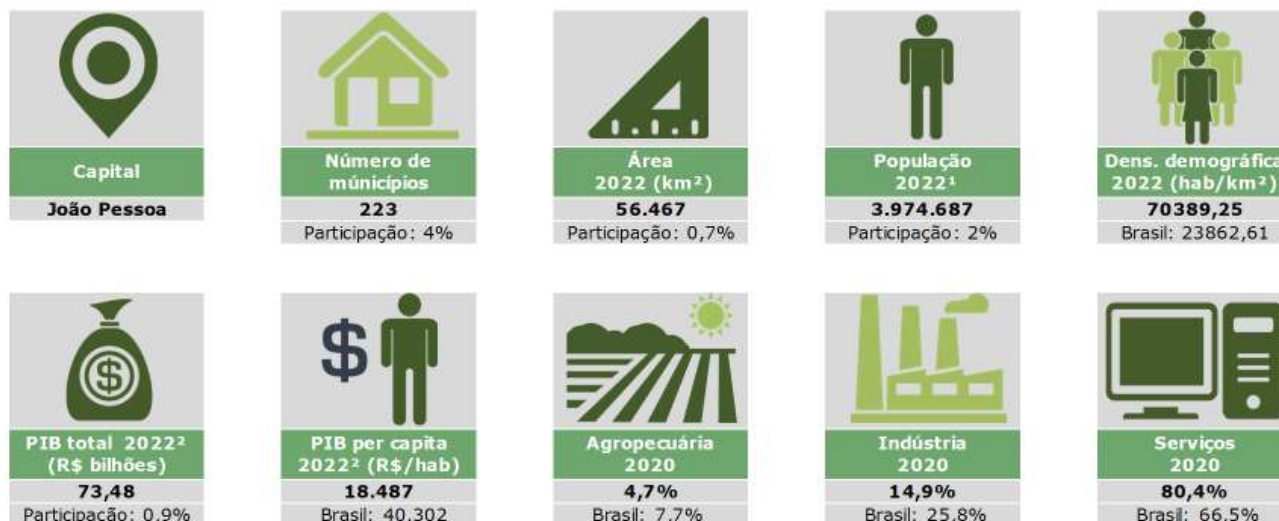


Sustentabilidade Social

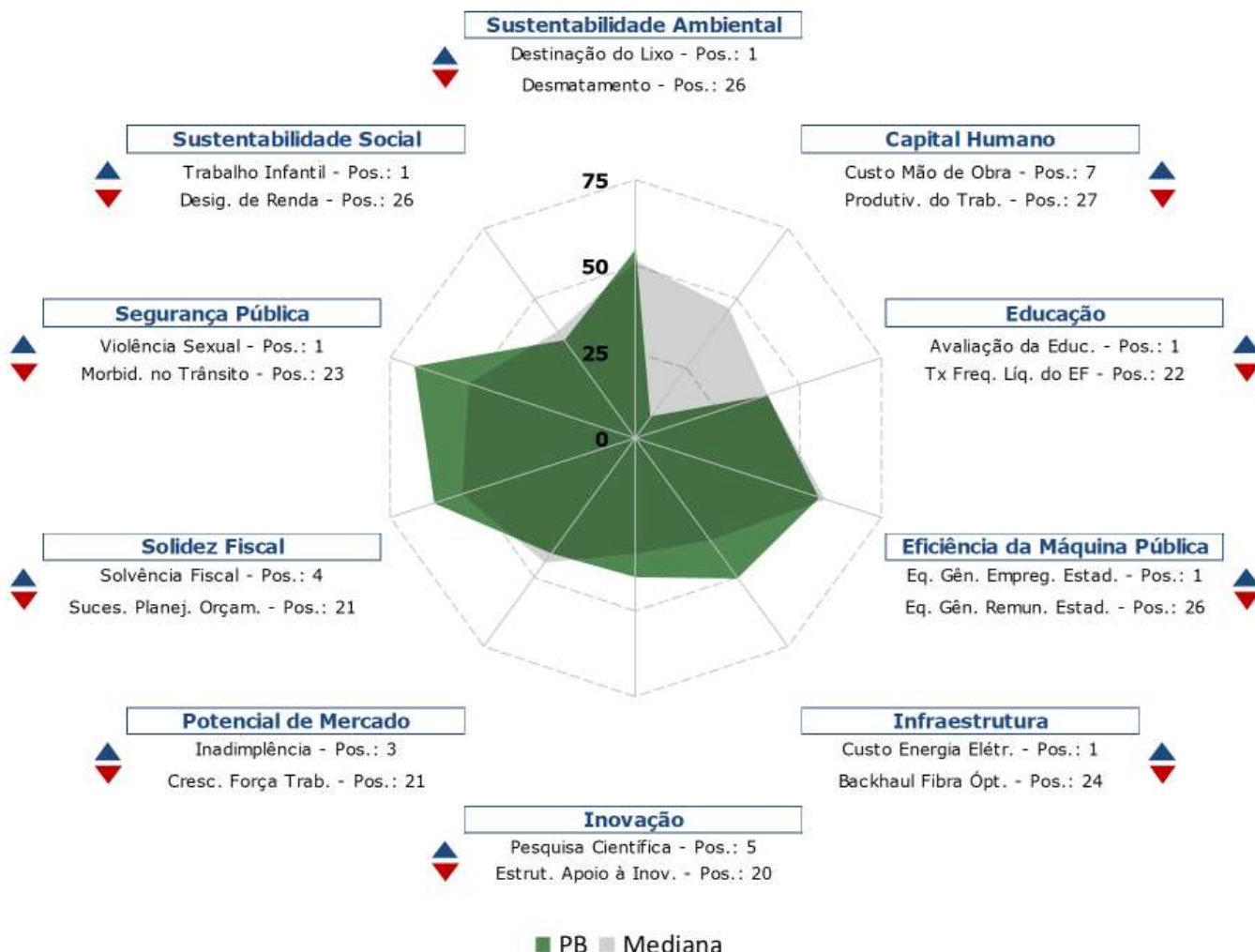
**Posição
24**



Paraíba Posição no Ranking Geral: 12



Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:

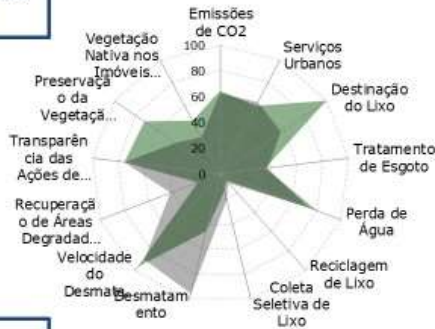


1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.

Paraíba Posição no Ranking Geral: **12**

Sustentabilidade Ambiental

Posição: **13**



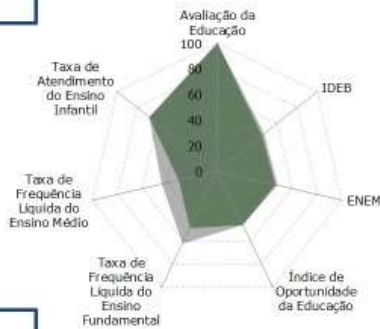
Capital Humano

Posição: **24**



Educação

Posição: **14**



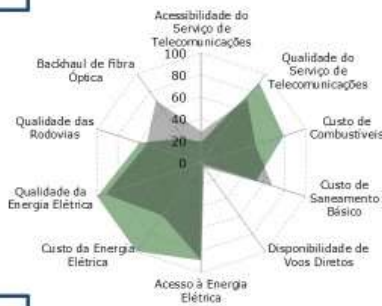
Eficiência da Máquina Pública

Posição: **16**



Infraestrutura

Posição: **6**



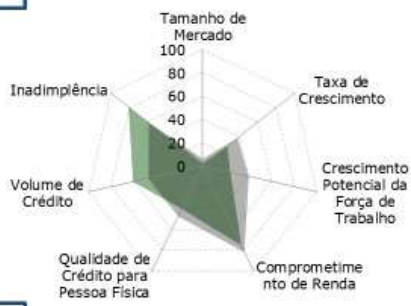
Inovação

Posição: **11**



Potencial de Mercado

Posição: **16**



Solidez Fiscal

Posição: **10**



Segurança Pública

Posição: **6**



Sustentabilidade Social

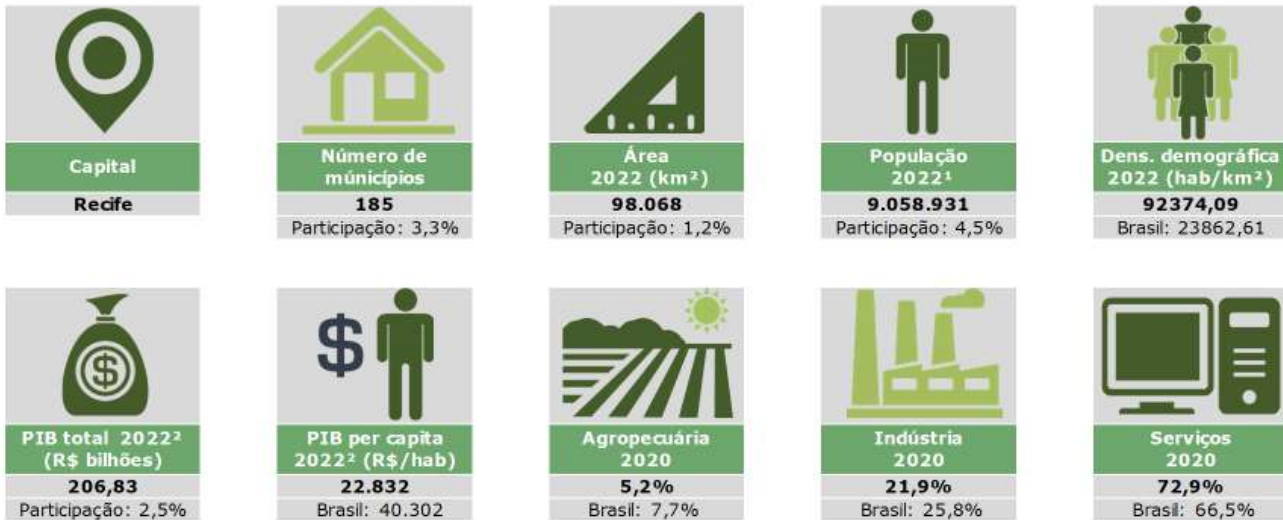
Posição: **15**



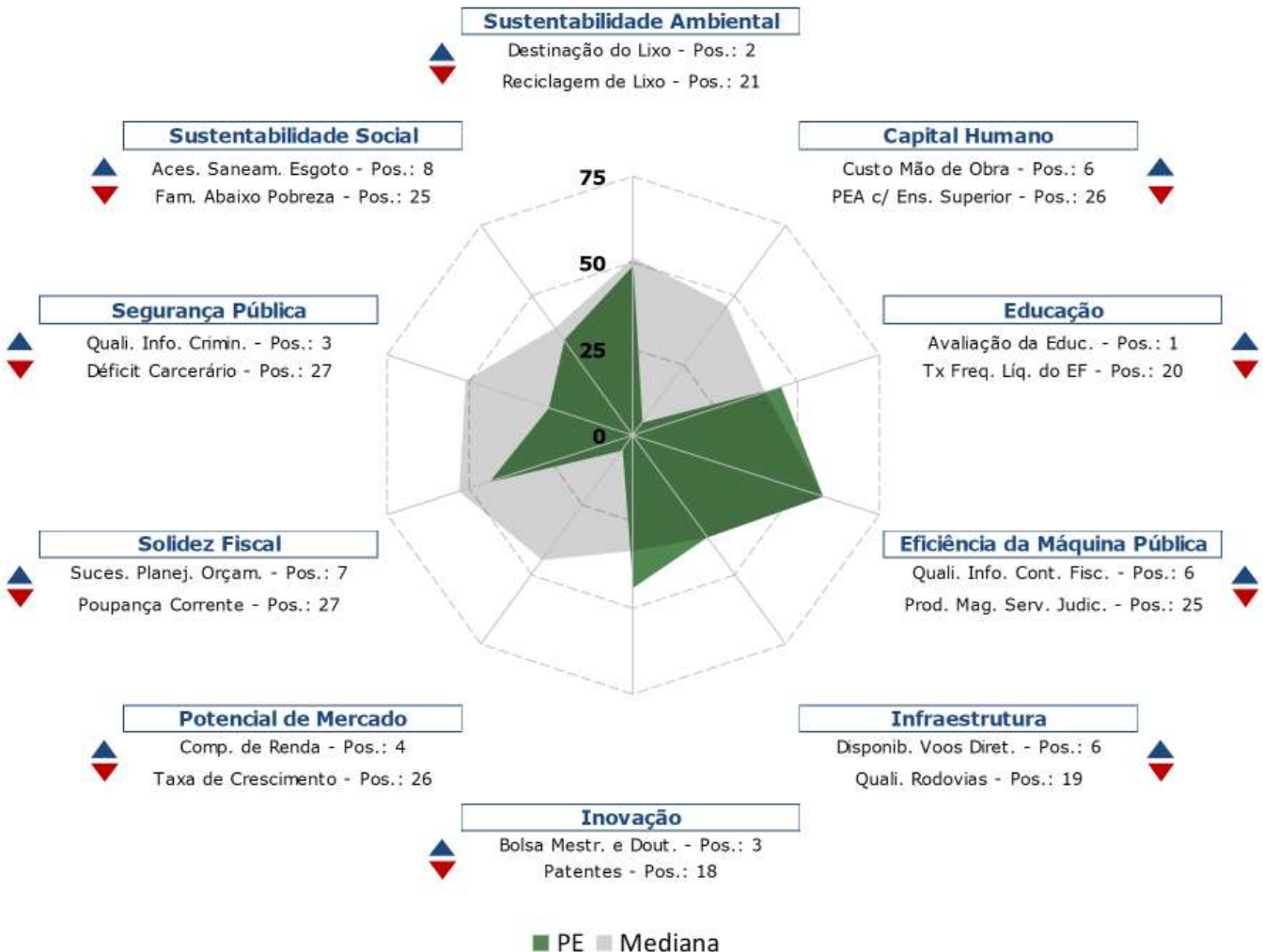


Pernambuco

Posição no Ranking Geral: 19



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:





Pernambuco

Posição no Ranking Geral: 19

Sustentabilidade Ambiental

Posição: 15



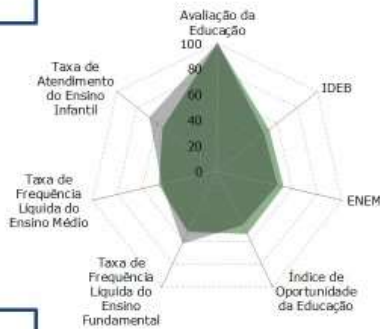
Capital Humano

Posição 25



Educação

Posição 13



Eficiência da Máquina Pública

Posição 15



Infraestrutura

Posição 14



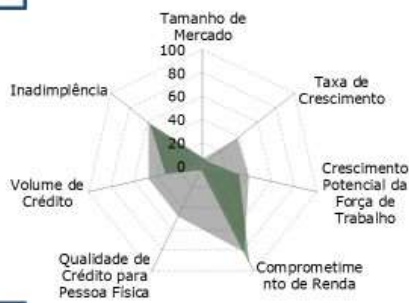
Inovação

Posição 9



Potencial de Mercado

Posição 25



Solidez Fiscal

Posição 18



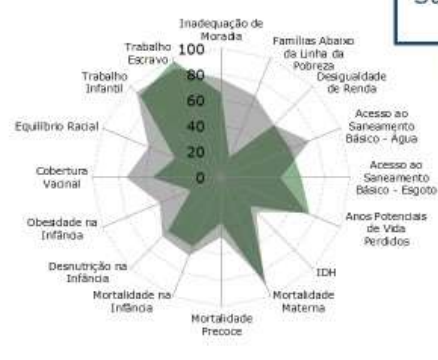
Segurança Pública

Posição 24



Sustentabilidade Social

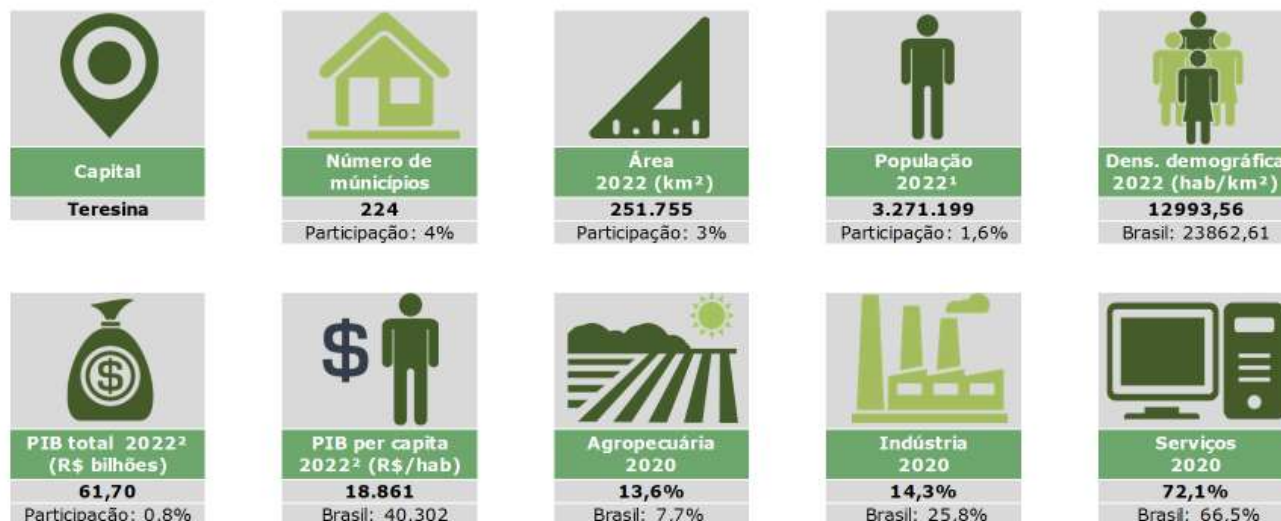
Posição 16



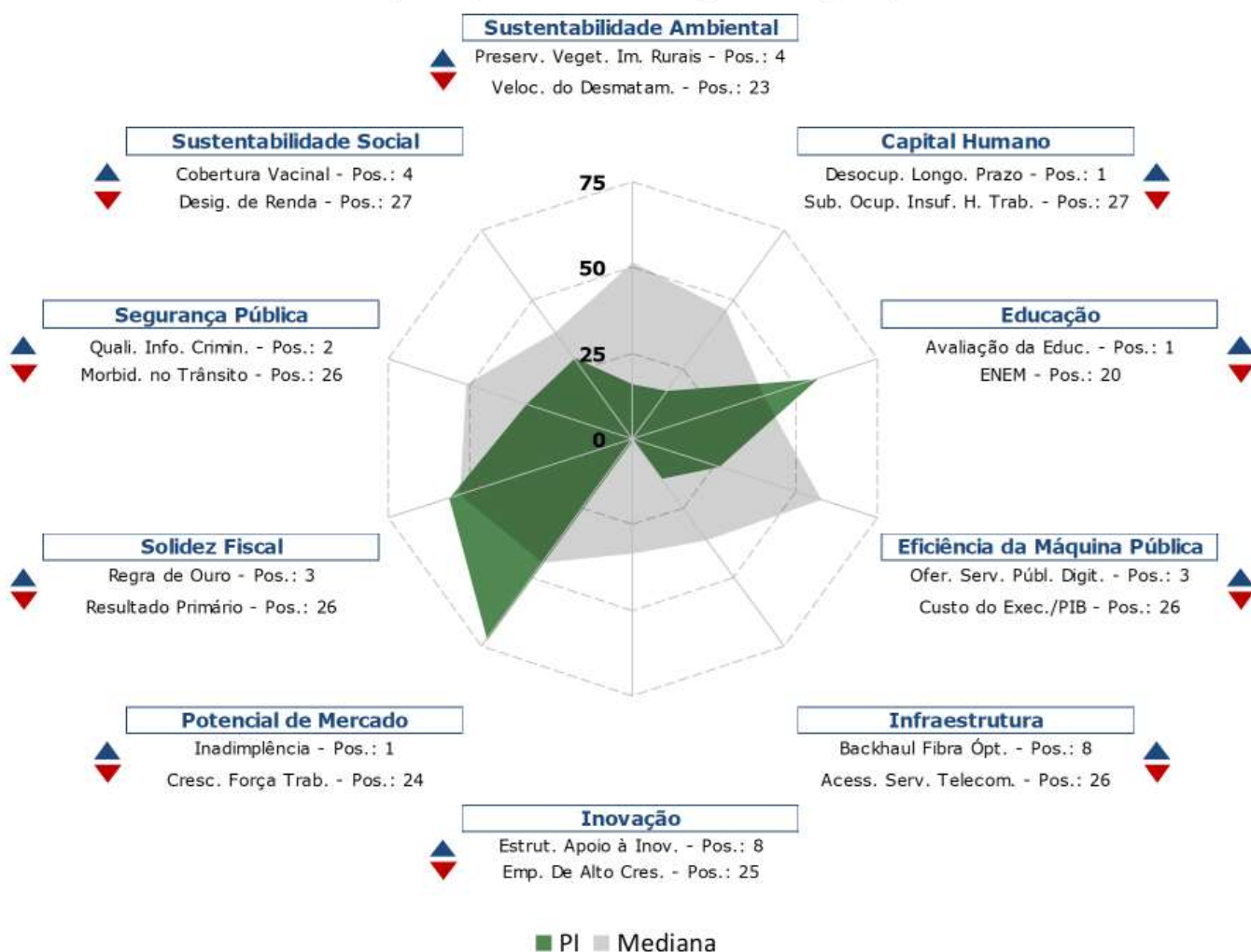


Piauí

Posição no Ranking Geral: 20



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



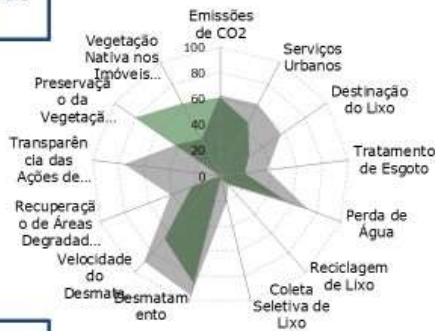


Piauí

Posição no Ranking Geral: 20

Sustentabilidade Ambiental

Posição:
22



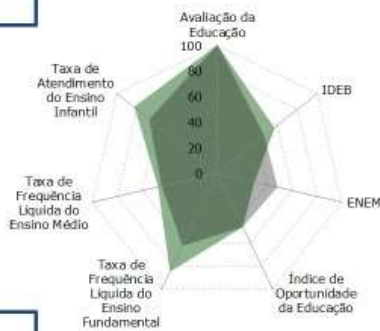
Capital Humano

Posição:
23



Educação

Posição:
10



Eficiência da Máquina Pública

Posição:
23



Infraestrutura

Posição:
21



Inovação

Posição:
26



Potencial de Mercado

Posição:
7



Solidez Fiscal

Posição:
13



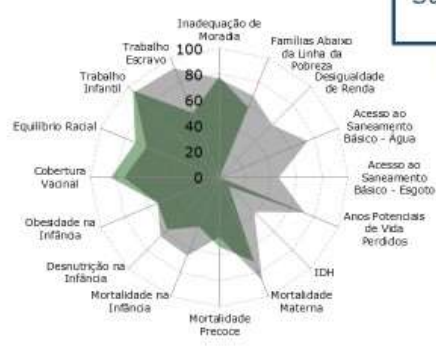
Segurança Pública

Posição:
22



Sustentabilidade Social

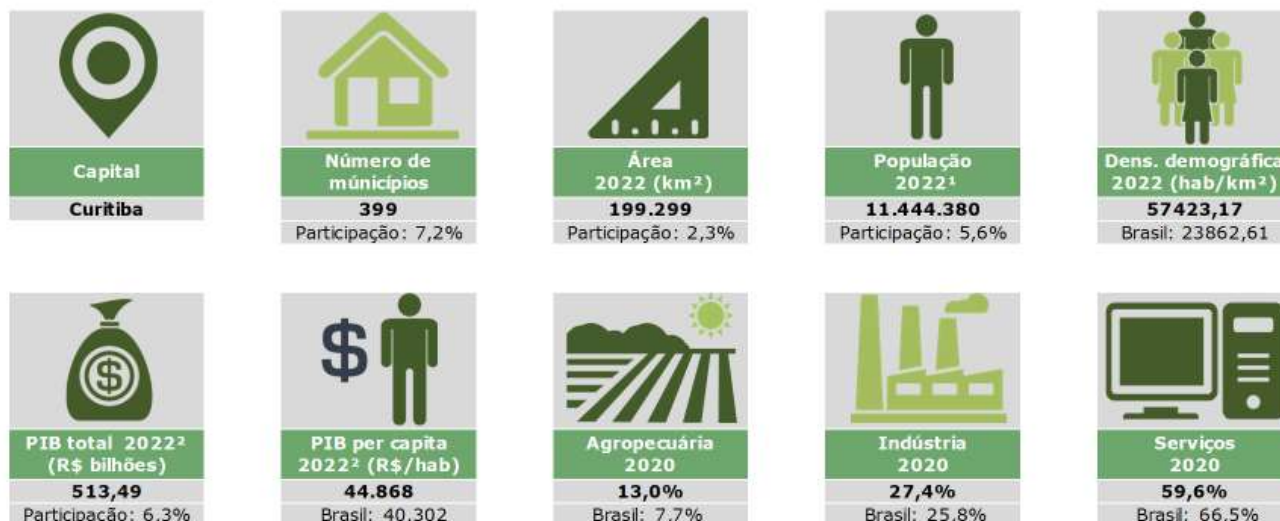
Posição:
20



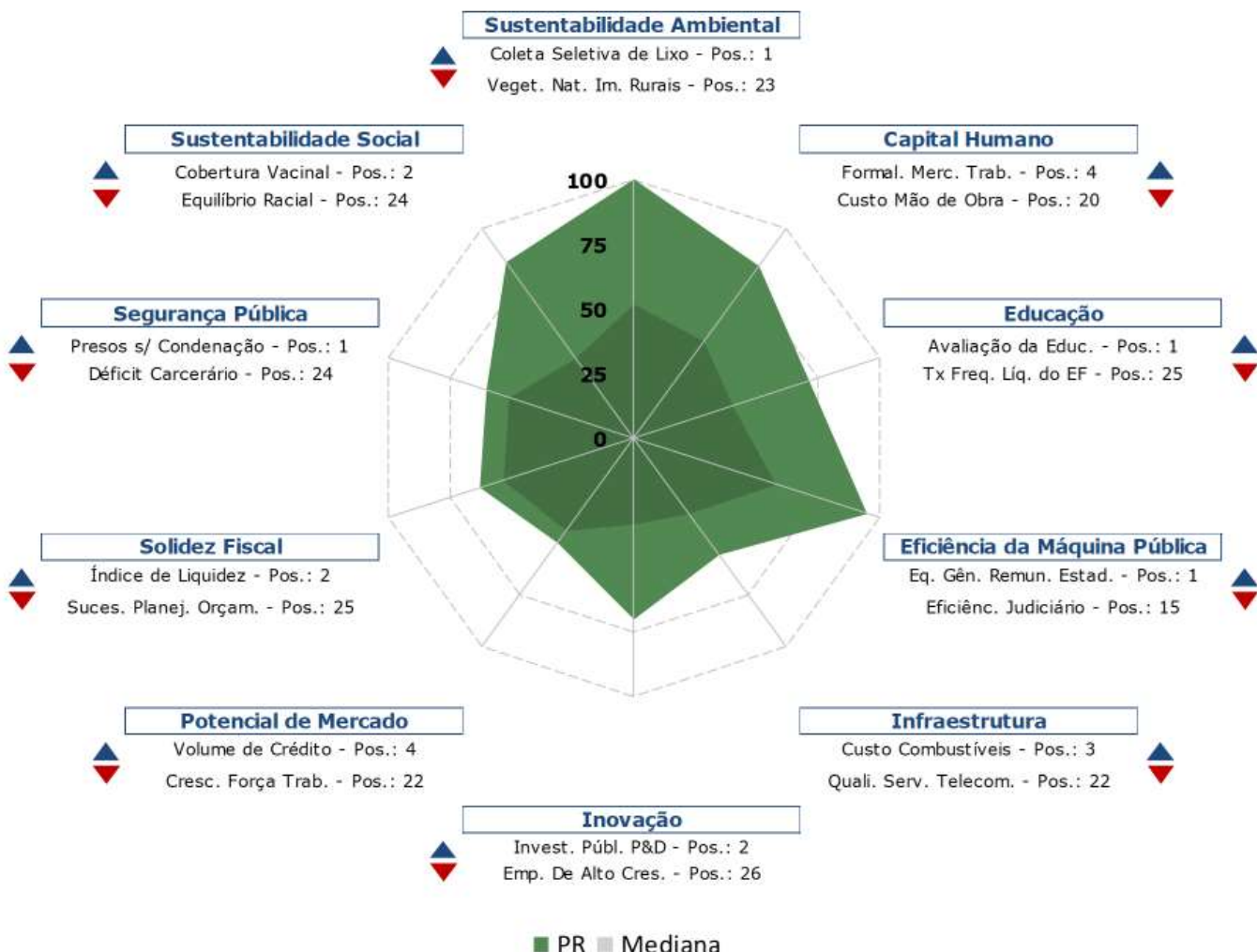


Paraná

Posição no Ranking Geral: 3



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.



Paraná

Posição no Ranking Geral: 3

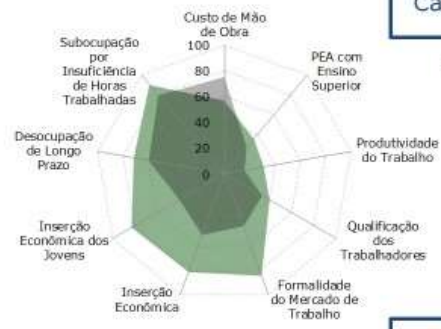
Sustentabilidade Ambiental

Posição:
1



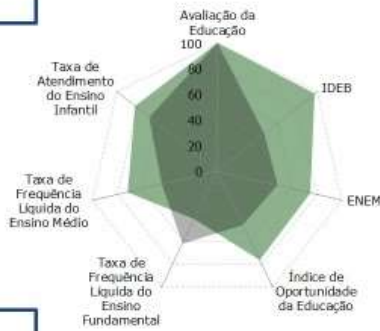
Capital Humano

Posição:
4



Educação

Posição:
5



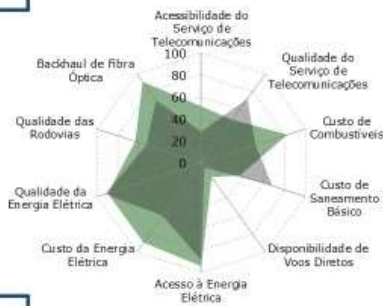
Eficiência da Máquina Pública

Posição:
2



Infraestrutura

Posição:
4



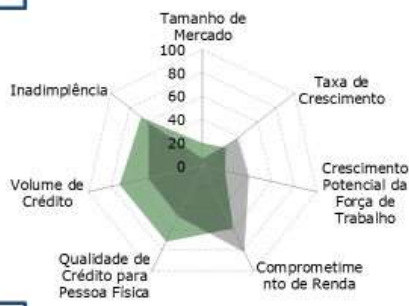
Inovação

Posição:
4



Potencial de Mercado

Posição:
11



Solidez Fiscal

Posição:
8



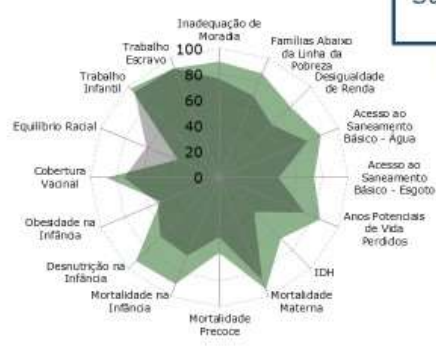
Segurança Pública

Posição:
10



Sustentabilidade Social

Posição:
5





Rio de Janeiro

Posição no Ranking Geral: 13



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:

Sustentabilidade Ambiental

- ▲ Perda de Água - Pos.: 2
- ▼ Preserv. Veget. Im. Rurais - Pos.: 23

Sustentabilidade Social

- ▲ Aces. Saneam. Esgoto - Pos.: 3
- ▼ Equilíbrio Racial - Pos.: 27

Capital Humano

- ▲ Quali. dos Trabalh. - Pos.: 2
- ▼ Desocup. Longo. Prazo - Pos.: 26

Segurança Pública

- ▲ Mort. no Trânsito - Pos.: 4
- ▼ Mortes a Esclarecer - Pos.: 27

Educação

- ▲ Tx Atend. Ens. Infant. - Pos.: 4
- ▼ Avaliação da Educ. - Pos.: 26

Solidez Fiscal

- ▲ Dependência Fiscal - Pos.: 1
- ▼ Solvência Fiscal - Pos.: 27

Eficiência da Máquina Pública

- ▲ Ofer. Serv. Públ. Digit. - Pos.: 2
- ▼ Eficiênc. Judiciário - Pos.: 26

Potencial de Mercado

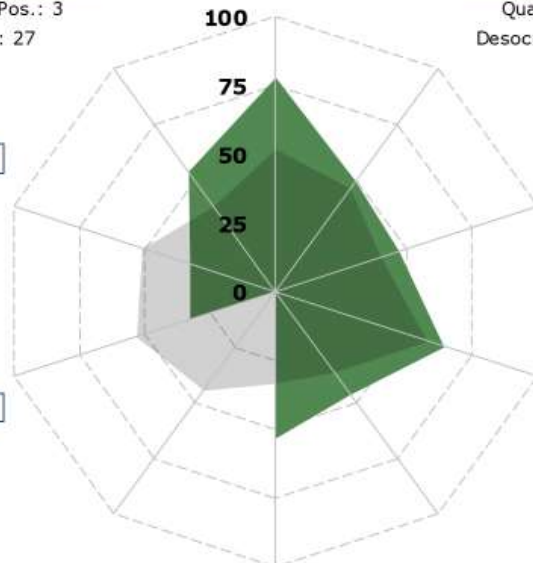
- ▲ Tamanho de Mercado - Pos.: 2
- ▼ Quali. Créd. PF - Pos.: 27

Infraestrutura

- ▲ Disponib. Voos Diret. - Pos.: 2
- ▼ Custo Energia Elétr. - Pos.: 24

Inovação

- ▲ Inf. e Comunicação - Pos.: 2
- ▼ Pesquisa Científica - Pos.: 17



■ RJ ■ Mediana

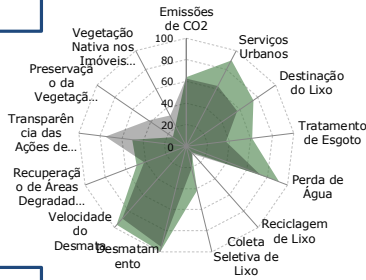


Rio de Janeiro

Posição no Ranking Geral: 13

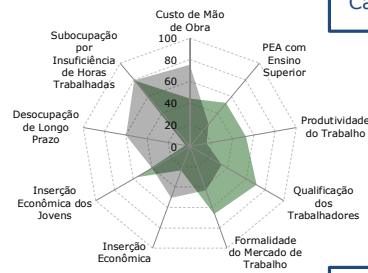
Sustentabilidade Ambiental

Posição: 5



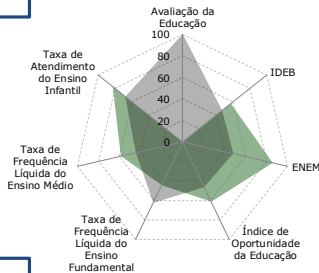
Capital Humano

Posição 13



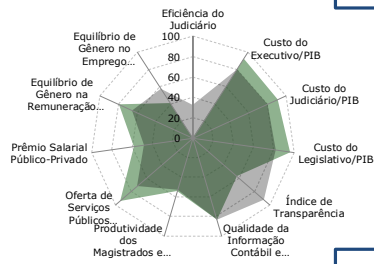
Educação

Posição 12



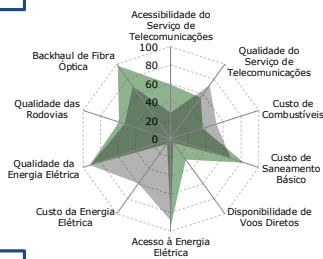
Eficiência da Máquina Pública

Posição 11



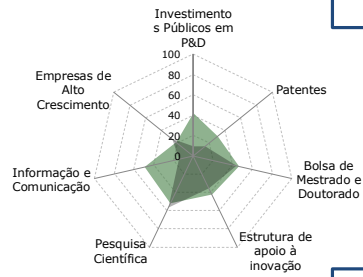
Infraestrutura

Posição 7



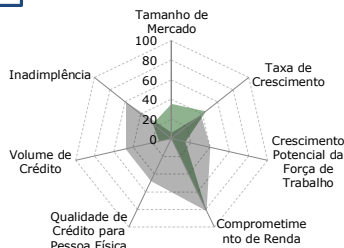
Inovação

Posição 7



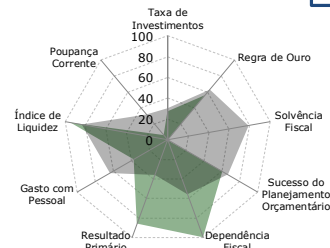
Potencial de Mercado

Posição 27



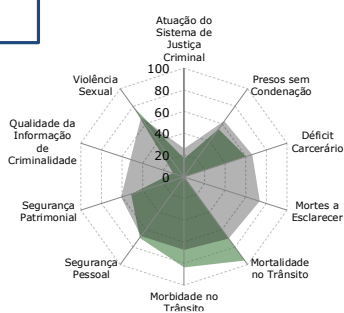
Solidez Fiscal

Posição 22



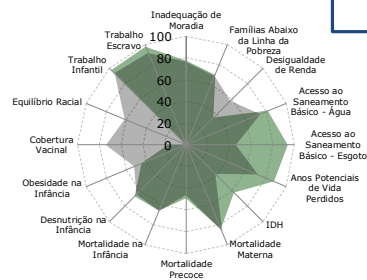
Segurança Pública

Posição 21

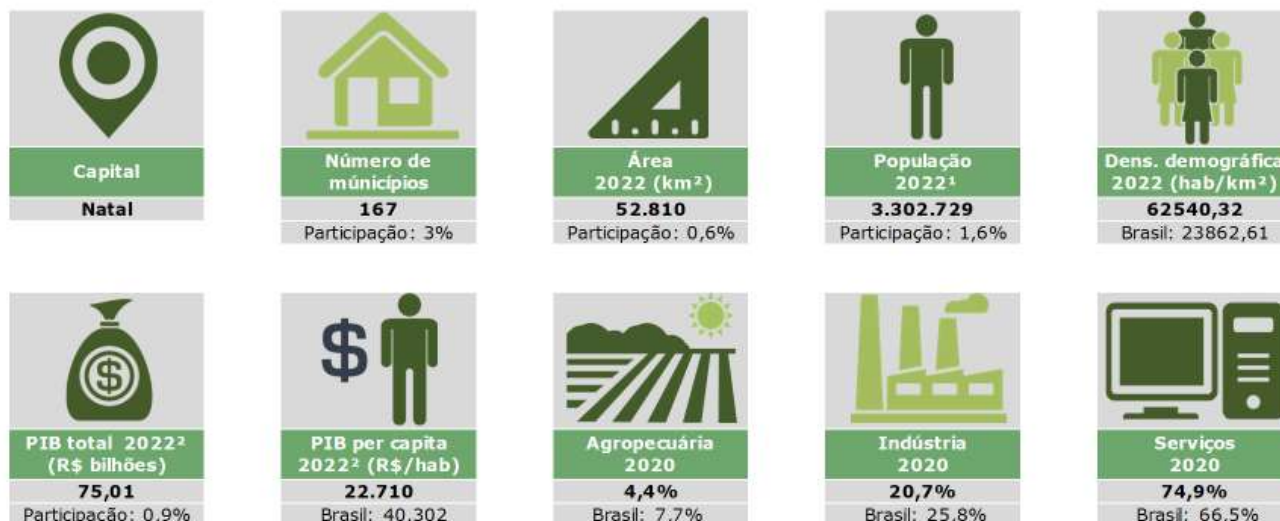


Sustentabilidade Social

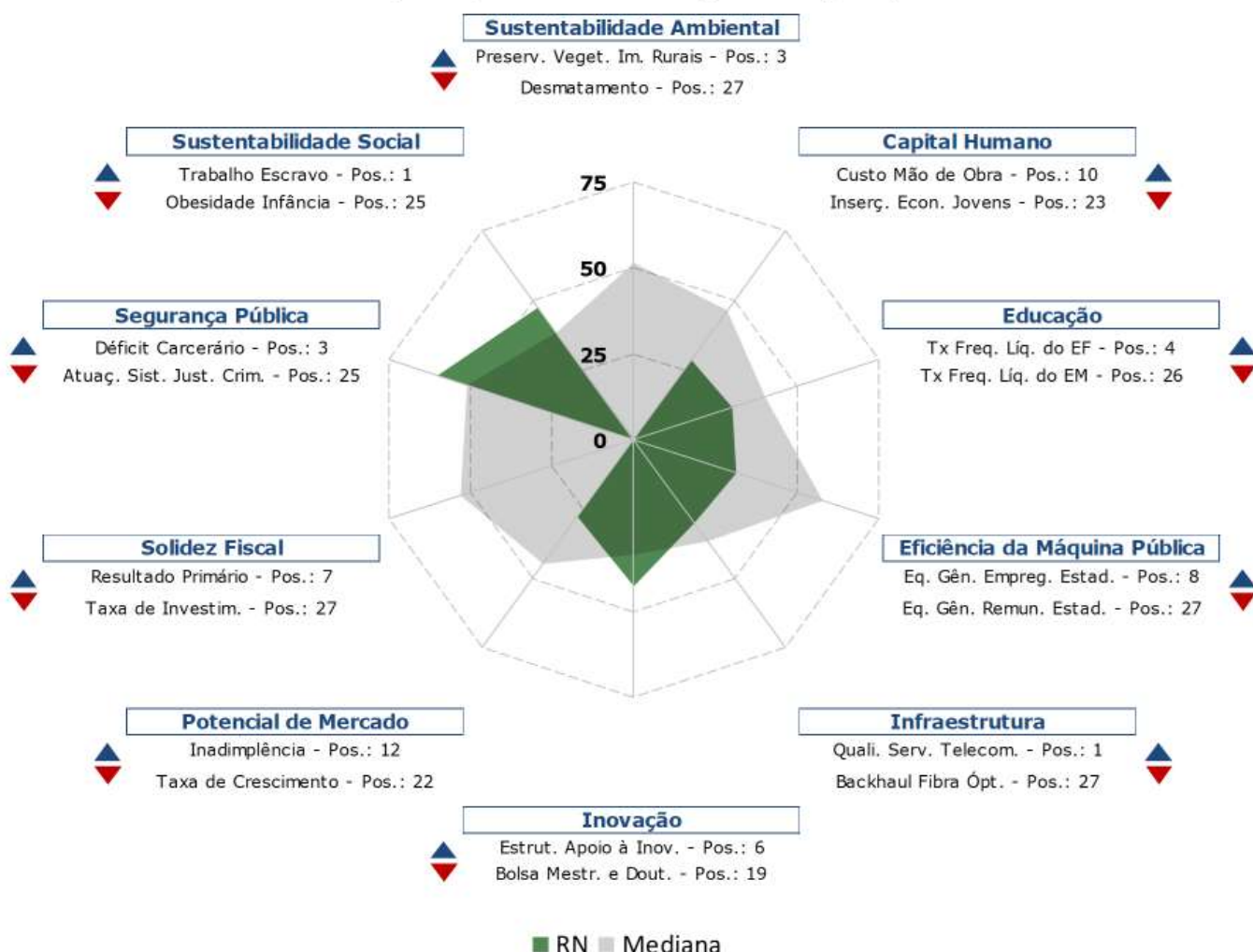
Posição 11



Rio Grande do Norte Posição no Ranking Geral: 24



Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.



Rio Grande do Norte

Posição no Ranking Geral: 24

Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
27**



Capital Humano

**Posição
20**



Educação

**Posição
21**



Eficiência da Máquina Pública

**Posição
22**



Infraestrutura

**Posição
17**



Inovação

**Posição
10**



Potencial de Mercado

**Posição
22**



Solidez Fiscal

**Posição
27**



Segurança Pública

**Posição
9**



Sustentabilidade Social

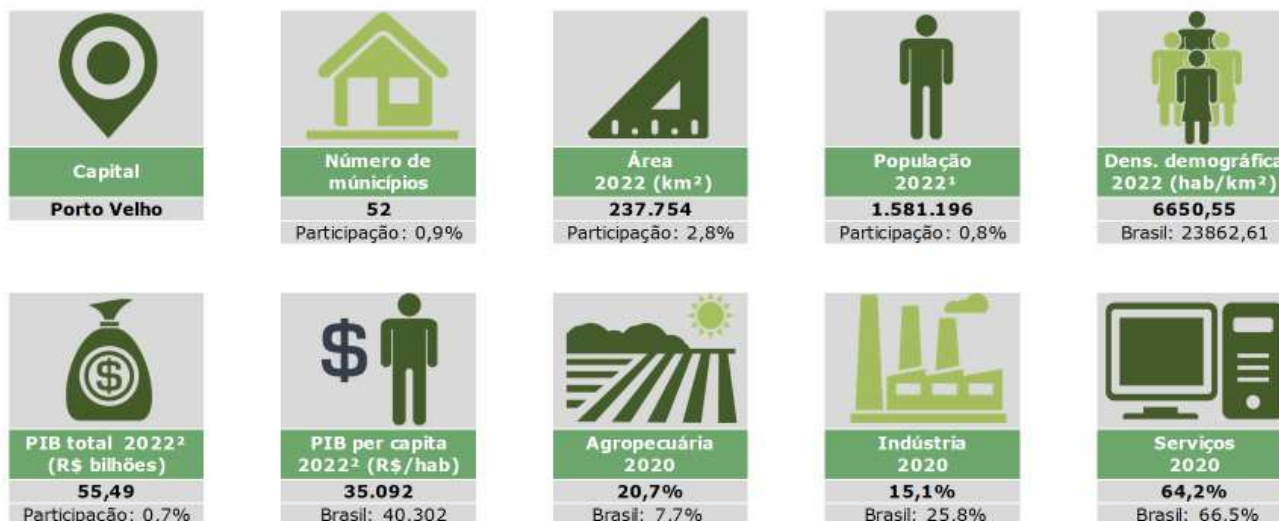
**Posição
12**



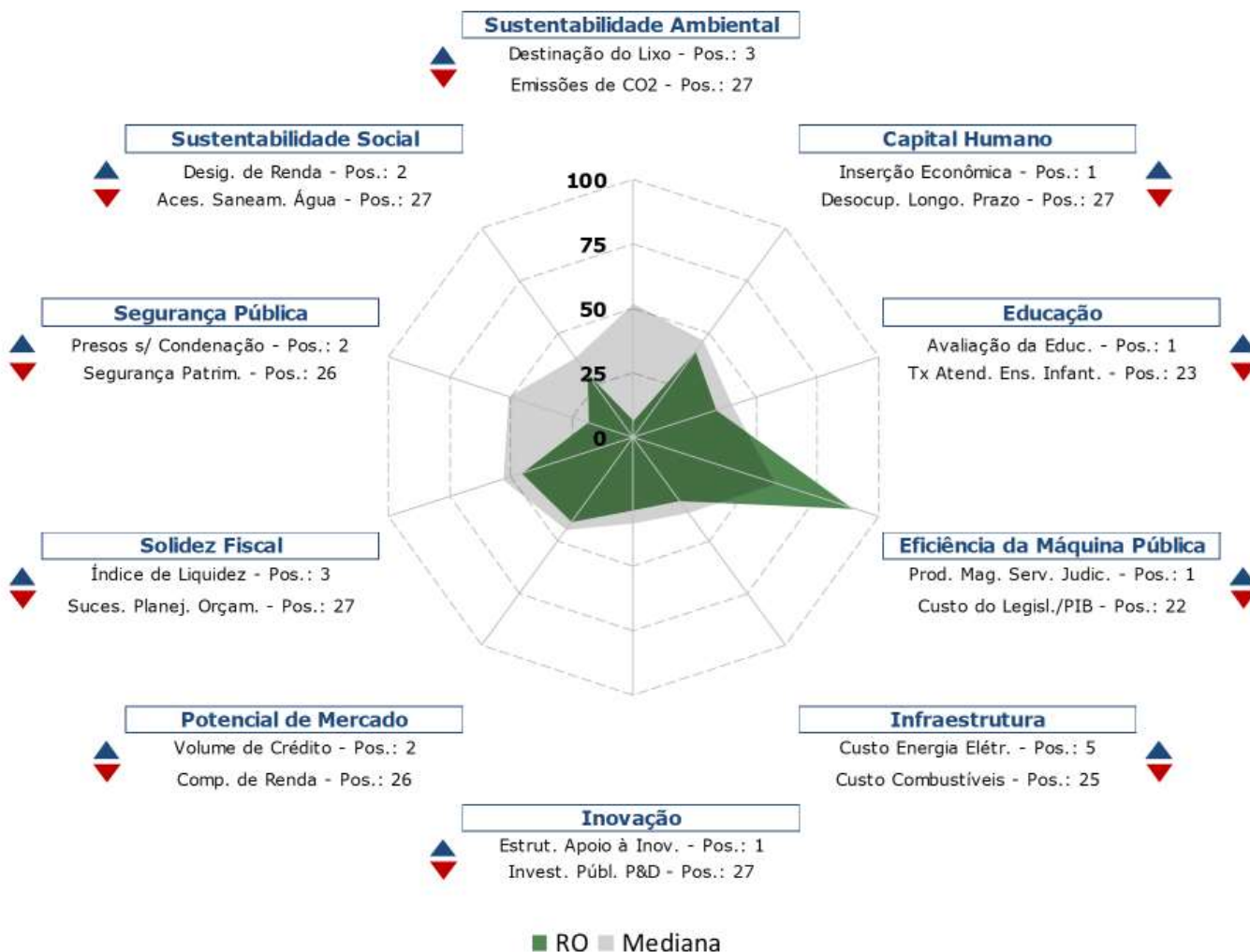


Rondônia

Posição no Ranking Geral: 16



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



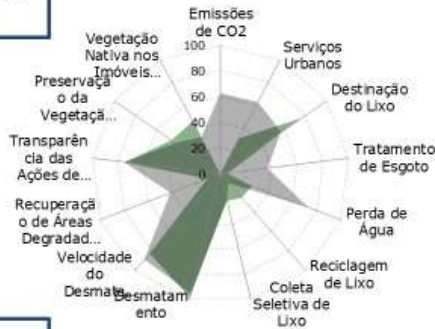


Rondônia

Posição no Ranking Geral: 16

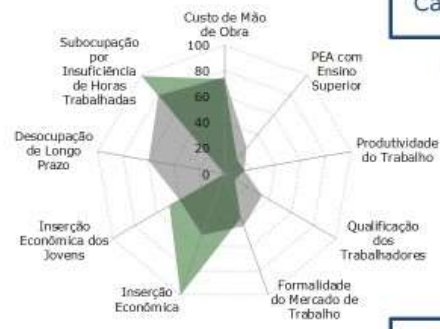
Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
26**



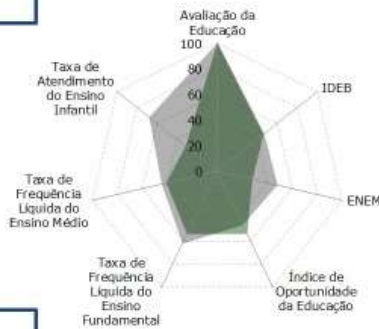
Capital Humano

**Posição
15**



Educação

**Posição
19**



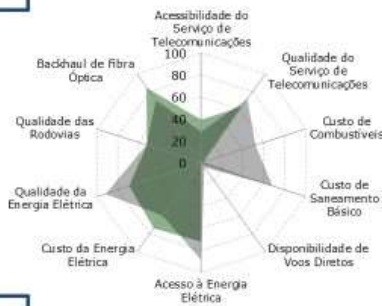
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
4**



Infraestrutura

**Posição
16**



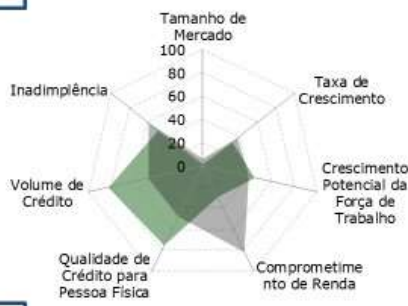
Inovação

**Posição
17**



Potencial de Mercado

**Posição
17**



Solidez Fiscal

**Posição
6**



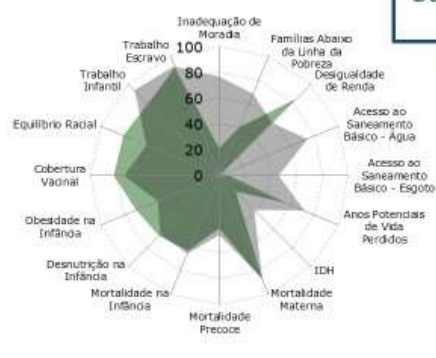
Segurança Pública

**Posição
25**



Sustentabilidade Social

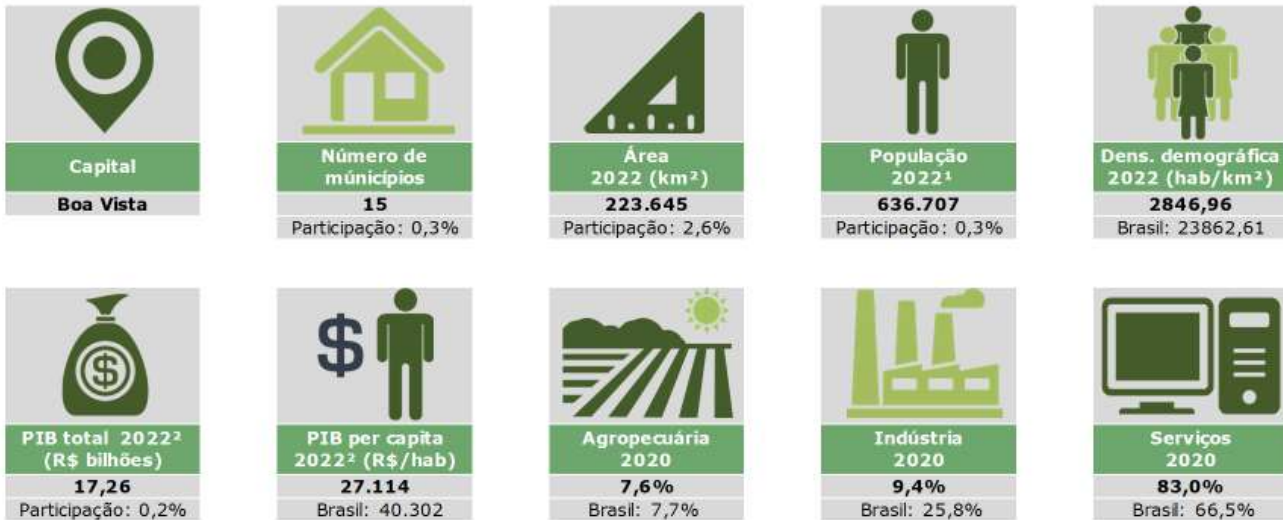
**Posição
19**



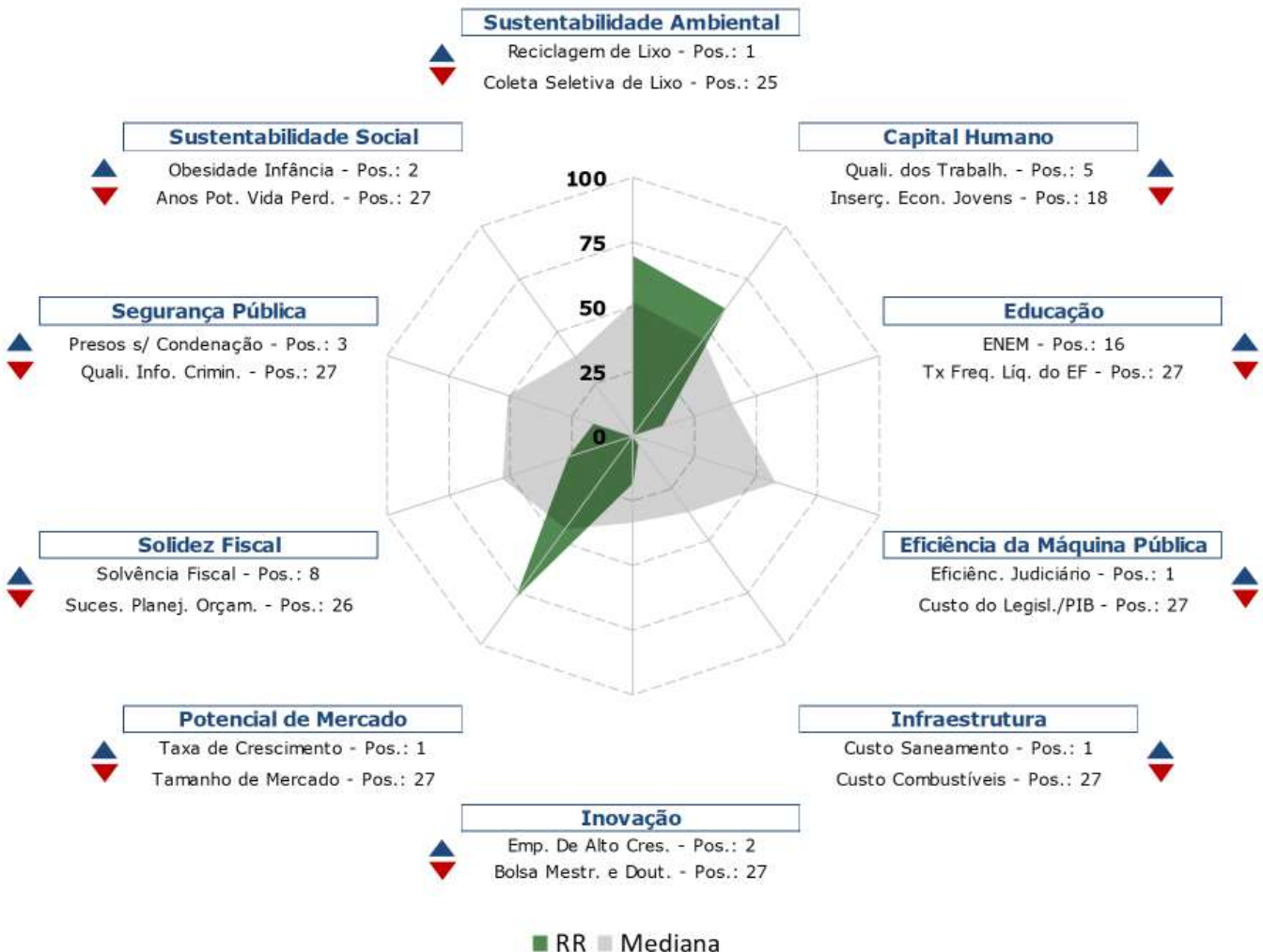


Roraima

Posição no Ranking Geral: 27



Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.



Roraima

Posição no Ranking Geral: 27

Sustentabilidade Ambiental

Posição: 9



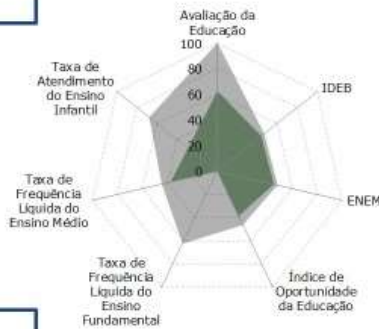
Capital Humano

Posição 12



Educação

Posição 25



Eficiência da Máquina Pública

Posição 27



Infraestrutura

Posição 25



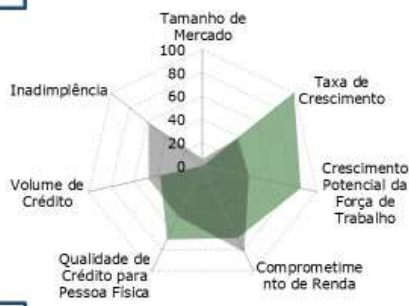
Inovação

Posição 19



Potencial de Mercado

Posição 3



Solidez Fiscal

Posição 23



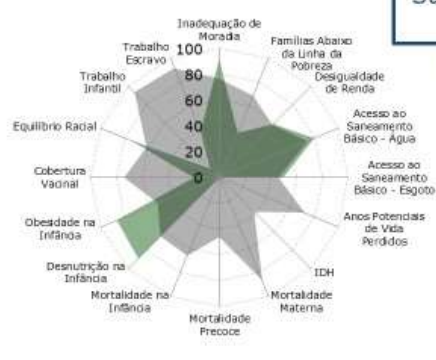
Segurança Pública

Posição 26



Sustentabilidade Social

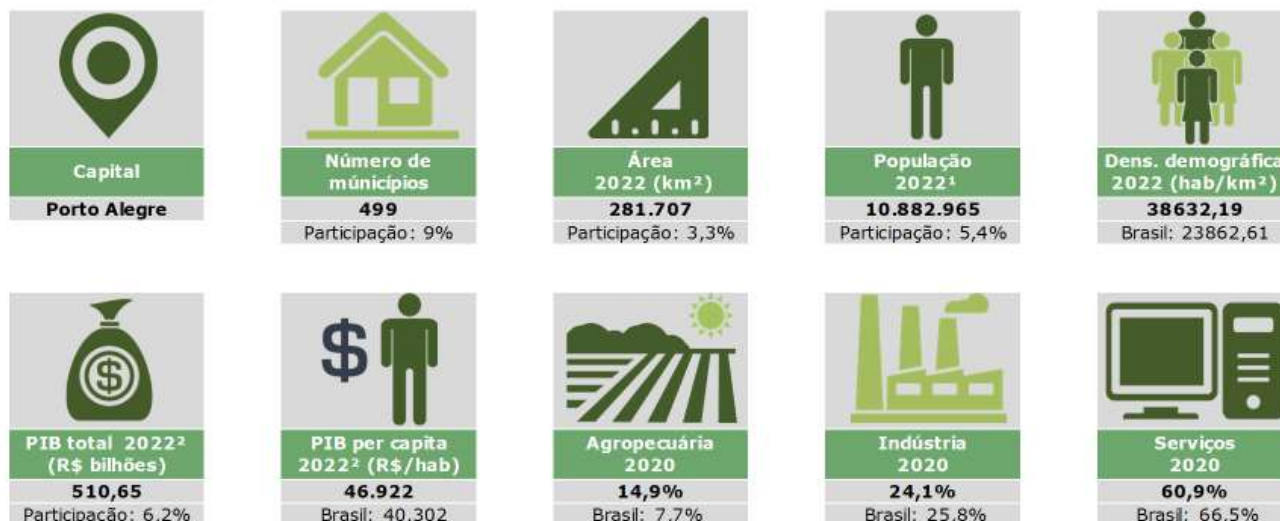
Posição 26



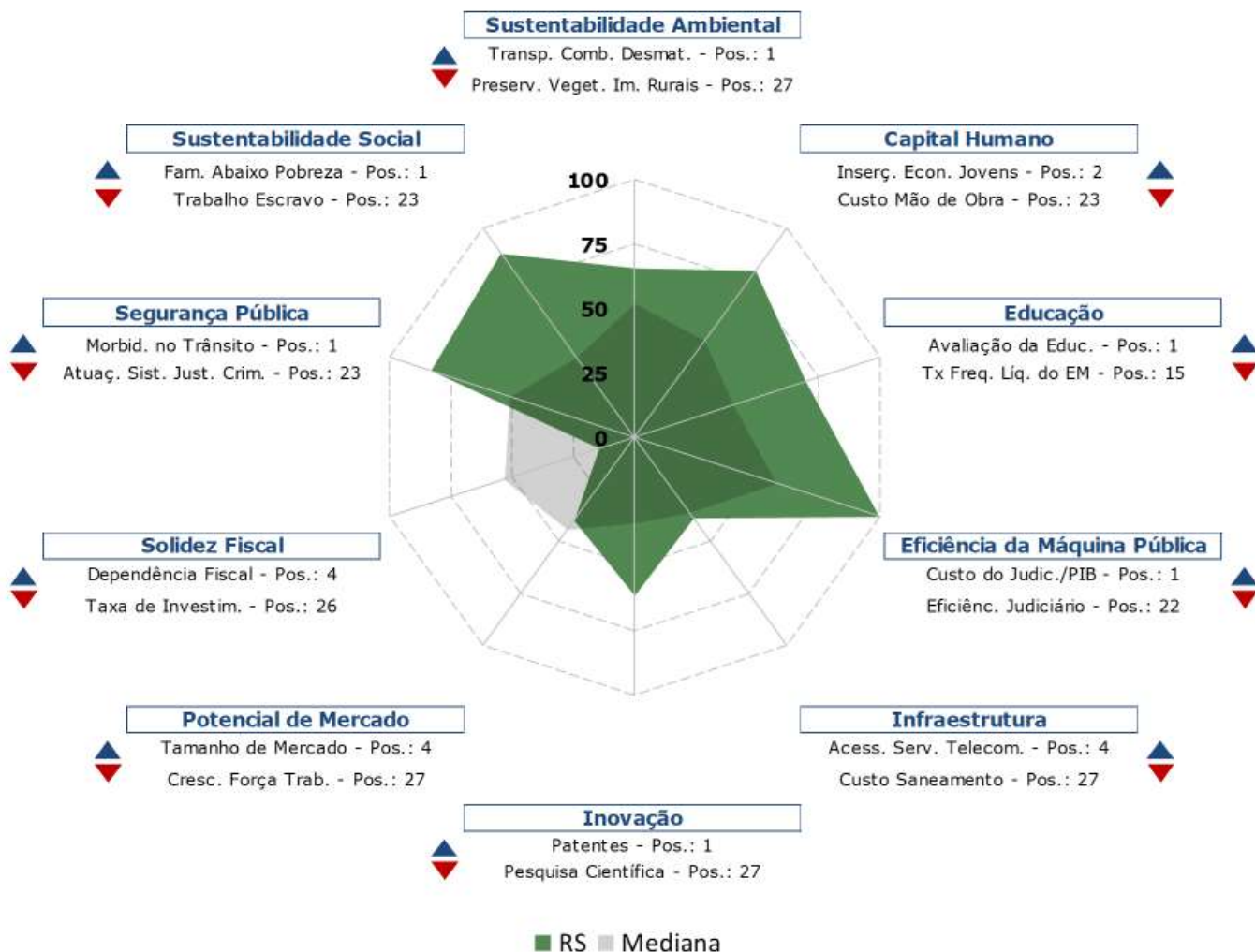


Rio Grande do Sul

Posição no Ranking Geral: 5



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:





Rio Grande do Sul

Posição no Ranking Geral: 5

Sustentabilidade Ambiental

Posição: 11



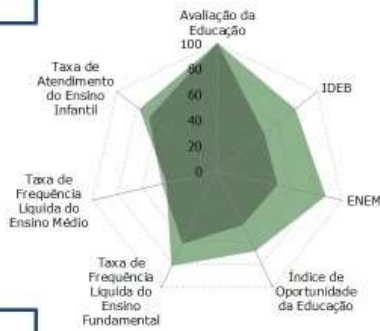
Capital Humano

Posição 5



Educação

Posição 6



Eficiência da Máquina Pública

Posição 1



Infraestrutura

Posição 11



Inovação

Posição 5



Potencial de Mercado

Posição 18



Solidez Fiscal

Posição 25



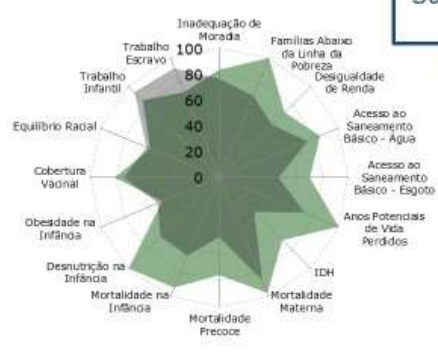
Segurança Pública

Posição 3



Sustentabilidade Social

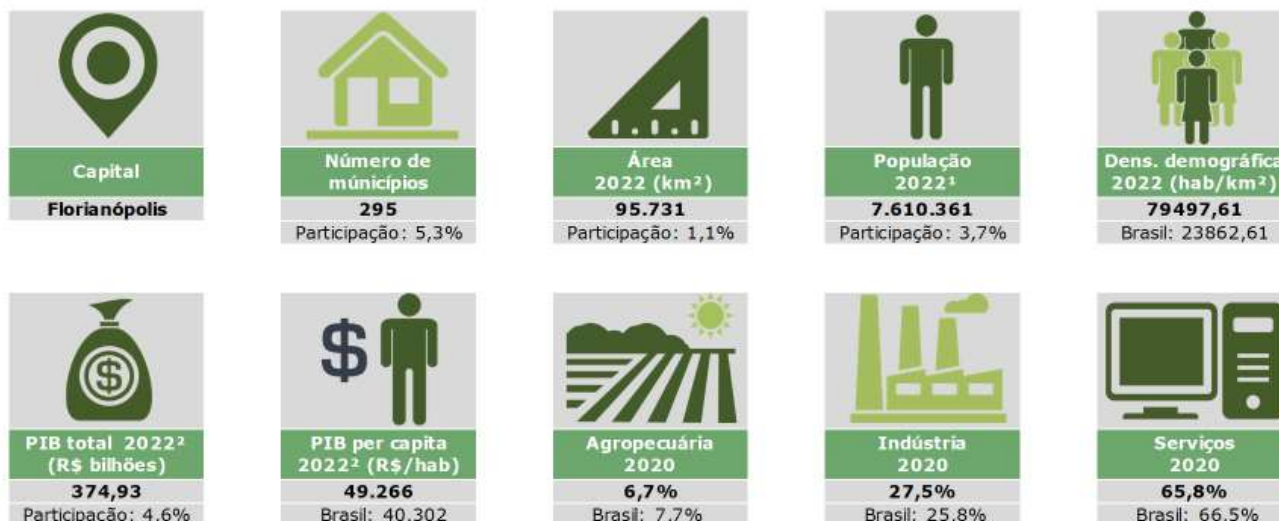
Posição 4



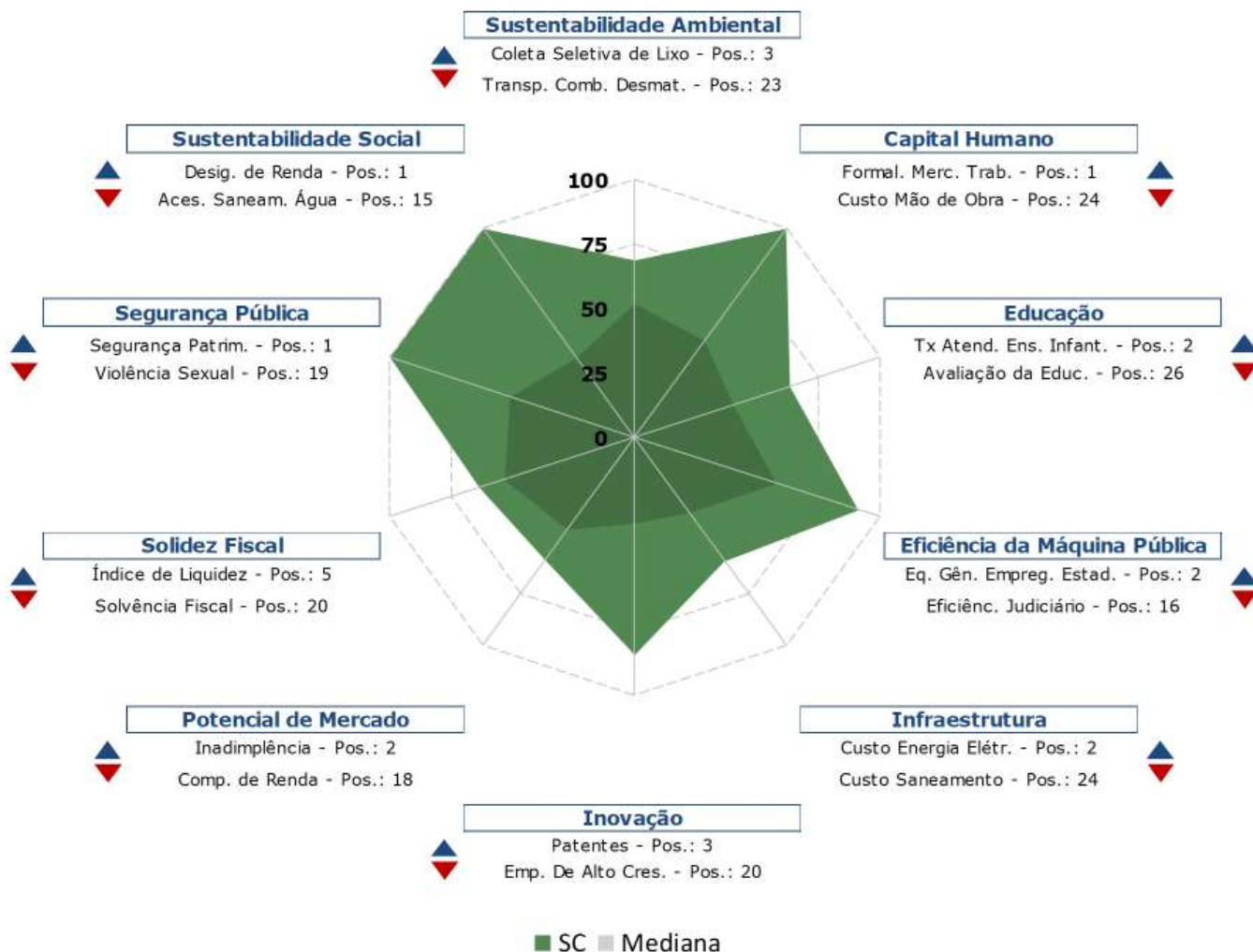


Santa Catarina

Posição no Ranking Geral: 2



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



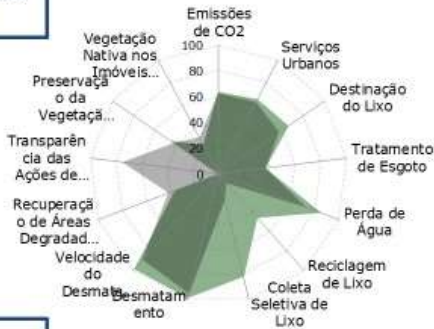


Santa Catarina

Posição no Ranking Geral: 2

Sustentabilidade Ambiental

Posição:
10



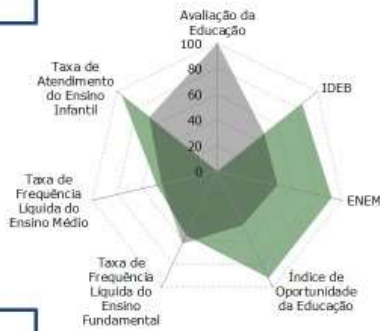
Capital Humano

Posição
1



Educação

Posição
9



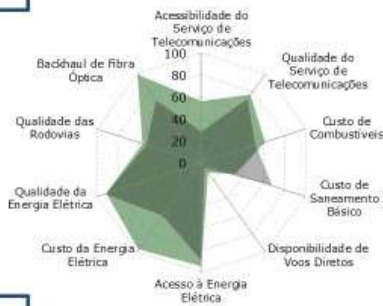
Eficiência da Máquina Pública

Posição
3



Infraestrutura

Posição
3



Inovação

Posição
3



Potencial de Mercado

Posição
10



Solidez Fiscal

Posição
7



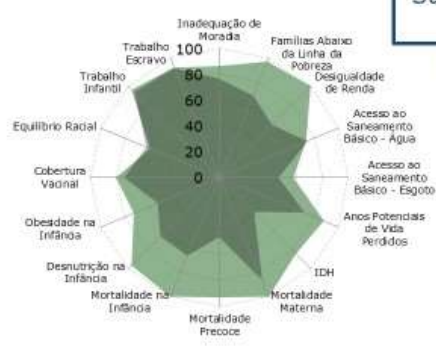
Segurança Pública

Posição
1



Sustentabilidade Social

Posição
1



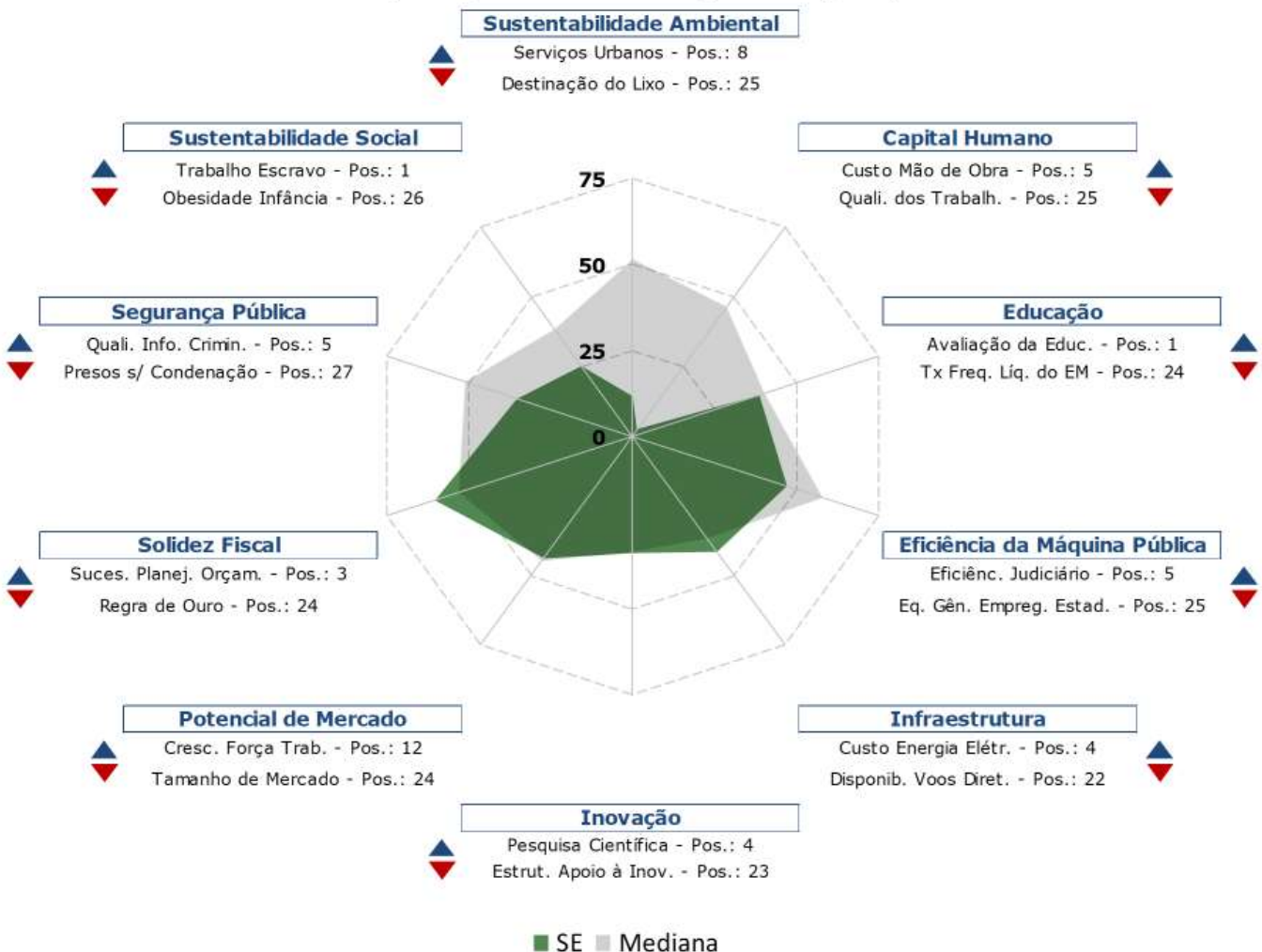


Sergipe

Posição no Ranking Geral: 18



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



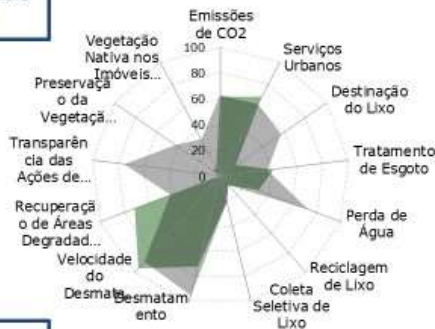


Sergipe

Posição no Ranking Geral: 18

Sustentabilidade Ambiental

**Posição:
24**



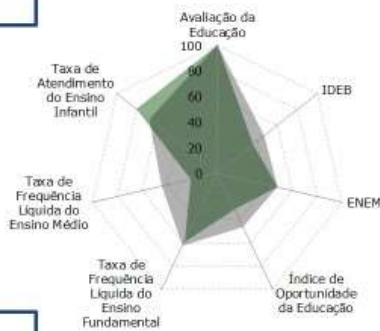
Capital Humano

**Posição
26**



Educação

**Posição
15**



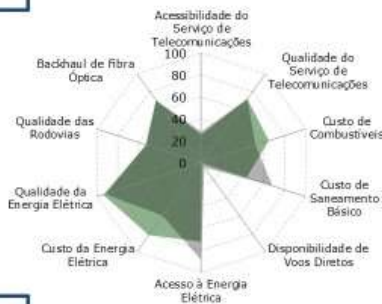
Eficiência da Máquina Pública

**Posição
17**



Infraestrutura

**Posição
9**



Inovação

**Posição
13**



Potencial de Mercado

**Posição
15**



Solidez Fiscal

**Posição
11**



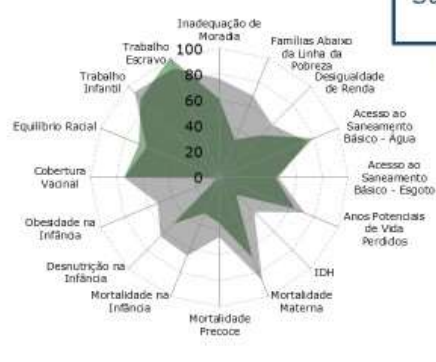
Segurança Pública

**Posição
18**



Sustentabilidade Social

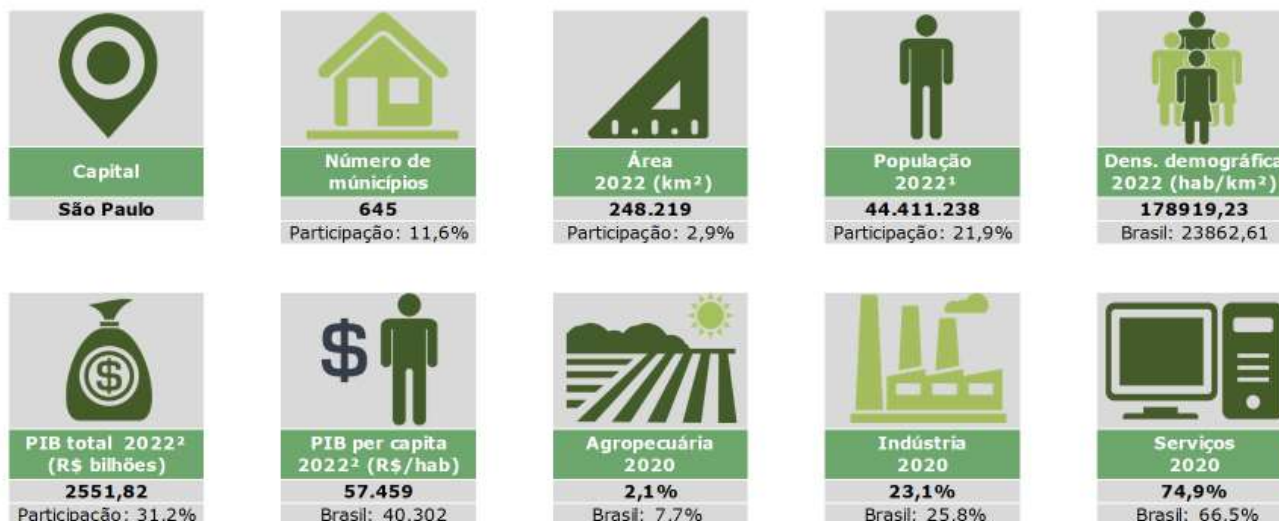
**Posição
22**



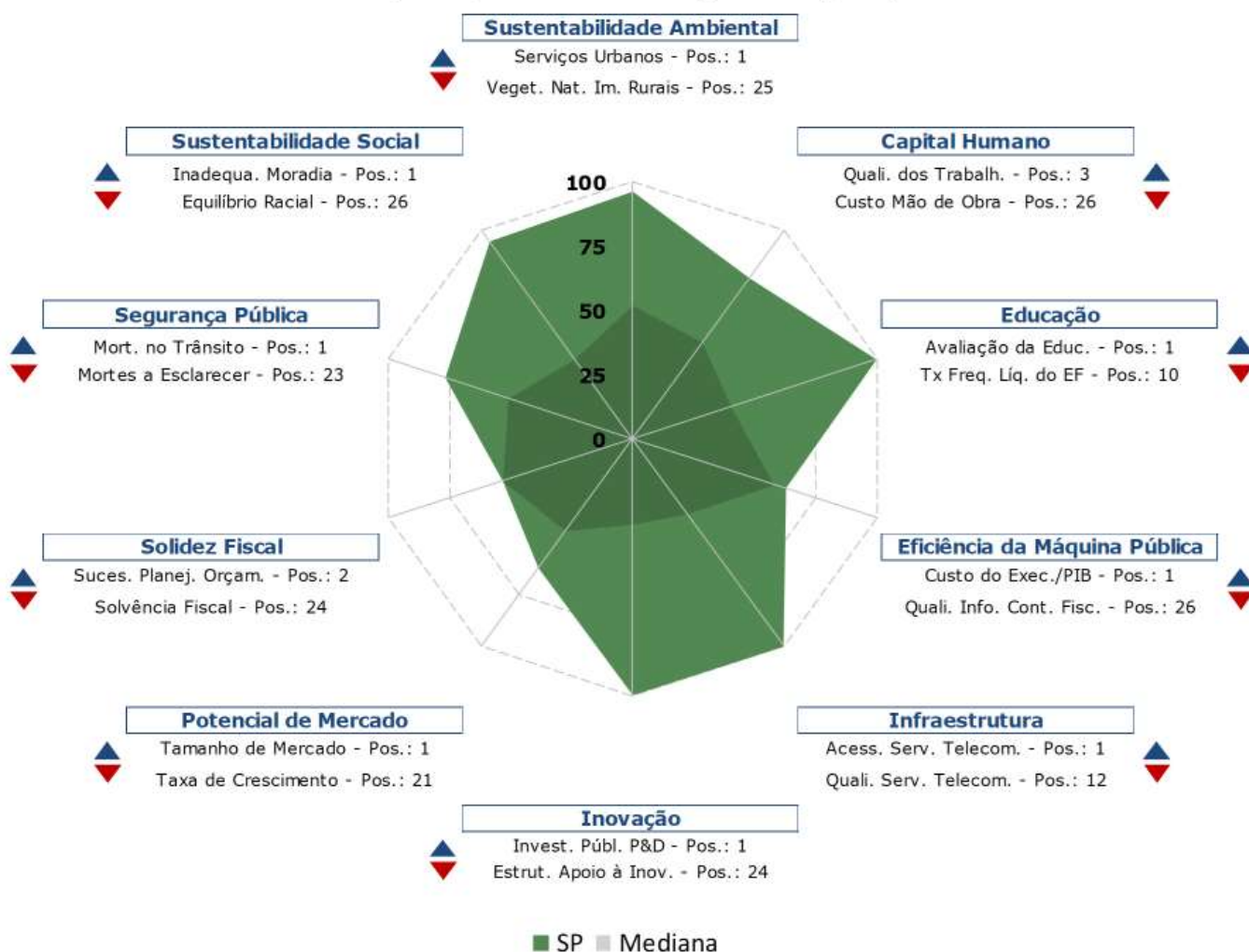


São Paulo

Posição no Ranking Geral: 1



Panorama do Estado: Destaques positivos e negativos por pilar:



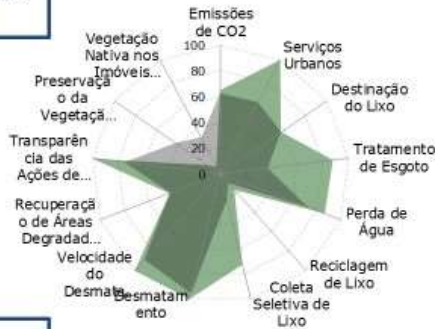


São Paulo

Posição no Ranking Geral: 1

Sustentabilidade Ambiental

Posição:
2



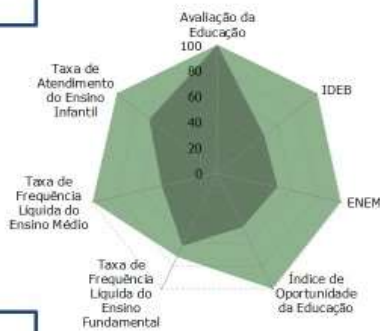
Capital Humano

Posição
7



Educação

Posição
1



Eficiência da Máquina Pública

Posição
13



Infraestrutura

Posição
1



Inovação

Posição
1



Potencial de Mercado

Posição
8



Solidez Fiscal

Posição
14



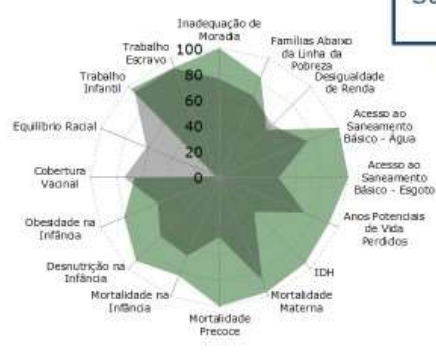
Segurança Pública

Posição
4



Sustentabilidade Social

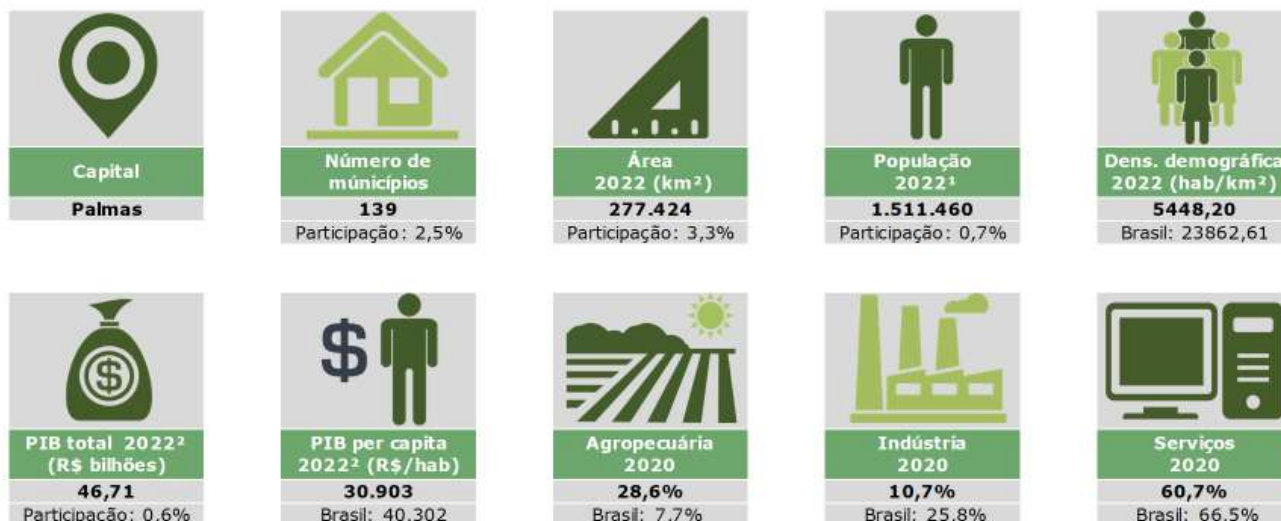
Posição
3



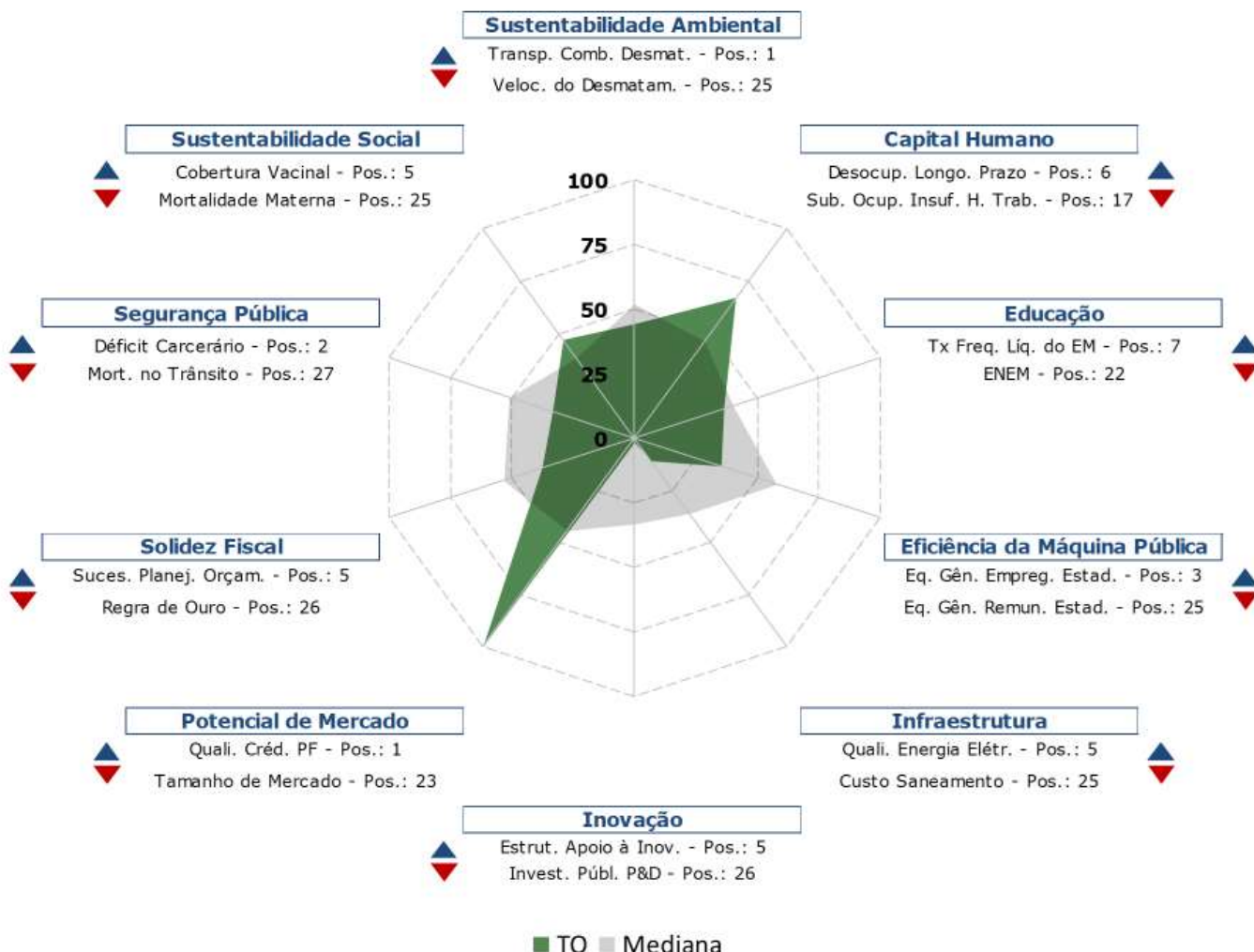


Tocantins

Posição no Ranking Geral: 15



**Panorama do Estado:
Destaques positivos e negativos por pilar:**



1. Estimativa IBGE / 2. Estimativa Tendências.



ANEXOS

Anexo 1: Análise teórica sobre sistemas de rankings

1.1 A relação desempenho socioeconômico x resultado das urnas

Um dos temas principais da ciência política contemporânea é o estudo do comportamento eleitoral e a capacidade de os cidadãos avaliarem seus governantes em regimes democráticos, utilizando-se do voto como instrumento.

A teoria do voto contempla algumas linhas de investigação sobre o assunto, dentre as quais a teoria da escolha racional, que tem por base o modelo downsiano, em alusão ao seu criador, Anthony Downs. Esta teoria coloca sua mensagem de forma muito simples: *“se tivermos um incentivo econômico ou social compensatório participamos do processo político, caso contrário, é melhor nos ocuparmos com outras coisas”* (DOWNS, 1957¹).

Segundo Downs, partidos políticos e eleitores atuam racionalmente, à semelhança de empresários e consumidores. Partidos definem os objetivos e os meios de sua ação visando maximizar seus votos, enquanto os eleitores decidem como votar e como influir diretamente na formulação de políticas governamentais visando maximizar suas utilidades.

Essa interação entre políticos e eleitores pode ser interpretada, do ponto de vista da teoria econômica, como uma relação agente-principal. O governante pode perseguir seus próprios objetivos (que não são necessariamente os mesmos que os dos eleitores) e não fazer o que foi prometido. Porém, na eleição seguinte, o eleitor poderá decidir se votará ou não no governo atual. Se esse tipo de punição ou premiação funciona, a eleição é uma forma de *accountability* do governo.

Uma maneira pela qual os eleitores conseguem verificar os resultados das políticas públicas do governo passa por observar o desempenho de variáveis socioeconômicas. A teoria econômica do voto defende que um desempenho favorável de variáveis socioeconômicas tende a aumentar as chances de reeleição dos atuais governantes ou de seu sucessor político, uma vez que são vistos como responsáveis pelo

¹ DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. 1957

resultado. Além disso, um bom resultado socioeconômico tende a demonstrar uma boa capacidade administrativa do atual governo.

No entanto, a relação entre o resultado das políticas do governo e o seu desempenho eleitoral, muitas vezes, não é direta. Embora alguns estudos mostrem evidências de conexão entre performance socioeconômica e voto, vários outros não mostram evidências desta teoria ou apresentam resultados frágeis, com grande variação de resultados entre países e ao longo do tempo (BARONE, 2009²).

Uma possível justificativa para a fragilidade nos resultados dos testes de racionalidade econômica no voto seria a existência de elevada assimetria de informação entre os agentes deste mercado — eleitores e governantes. Este problema ocorre quando um dos lados do mercado detém informações qualitativa ou quantitativamente superiores aos da outra parte, gerando distorções no mercado.

Para o eleitor, é relativamente difícil avaliar o desempenho do governante nas diversas áreas de atuação. O eleitor pode não ter fácil acesso ao volume de informações tal que viabilize uma avaliação rápida e ao mesmo tempo abrangente do seu governante. Dessa forma, não consegue exercer com clareza e lucidez seu direito de punir ou premiar o formulador de políticas públicas através do voto.

Rogoff e Sibert (1988³) e Rogoff (1990⁴) defendem que os ciclos políticos eleitorais surgem dessa assimetria de informações, quando o governo que está no poder consegue observar o seu próprio indicador de performance de uma determinada variável (impostos ou gastos do governo) antes que os eleitores o façam e, dessa forma, consegue usar essa assimetria a seu favor. Em períodos eleitorais, a manipulação desse indicador faz com que a imagem do governo e a sua reputação de competência sejam mais favoráveis do que no restante do mandato, levando, portanto, a resultados eleitorais mais favoráveis.

Um segundo fator que também impede o bom funcionamento do 'mercado de votos' é o que a literatura chama de *bounded memory* (memória limitada) (Wilson, 2003⁵ e Monte, 2007⁶). Nos modelos econômicos é frequente a premissa de que os indivíduos possuem memória perfeita. Porém, na realidade, a maioria dos indivíduos não retêm boa parte das informações e fatos ocorridos, frequentemente ignoram ou têm dificuldade para processar um grande volume de informações (que, muitas vezes, mostram direções opostas), ou não se atualizam frequentemente.

Uma das formas levantadas pela literatura para melhorar o funcionamento de mercados com problema de assimetria de informação é através da *sinalização* ao

² BARONE, L. *Responsabilização Política nos Estados Brasileiros: o voto econômico nas eleições para governador*. FGV, 2009.

³ ROGOFF, K.; SIBERT, A. *Elections and Macroeconomic Policy Cycles*. The Review of Economic Studies, Vol. 55, No. 1, pp. 1-16. 1988.

⁴ ROGOFF, K. *Equilibrium Political Budget Cycles*. The American Economic Review, Vol. 80, No. 1, pp. 21-36. 1990.

⁵ WILSON, A. *Bounded Memory and Biases in Information Processing*. Princeton University, 2003.

⁶ MONTE, D. *Reputation and Bounded Memory in Repeated Games with Incomplete Information*. Yale University, YALE, Estados Unidos. 2007.

mercado, na qual os ofertantes desenvolvem um modo de conseguir comprovar junto aos consumidores a respeito da qualidade de um determinado produto.

1.2 Justificativa para o uso de sistemas de rankings

O potencial de sistemas de rankings melhorarem o funcionamento de mercados afetados por problemas de assimetria de informação e por *bounded memory* encontra forte amparo na teoria econômica.

No início dos anos 1980, começou a surgir intensa discussão sobre o papel da competição como um mecanismo de incentivo. Tais discussões começaram a delinear as circunstâncias nas quais a remuneração baseada no desempenho relativo era superior aos pagamentos atrelados ao resultado puramente individual.

O problema essencial que motivou tais discussões decorre do fato de que o desempenho e o esforço dos trabalhadores não são diretamente observáveis.

Um dos primeiros estudos na área, de Lazear e Rosen (1981⁷), trata da relação entre compensação e incentivos em contratos de trabalho, quando há custos elevados para monitorar o esforço e o produto dos empregados. Os autores analisam o pagamento por meio de rankings, em que os empregados são premiados apenas por seu desempenho relativo, sem considerar a diferença em termos de produto entre um agente e outro.

Os autores defendem que quando há baixo custo de monitoramento da produtividade, o ideal é que o pagamento esteja relacionado diretamente ao esforço do agente. Porém, quando o monitoramento é custoso, o pagamento por meio de ranking pode ser uma estrutura de incentivos mais eficiente.

Analogamente, Nalebuff e Stiglitz (1983⁸) analisaram o papel de regimes de compensação no mercado de trabalho, nos quais a remuneração depende da performance relativa dos agentes em economias com assimetria de informação. Em ambientes de elevada incerteza, tais regimes se mostram preferíveis às estruturas de recompensa individualistas.

A maior parte dos estudos, como os citados acima, tratam dos benefícios da performance relativa em relação às estruturas de recompensa individualistas, principalmente no campo de mercado de trabalho. No entanto, poucos estudos tratam da eficiência deste comparativo para a avaliação de governantes e outros campos de pesquisa.

A OCDE divulgou em 2008⁹ um manual em que debate e contribui para um melhor entendimento da complexidade dos indicadores compostos. O estudo mostra que indicadores compostos, como os rankings, propiciam comparações simples de países

⁷ LAZEAR, E. e ROSEN, S. *Rank-order tournaments as optimum labor contracts*. Journal of Political Economics, Vol. 89. 1981.

⁸ NALEBUFF, B. e STIGLITZ, J. *Prizes and incentives: towards a general theory of compensation and competition*. The Bell Journal of Economics, Vol. 14, No. 1, 1983.

⁹ OCDE. *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*. 2008.

e/ou regiões para ilustrar assuntos com maior grau de complexidade, em vários campos de interesse, como desenvolvimento ambiental, econômico, tecnológico, entre outros.

O estudo argumenta que, para o público em geral, indicadores compostos são mais fáceis de interpretar do que identificar tendências comuns entre vários indicadores individuais. Porém, devem ser vistos como uma discussão inicial, como um farol para um assunto muito complexo e, assim, estimular o interesse público.

A OCDE ainda ressalta que indicadores compostos podem mostrar resultados enganosos se forem mal construídos, induzindo os usuários a análises e conclusões muito simplistas. O manual da OCDE lista os principais argumentos prós e contras dos indicadores compostos:

Argumentos prós e contras dos indicadores compostos

Prós	Contras
Permite resumir assuntos complexos e multidimensionais e dar suporte a tomada de decisões	Podem passar mensagens erradas ou ser mal interpretado, se construído de forma errada.
De mais fácil interpretação do que uma bateria de indicadores individuais	Podem dar margem a conclusões simplistas.
Podem avaliar progressos ao longo do tempo	Podem conduzir a políticas inadequadas se desempenho de dimensões de difícil mensuração são ignoradas.
Facilitam a comunicação com o público leigo em geral	
Promove <i>accountability</i>	
Possibilita aos usuários comparar efetivamente dimensões complexas	

Fonte: OCDE (2008). *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*.

Em que pese o risco de distorções no caso de mal aplicações, a divulgação de sistemas de rankings pode operar como um sistema de sinalização eficiente entre os gestores públicos e eleitores, contribuindo para diminuir a assimetria de informação.

Ranking serviriam, portanto, como um guia para eleitores avaliarem o desempenho dos formuladores de políticas públicas ao longo do mandato. Com mais informação, a qualidade do voto poderia ser melhorada.

Para os próprios agentes públicos, o uso de sistemas de ranking pode ser útil não apenas para a obtenção de um amplo mapeamento dos fatores de competitividade e

de fragilidade das políticas públicas do seu Estado, mas também como um sistema de incentivo para melhorarem suas posições relativas.

Anexo 2: Estrutura e Metodologia

A estrutura e metodologia adotadas no *Ranking de Competitividade dos Estados* foram geradas após um amplo estudo da literatura acadêmica, bem como da experiência nacional e internacional na elaboração de rankings de competitividade.

A escolha dos pilares e indicadores contou também com intensa contribuição de notórios especialistas nas diferentes áreas de abrangência do ranking.

1.1 Estrutura

A classificação dos Estados foi feita pela compilação dos indicadores em 10 pilares temáticos:

Segurança Pública	Eficiência da Máquina Pública
Sustentabilidade Social	Capital Humano
Infraestrutura	Inovação
Educação	Potencial de Mercado
Solidez Fiscal	Sustentabilidade Ambiental

Além do ranking geral, os Estados foram classificados em cada pilar e cada indicador.

Para a seleção dos indicadores, foram priorizados aqueles que atendessem aos seguintes critérios:

- i) Mensuração de atividades-fim
- ii) Mensuração objetiva e quantitativa
- iii) Abrangência e representatividade
- iv) Incorporação de situações de *trade-off* (acesso x qualidade x custo)
- v) Apurados por fonte externa e de referência
- vi) Atualização periódica

Dessa forma, foram evitados indicadores de atividades-meio, índices *ad-hoc*, (*presentes, por exemplo, apenas em estudos pontuais e temporários*), pesquisas de opinião, indicadores com interpretação dúbia ou que pudessem carregar algum viés ideológico.

As informações utilizadas para a elaboração do *Ranking de Competitividade dos Estados* são provenientes de bases de dados públicas, ou então calculadas com base em informações primárias públicas.

A Tendências Consultoria empregou os melhores esforços para a coleta dos dados contidos no presente trabalho, visando que fossem os mais atualizados, corretos e

precisos. A elaboração deste Ranking, no entanto, não incluiu a verificação independente ou qualquer tipo de auditoria dos dados e das informações utilizadas.

1.2 Metodologia

A construção do ranking contou com duas etapas:

- i) Tratamento dos dados
- ii) Ponderação dos indicadores e pilares

Tratamento dos dados

O tratamento dos dados é importante para possibilitar a agregação de indicadores de natureza heterogênea, haja a vista as diversas unidades de medida encontradas nos indicadores.

Para tanto, foi adotado o critério min-máx de normalização dos indicadores, no qual se utilizam os valores máximo e mínimo de cada indicador para normalizar linearmente os dados entre 0 e 100, mantendo a dispersão original dos dados.

Este critério é amplamente adotado em diversos índices e rankings, como o IDH, e amplamente abordado na literatura acadêmica (CHOWDHURY e SQUIRE, 2006¹⁰; OCDE, 2008; BARROS, 2003¹¹).

A partir dos indicadores selecionados, $\{B_i; i = 1, \dots, m\}$, normalizamos os dados através da seguinte fórmula:

$I_i = ((B_i - \min_i) / (\max_i - \min_i)) * 100$, onde \max_i e \min_i são, respectivamente, o limite superior e inferior para o indicador i .

Os dados foram normalizados entre 0 e 100, sempre obedecendo ao critério de quanto mais perto de 100, melhor. Assim, para indicadores que mensuram malefícios – ou seja, que quanto maior o índice, pior –, a normalização foi invertida. Como exemplo, no indicador de segurança pessoal, a UF com menor taxa de homicídio recebeu a nota 100 e o Estado com a maior taxa de mortalidade recebeu 0.

Além disso, foi implementado um ajuste nos indicadores nos quais houve omissão de informação por parte de alguns Estados. Com a intenção de incentivar a transparência na divulgação dos dados de interesse, foram penalizadas com o último lugar no ranking as UFs que não disponibilizaram informações para o referido indicador.

Ponderação dos indicadores e pilares

Foram adotados três critérios de ponderação dos indicadores do ranking:

- i) Penalização de redundância: foram penalizados, com redução do respectivo peso, os indicadores que mostraram alta correlação com os demais indicadores

¹⁰ CHOWDHURY, S. e SQUIRE, L. *Setting weights for aggregate indices: an application to the commitment to development index and human development index*. *Journal of Development Studies* 42(5):761-771, 2006.

¹¹ BARROS, R., CARVALHO, M., e FRANCO, S. *O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)*. IPEA. Texto para discussão nº 986. 2003.

do mesmo pilar. Tal tratamento possibilitou que fosse maximizado o número de indicadores, evitando, ao mesmo tempo, desproporcionalidade de peso para certos conjuntos de métricas que contam com maior disponibilidade de dados. Dessa maneira, possibilita-se ao ranking cobrir uma diversidade e amplitude de dimensões socioeconômicas sem recair em arbitrariedades advindas da seleção dos indicadores.

- ii) Penalização de indicadores com grande dispersão: foram penalizados, com redução do respectivo peso, os indicadores com elevada variância, apurada com base no coeficiente de variação de Person (obtido pela razão entre o desvio-padrão e a média). Tal tratamento teve por objetivo evitar uma influência excessivamente elevada dos indicadores de maior dispersão no resultado do respectivo pilar.
- iii) Avaliação de especialistas: por fim, a metodologia previa ainda o uso, em caráter parcimonioso, do chamado critério normativo, bastante utilizado em outros rankings e na literatura (CHOWDHURY e SQUIRE, 2006; DECANQ e LUGO, 2008¹²). Foram consultados especialistas das diversas áreas para avaliarem se os pesos atribuídos se mostravam consistentes, tendo em vista a vasta experiência deles no estudo destas áreas.

Nesta edição, houve uma mudança importante em relação à metodologia de ponderação. Antes, havia critérios de bonificação de indicadores com maior carência, tendo como base o desempenho médio das UFs em comparação aos indicadores análogos no contexto internacional, denominados de *benchmarks* internacionais. Esse paralelo com a realidade internacional exigia metodologias minimamente próximas para garantir a comparabilidade entre métricas nacionais e internacionais, bem como uma coincidência em termos de temporalidade. Em outras palavras, a forma de medir e o período de referência não deviam ser muito destoantes entre os indicadores do ranking e os benchmarks internacionais.

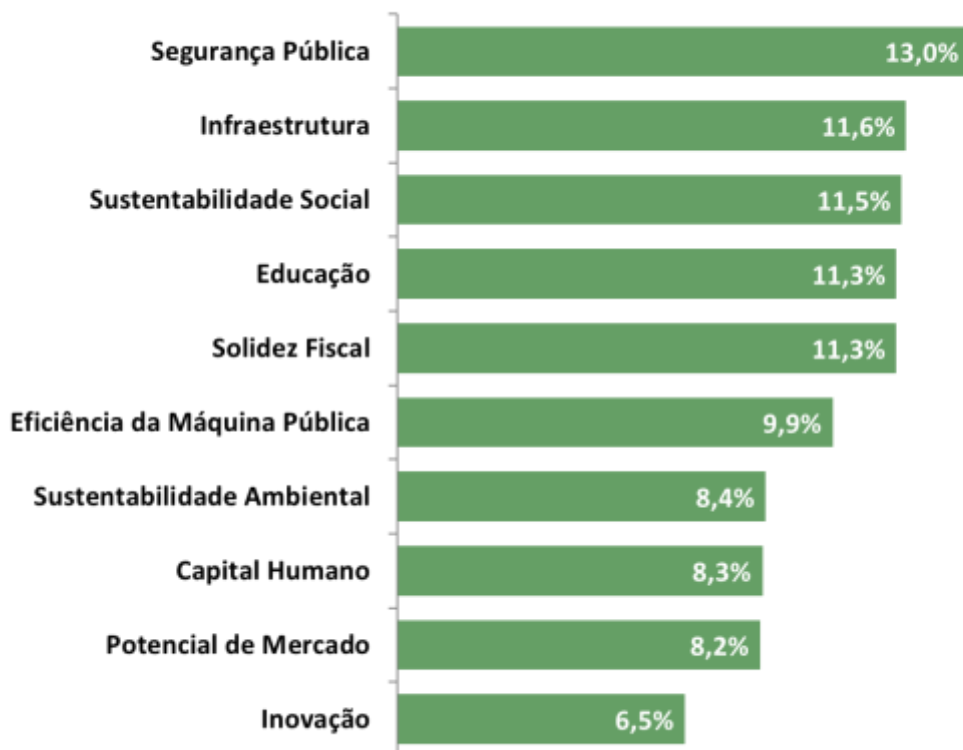
Dado que o número de indicadores do ranking foi aumentando ano após ano, passando a cobrir aspectos cada vez mais pertinentes e particulares da realidade brasileira, as dificuldades foram se tornando cada vez maiores para se encontrar métricas paralelas no contexto internacional, sobretudo na periodicidade adequada. Em benefício da diversidade de dimensões avaliadas no ranking, optou-se pela exclusão do critério baseado em benchmarks internacionais. Ou seja, entre a cobertura de maior número de indicadores ou maior comparabilidade com poucos indicadores disponíveis internacionalmente, optou-se pela primeira opção. A exclusão do benchmark foi compensada no critério de avaliação de especialistas, cuja

¹² DECANQ, K. e LUGO, M. *Setting weights in multidimensional indices of well-being and deprivation*. OPHI-workshop on Weighting Dimensions. Oxford, 2008.

expertise também contempla uma visão de carência e distanciamento em relação às referências internacionais.

Depois de analisar todos os critérios, os pesos finais dos pilares ficaram os seguintes:

Peso dos pilares no Ranking de Competitividade dos Estados (Edição 2024)



Comparação de peso dos pilares no Ranking de Competitividade dos Estados

	Pesos 2017	Pesos 2018	Pesos 2019	Pesos 2020	Pesos 2021	Pesos 2022	Pesos 2023	Pesos 2024
Sustentabilidade Ambiental	7,6%	7,7%	7,8%	7,9%	8,4%	8,8%	8,3%	8,4%
Capital Humano	8,2%	8,2%	8,2%	8,2%	8,2%	8,1%	8,2%	8,3%
Educação	11,4%	11,4%	11,3%	11,2%	11,2%	11,4%	11,5%	11,3%
Eficiência da Máquina Pública	7,6%	7,8%	7,9%	7,9%	8,1%	8,2%	9,2%	9,9%
Infraestrutura	13,0%	12,9%	12,7%	12,6%	12,6%	12,5%	12,4%	11,6%
Inovação	6,8%	6,8%	6,8%	6,9%	6,9%	7,0%	6,8%	6,5%
Potencial de Mercado	7,7%	7,7%	7,7%	7,6%	7,5%	7,3%	7,8%	8,2%
Solidez Fiscal	11,8%	12,1%	12,0%	11,9%	11,7%	11,5%	11,5%	11,3%
Segurança Pública	13,3%	13,3%	13,4%	13,8%	13,5%	13,3%	12,7%	13,0%
Sustentabilidade Social	12,4%	12,3%	12,2%	12,1%	12,0%	12,0%	11,6%	11,5%

Critérios de desempate

Para alguns indicadores específicos, houve empate na nota final entre UFs.

Quando os Estados apresentam dados originais iguais, não houve diferenciação ordinal entre eles, aparecendo em ordem alfabética pela sigla das unidades federativas. Em *IDH*, por exemplo, Acre e Pernambuco possuíam a mesma pontuação no índice calculado em 2015 (ano-base do indicador), a 17ª maior pontuação do Brasil. Deste modo, os Estados assumiram esta posição com a aparição do Acre

seguida da aparição do Pernambuco e nenhum Estado ocupa, portanto, a 18ª posição.

Quando os Estados são penalizados por omissão de dados, também não houve diferenciação ordinal entre eles, de modo que compartilham a última posição e aparecem em ordem alfabética pela sigla das unidades federativas. A imposição da última colocação visa incentivar a transparência nas próximas edições.

Mudanças metodológicas (Edição 2024):

Além de permitir a comparação entre as Unidades Federativas, os indicadores também oferecem insumos para o acompanhamento da evolução de dado Estado no tempo. A acurácia da avaliação de competitividade depende da identificação das melhores experiências, com as quais se podem repercutir as boas práticas, esperando que outros Estados não tão bem-posicionados possam elencar suas prioridades e reaproveitar casos de sucesso. Portanto, o holofote não apenas deve ser colocado sobre aqueles cujo status se sobressai, pois também convém destacar aqueles que demonstraram avanços relevantes independentemente do seu posto na distribuição.

Deste modo, ainda que sejam desejáveis aprimoramentos contínuos na metodologia do Ranking, existe — e frequentemente prepondera — a preocupação de que os resultados sejam comparáveis entre diferentes edições. O compromisso técnico de coletar os dados mais recentes, bem como tratá-los de maneira a retratar a realidade local com o máximo possível de fidelidade e representatividade, deve ser compatível com a comparabilidade entre edições.

Nesta edição, após intensos debates com especialistas de cada área, priorizou-se manter a composição dos indicadores da Edição de 2023. Lembrando que na edição anterior houve a adição de 13 indicadores novos. Dessa forma, após um ano de maiores aprimoramentos e adições, buscou-se preservar o princípio de comparabilidade.

Períodos de Referência

Para a apuração do ranking, foram utilizadas as informações mais atualizadas de cada indicador. Em função da grande diversidade de indicadores, no entanto, uma mesma edição do ranking compila várias fontes cujos anos de referência da pesquisa não são necessariamente os mesmos. Em outras palavras, os indicadores são fotografias que não coincidem necessariamente no tempo, podendo ter como referência anos diferentes entre si. Isso acontece, por exemplo, com o pilar de Educação, pois são combinados IDEB, ENEM e IOEB, que apresentam frequência e defasagem variadas.

Caso um indicador não apresente dados para um novo ano, é mantida a nota normalizada da última edição do Ranking. Nesse sentido, ainda que os dados históricos de determinado indicador sejam revisados, não haverá atualização, no

Ranking, até que seja divulgado um novo ano. Em comparação à edição de 2023, não houve atualização de doze indicadores, conforme as indicam as tabelas abaixo:

Anos de referência e disponibilidade de dados novos para a Edição de 2024 – Parte I:

	Indicadores	Ed. 2024	Dados novos nesta edição
Sustentabilidade Ambiental	Emissões de CO ₂	2022	Sim
	Serviços Urbanos	2022	Sim
	Destinação do Lixo	2022	Sim
	Tratamento de Esgoto	2022	Sim
	Perda de Água	2022	Sim
	Reciclagem de Lixo	2022	Sim
	Coleta Seletiva de Lixo	2021	Sem novos dados
	Desmatamento	2023	Sim
	Velocidade do Desmatamento	2023	Sim
	Recuperação de Áreas Degradadas	2022	Sim
	Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento	2023	Sim
	Preservação da Vegetação pelos Imóveis Rurais	2023	Sim
Vegetação Nativa nos Imóveis Rurais	2023	Sim	
Capital Humano	Custo de Mão de Obra	2023	Sim
	PEA com Ensino Superior	2023	Sim
	Produtividade do Trabalho	2023	Sim
	Qualificação dos Trabalhadores	2023	Sim
	Formalidade do Mercado de Trabalho	2023	Sim
	Inserção Econômica	2023	Sim
	Inserção Econômica dos Jovens	2023	Sim
	Desocupação de Longo Prazo	2023	Sim
	Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas	2023	Sim
Educação	Avaliação da Educação	2024	Sim
	IDEB	2021	Sem novos dados
	ENEM	2023	Sim
	Índice de Oportunidade da Educação	2023	Sim
	Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	2023	Sim
	Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio	2023	Sim
	Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	2023	Sim
Eficiência da Máquina Pública	Eficiência do Judiciário	2023	Sim
	Custo do Executivo/PIB	2023	Sim
	Custo do Judiciário/PIB	2023	Sim
	Custo do Legislativo/PIB	2023	Sim
	Índice de Transparência	2020	Sem novos dados
	Qualidade da Informação Contábil e Fiscal	2022	Sim
	Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário	2022	Sim
	Oferta de Serviços Públicos Digitais	2024	Sim
	Prêmio Salarial Público-Privado	2023	Sim
	Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual	2023	Sim
Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual	2023	Sim	

Anos de referência e disponibilidade de dados novos para a Edição de 2024 – Parte II:

	Indicadores	Ed. 2024	Dados novos nesta edição
Infraestrutura	Acessibilidade do Serviço de Telecomunicações	2023	Sim
	Qualidade do Serviço de Telecomunicações	2022	Sem novos dados
	Custo de Combustíveis	2023	Sim
	Custo de Saneamento Básico	2022	Sim
	Disponibilidade de Voos Diretos	2023	Sim
	Acesso à Energia Elétrica	2022	Sem novos dados
	Custo da Energia Elétrica	2023	Sim
	Qualidade da Energia Elétrica	2023	Sim
	Qualidade das Rodovias	2022	Sem novos dados
	Backhaul de Fibra Óptica	2024	Sim
Inovação	Investimentos Públicos em P&D	2022	Sim
	Patentes	2023	Sim
	Bolsa de Mestrado e Doutorado	2023	Sim
	Estrutura de apoio à inovação	2024	Sim
	Pesquisa Científica	2023	Sim
	Informação e Comunicação	2021	Sim
	Empresas de Alto Crescimento	2021	Sim
Potenc. de Merc.	Tamanho de Mercado	2023	Sim
	Taxa de Crescimento	2023	Sim
	Crescimento Potencial da Força de Trabalho	2023	Sim
	Comprometimento de Renda	2023	Sim
	Qualidade de Crédito para Pessoa Física	2023	Sim
	Volume de Crédito	2023	Sim
	Inadimplência	2023	Sim
Solidez Fiscal	Taxa de Investimentos	2023	Sim
	Regra de Ouro	2023	Sim
	Solvência Fiscal	2023	Sim
	Sucesso do Planejamento Orçamentário	2023	Sim
	Dependência Fiscal	2023	Sim
	Resultado Primário	2023	Sim
	Gasto com Pessoal	2023	Sim
	Índice de Liquidez	2023	Sim
	Poupança Corrente	2023	Sim

Anos de referência e disponibilidade de dados novos para a Edição de 2024 – Parte III:

	Indicadores	Ed. 2024	Dados novos nesta edição
Segurança Pública	Atuação do Sistema de Justiça Criminal	2022	Sem novos dados
	Presos sem Condenação	2023	Sim
	Déficit Carcerário	2023	Sim
	Mortes a Esclarecer	2022	Sim
	Mortalidade no Trânsito	2022	Sim
	Morbidade no Trânsito	2023	Sim
	Segurança Pessoal	2023	Sim
	Segurança Patrimonial	2023	Sim
	Qualidade da Informação de Criminalidade	2023	Sim
	Violência Sexual	2023	Sim
Sustentabilidade Social	Inadequação de Moradia	2022	Sem novos dados
	Famílias Abaixo da Linha da Pobreza	2023	Sim
	Desigualdade de Renda	2023	Sim
	Acesso ao Saneamento Básico - Água	2022	Sem novos dados
	Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	2022	Sem novos dados
	Anos Potenciais de Vida Perdidos	2022	Sim
	IDH	2021	Sem novos dados
	Mortalidade Materna	2022	Sim
	Mortalidade Precoce	2022	Sim
	Mortalidade na Infância	2022	Sim
	Desnutrição na Infância	2023	Sim
	Obesidade na Infância	2023	Sim
	Cobertura Vacinal	2023	Sim
	Equilíbrio Racial	2021	Sem novos dados
	Trabalho Infantil	2023	Sim
Trabalho Escravo	2023	Sim	

Utilização da estimativa da *Tendências* para o PIB estadual:

Considerando a significativa disparidade entre as 27 Unidades da Federação, em termos territoriais, populacionais ou econômicos, um importante desafio à construção dos indicadores do *Ranking de Competitividade dos Estados* foi torná-los “comparáveis”. Alguns indicadores são calculados dividindo-se os dados brutos pela população, como os indicadores de *Segurança Pessoal* e o de *Mortalidade Materna*. Já outros, especialmente ligados a questões econômicas, consideram o tamanho do PIB estadual como denominador, como os indicadores de *Custo do Executivo* e de *Investimento Público em P&D*.

No entanto, a divulgação dos dados dos PIBs estaduais pelo IBGE, através das Contas Regionais, é feita com defasagem. Na divulgação do Ranking de 2024, o último dado

disponível para os PIBs estaduais é de 2021, enquanto parte dos indicadores já exibiam dados de 2023. A nosso ver, havia, portanto, duas possibilidades:

1. Considerarmos o último dado oficial do IBGE, sem nenhum tratamento, assumindo anos diferentes para o numerador e denominador; ou
2. Considerarmos uma estimativa feita pela *Tendências* para o mesmo ano do indicador avaliado.

As duas alternativas possuem fragilidades e são passíveis de críticas, seja por diferença temporal ou por utilizar uma estimativa feita pela *Tendências*, a qual pode não se concretizar. Após diversas discussões junto ao CLP, optou-se pela segunda opção.

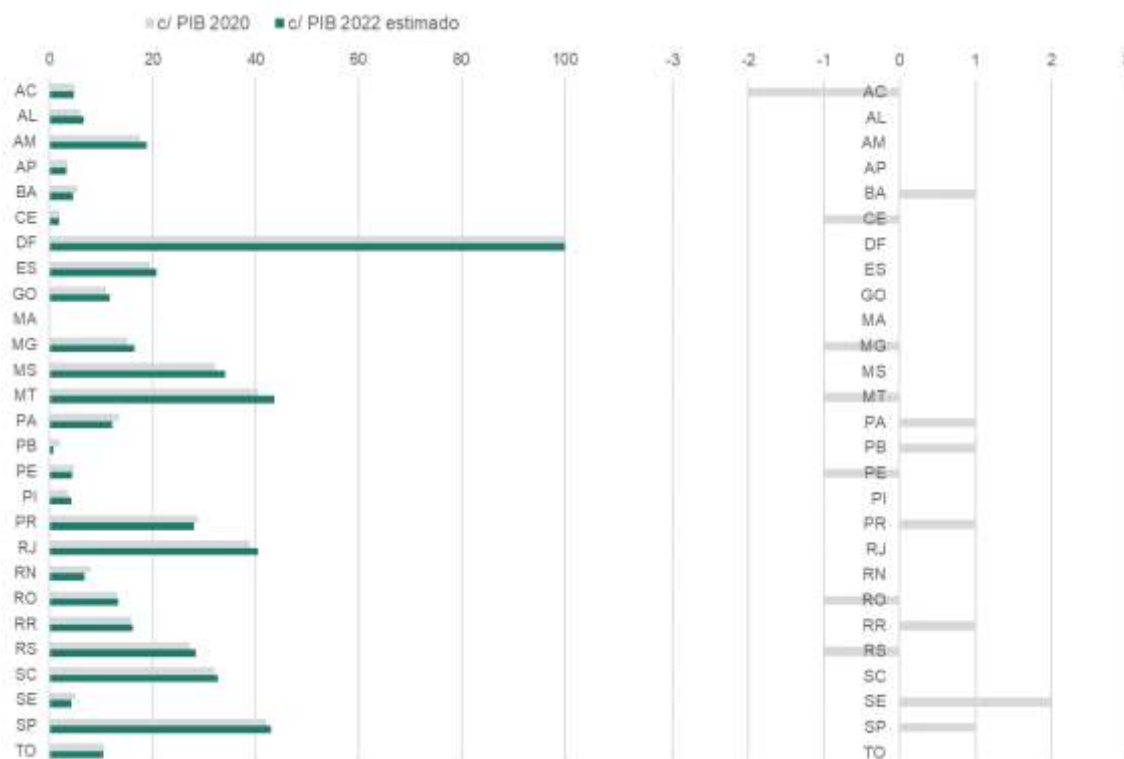
A *Tendências* possui extensa experiência na elaboração de cenários econômicos para áreas geográficas específicas (regiões e UFs) e trouxe essa *expertise* para dentro do *Ranking de Competitividade dos Estados*. A escolha deu-se, basicamente, pela importância em incorporar a evolução recente das economias estaduais, já conhecidas, em alguma medida — indicadores econômicos referentes a indústria, agropecuária, comércio e renda, por exemplo, são divulgados por pesquisas de alta frequência.

Adicionalmente, a comparação de indicadores pelas duas formas de tratamento (PIB oficial do IBGE defasado *versus* estimativa da *Tendências* para o PIB contemporâneo) exhibe diferenças marginais. A título de ilustração, a análise das duas métricas para o

indicador de *Produtividade do Trabalho*, conforme esta edição do Ranking, mostrou diferenças modestas dos resultados, vide gráfico abaixo.

Produtividade do Trabalho

Ganhos/perdas de posição: com PIB 2020 oficial vs. PIB 2022 estimado



Comparando as duas métricas, 14 UFs sofreram alterações nas posições, porém, em 12 UFs, a diferença foi de apenas 1 posição. Somente 2 UFs mostraram mudança de 2 colocações.

Por fim, vale frisar que, no indicador de *Taxa de Crescimento*, optou-se por utilizar a média móvel dos últimos quatro anos, para minimizar o peso dos PIBs estimados pela *Tendências*, compondo o indicador por dois dados oficiais do IBGE e dois dados projetados.